

ORIENTAÇÃO AFIRMATIVA

Interseccionalidade e
Comunicação

Pâmela Guimarães-Silva
(Organizadora)



ORIENTAÇÃO AFIRMATIVA

Interseccionalidade e
Comunicação

Pâmela Guimarães-Silva
(Organizadora)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Vice-Diretora: Thais Porlan de Oliveira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenador: Bruno Souza Leal
Sub-Coordenador: Carlos Frederico de Brito D'Andréa

SELO EDITORIAL PPGCOM

Carlos Magno Camargos Mendonça
Nísio Teixeira

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Kati Caetano (UTP)
Benjamim Picado (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (Casper Libero)
Cezar Migliorin (UFF)	Marcel Vieira (UFPB)
Elizabeth Duarte (UFSM)	Mariana Baltar (UFF)
Eneus Trindade (USP)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fátima Regis (UERJ)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)
Jorge Cardoso (UFRB UFBA)	

www.seloppgcom.fafich.ufmg.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901
Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

O69

Orientação afirmativa [livro eletrônico] : interseccionalidade e comunicação / Organizadora Pâmela Guimarães-Silva. – Belo Horizonte, MG: PPGCOM/UFMG, 2021. 182 p. – (Olhares Transversais – v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86963-25-0

1. Comunicação social. 2. Interseccionalidade.

I. Guimarães-Silva, Pâmela. II. Série.

CDD 302.23

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

CRÉDITOS DO E-BOOK

© PPGCOM/UFMG, 2021.

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Atelier de Publicidade UFMG
Bruno Guimarães Martins

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
Bruno Guimarães Martins
Daniel Melo Ribeiro

DIAGRAMAÇÃO
Talita Aquino

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite dos termos de uso do Selo do PPGCOM/UFMG, disponíveis em:

<https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/novo/termos-de-uso/>

| Sumário

PREFÁCIO <i>Patrícia Santana</i>	9
APRESENTAÇÃO <i>Pâmela Guimarães-Silva</i>	13
CAPÍTULO 1 Interseccionalidade, biopotência e dispositivos: o Orientação Afirmativa e a (auto)valorização da intelectualidade negra <i>Pâmela Guimarães-Silva</i>	19
CAPÍTULO 2 Interseccionalidade como alento para estrangeiros de dentro no ambiente acadêmico <i>Barbara Lima</i>	39
CAPÍTULO 3 Resistência, imagens de controle e representatividade <i>Olívia Pilar</i>	51

CAPÍTULO 4	
Mediações algorítmicas e representação cultural de mulheres negras	67
<i>Raiane Miranda</i>	
CAPÍTULO 5	
A voz e a cara do feminismo:	85
Marie Claire Brasil e a apresentação de mulheres negras em capas	
<i>Natália Martins Amaro</i>	
CAPÍTULO 6	
Vivenciamentos corpóreos produzidos e sentidos na interação comunicativa	97
<i>Etiene Martins</i>	
CAPÍTULO 7	
Andar nas ruas, olhar o mundo como seu:	115
A produção do espaço no cinema de André Novais	
<i>Breno Henrique de Almeida Rocha</i>	
CAPÍTULO 8	
Os Cinemas Africanos na web	125
e na identidade da Diáspora Negra Brasileira	
<i>Elaine do Carmo</i>	
CAPÍTULO 9	
Desafios das reivindicações raciais por reconhecimento	143
<i>Deize Ferreira Paiva Lopes</i>	
CAPÍTULO 10	
A transversalidade entre a comunicação e saúde	161
e a interseccionalidade	
<i>Vívian T. N. Campos</i>	
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	179

PREFÁCIO

PATRÍCIA SANTANA

A tarefa de apresentar para leitores uma publicação sobre as temáticas das relações étnico-raciais com artigos escritos por pós-graduandos de Comunicação, constitui-se como uma honra.

Como militante do movimento de mulheres negras, professora e pesquisadora das relações raciais e educação, trago sempre como reflexão inicial sobre as lutas do movimento negro no Brasil a educação como uma de nossas maiores bandeiras. Historicamente, a população negra buscou caminhos e estratégias para ter acesso à educação, seja através de organizações próprias, seja pressionando o Estado para garantir acesso à educação pública de qualidade.

De uma realidade em que a população negra era proibida de frequentar a escola¹, aos processos de constituição de grupos de alfabetização para adultos em clubes e organizações negras (como o teatro Experimental do Negro e a Frente Negra Brasileira), assistimos a busca pela escolarização se transformar em elemento fundamental na luta por

1. “Acaba de vir ao nosso conhecimento que escolas públicas da capital recusam abertamente admitir ao ensino crianças de cor(...)” (Jornal o Exemplo, Porto alegre, 08/01/1893).

emancipação de um povo que historicamente sofreu (e sofre) com os processos de exploração, subalternização e negação de direitos.

As nossas lutas garantiram, após muitos anos, o acesso ampliado à educação básica. Nesse percurso foram se constituindo uma série de demandas que dizem do direito a uma educação de qualidade social, antirracista e promotora de equidade. Tais demandas surgem justamente da compreensão de que, quando a população negra adentra o espaço escolar, esse se torna um ambiente hostil para pessoas classificadas como inferiores, feias, incapazes e destituídas de humanidade.

Tornou-se necessário empreender críticas contundentes à uma educação excludente, etnocêntrica, racista, desigual. Empreenderam-se pesquisas e estudos que permitiram a formulação de legislações e políticas públicas que hoje impactam a vida de milhões de pessoas. Assim, tornou-se possível a constituição de um pensamento negro em educação, com um campo de pesquisa consolidado que contribuiu para a formulação de projetos que desencadearam nas políticas de ações afirmativas na educação.

As ações afirmativas são fruto dos investimentos da população negra de forma geral, do movimento negro e de intelectuais negros em especial. Um dos objetivos das ações afirmativas é que a educação impacte positivamente na trajetória da população negra e indígena, diminuindo as enormes desigualdades provocadas pelo racismo.

Portanto, o grupo de estudos pré-acadêmico **Orientação Afirmativa** analisado no primeiro capítulo dessa publicação, constitui-se como um exemplo promissor dessa longa caminhada que travamos pelo direito humano a educação. Da promulgação da Lei 10.639/03² às primeiras experiências de ações afirmativas no ensino superior, iniciadas pela UNB em 2003. Desde debates realizados em inúmeras universidades do território nacional, passando pelos embates protagonizados por intelectuais e formadores de opinião chegando à chamada Lei de Cotas (Lei nº 212711/201), pode-se comprovar, através desta publicação, a importância da presença negra na universidade e em especial na pós-graduação.

2. A lei 10.639/03, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, criando a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas e instituindo no calendário escolar o dia 20 de novembro - dia nacional da consciência negra.

Essa presença negra, mesmo que embrionária, faz girar a roda do conhecimento em uma área tão significativa para a representação e representatividade dos afro-brasileiros como a da Comunicação.

Os temas e as abordagens que compõem este livro, **Orientação afirmativa: interseccionalidade e comunicação**, oferecem um retrato de como a academia precisa abrir mais espaço para a presença negra na pós-graduação para que formas de conhecer, pesquisar e gerar conhecimentos possam fazer emergir um pensamento desde dentro, carregados de significados e desejosos de se afirmarem como conhecimentos válidos, legítimos e relevantes questionando os padrões coloniais de poder que desqualificam e hierarquizam os saberes contra hegemônicos.

Os deslocamentos epistemológicos, as metodologias e as políticas que esta publicação nos apresenta permitem muitas reflexões sobre temas que até pouquíssimo tempo não adentravam a academia e só se tornaram possíveis a partir de pesquisadores negros.

Não sem razão, temos as mulheres negras na centralidade das temáticas apresentadas, a partir de várias perspectivas teóricas. Justamente essas mulheres tão negligenciadas na vida e na formulação de políticas públicas. Elas terão espaço privilegiado nesta publicação a partir de suas diferentes agências e considerando-se como eixo de análise os atravessamentos dos inúmeros condicionantes produzidos pelo racismo. Assim como o cinema negro e o cinema africano, que também são temas que anunciam um lugar central das preocupações dos autores. Esse cinema que traz a possibilidade de apresentar outras narrativas fora do eixo hegemônico, com estéticas corpóreas e espaciais diversas. Finalmente, a educação também é um tema de destaque permeando as reflexões sobre a importância das ações afirmativas na pós-graduação, para fazer frente aos processos de aniquilamento da cultura e história afro-brasileira e das diversas formas de se negro e negra em nosso país.

Se o epistemicídio se estabeleceu como estratégia de apagamento de povos e culturas, as resistências desses povos impõem outras lógicas de pensamento e produção científica, abalando as estruturas que sempre privilegiaram e autorizaram determinados tipos de saberes e os consolidaram como únicas vertentes do saber acadêmico.

Cada texto desse livro representa uma voz que se soma a muitas outras vozes, consubstanciando um conhecimento emancipatório. Jovens pesquisadoras e pesquisadores que alimentam de esperança o mundo que sonhamos de justiça social e racial. Sem dúvida a justiça cognitiva é um dos caminhos promissores para se alcançar a equidade de fato. Assim, é possível voltar na história e olhar para as lutas pela democratização da educação e para o acesso à educação básica. Retornar para um tempo não muito distante, em que fazíamos parte de um pequeno grupo de pessoas negras no ensino superior, que interrogava esse espaço para que se tornasse um lugar também nosso por direito.

Com o nosso *sentirpensar*³ podemos agora, como no símbolo sankofa⁴, “retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro”, e tomando como referência uma campanha feita pelo movimento negro nos anos 80, posso dizer que o *nosso futuro e o nosso presente precisa ser negro*.

3. Expressão cunhada pelo filósofo congolês Jean Bosco Kashindi para designar as formas contra hegemônicas de pensar o mundo e a vida em que afetividade, espiritualidade e racionalidade não são excludentes.

4. Um dos símbolos adinkra, criados pelo povo akan presente em Gana, togo, Costa do Marfim e oeste da África.

APRESENTAÇÃO

PÂMELA GUIMARÃES-SILVA

“Ao viver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora... compreendíamos ambos”.
bell hooks

Este livro surge de uma iniciativa ímpar na Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG), o grupo de estudos pré-acadêmico Orientação Afirmativa (OA). A iniciativa surgiu em 2017 como fruto do voluntariado de discentes do programa (Pâmela Guimarães-Silva, Mayra Bernardes e Lucianna Furtado) com o objetivo de preparar candidatos negros que pretendem ingressar no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM/UFMG), inicialmente em nível de mestrado.

Com a meta de enegrecer o ambiente da pós-graduação em Comunicação, por meio do acompanhamento de estudantes negros com interesse em ingressar no mestrado e no doutorado, o grupo voluntário já teve duas turmas presenciais, uma em 2018 e outra em 2019. Nelas foram aprovados alunos para o PPGCOM/UFMG e PPGCOM/PUC Minas. Assim, no total, foram aprovados 15 candidatos, o que, em conjunto com as ações afirmativas institucionais do próprio PPG e da Universidade, transformou o número atual de candidatos negros aprovados em um fenômeno sem precedentes no PPGCOM/UFMG.

Em 2020, o OA inaugurou uma nova fase: uma gestão compartilhada. Sob a minha coordenação, que sou doutoranda do PPGCOM/UFMG, os ex-participantes do projeto (turma de 2018), que atualmente são mestrandos e doutorandos — Alessandra Brito, Bárbara Lima, Breno Henrique, Ester Antonieta, Nana Miranda, Olívia Pilar e Vívian Campos — se tornaram tutores e co-coordenadores da iniciativa, acompanhado os estudantes da terceira turma. Ao contrário dos anos anteriores, e devido à pandemia da COVID-19, esse grupo de candidatos passou a receber as aulas em vídeo e acompanhamento dos tutores de forma individualizada por meio de aplicativos de mensagens instantâneas (de áudio, de vídeo e de texto). Dos nove candidatos, seis foram aprovados em 2020, aumentando o número total de aprovados para 21.

Embora não seja pré-requisito para participar do OA, acredito que, talvez em um movimento de promover uma autovalorização criativa das próprias vivências, as pesquisas desenvolvidas pelos participantes do Orientação Afirmativa têm como fio condutor a interseccionalidade (GONZALEZ, 1984; CRENSHAW, 1989, 1991, 2002) — em especial a sobreposição entre as questões étnico-raciais, de classe e de gênero. Em conjunto, as pesquisas desvelam a interseccionalidade como uma ferramenta teórico-metodológica, mas também como um arranjo disposicional (BRAGA, 2020). Isto é, uma matriz socialmente elaborada e em constante reelaboração que de um modo ou de outro a sociedade deveria acionar para poder interagir (BRAGA, 2017, p.33) de forma mais justa e emancipatória.

As pesquisas desses discentes e a própria existência do grupo OA se ligam também a uma importante ideia do autor Peter Pál Pelbart (2002), fundamentada nos estudos de Maurizio Lazzarato e Toni Negri (2001), a de que os sujeitos subalternizados não vivem suas vidas apenas obedecendo às estruturas sociais disciplinadoras e controladoras, eles são também produtores de formas outras de viver. Nesse sentido, rotineiramente, eles usam “a própria vida, na sua precariedade de subsistência, como um vetor de autovalorização” (PELBART, 2002, n.p). Assim, ao invés de serem apenas objetos de uma vampirização passiva, eles transformam a própria vida em “territórios subjetivos a partir das próprias linhas de escape a que são impelidos, ou dos territórios de miséria a

que foram relegados” (PELBART, 2002, n.p). A esse processo, os autores chamam de biopotência.

É nesse contexto de autovalorização produtiva, a partir da própria subalternidade, que situo o grupo de estudos pré-acadêmico Orientação Afirmativa (OA) e que apresento esta obra. Além disso, entendo que: 1) há certa unicidade nas temáticas desenvolvidas pelos estudantes do grupo — que abrange a autovalorização criativa das próprias vivências (na sua precariedade de subsistência) e a interseccionalidade; 2) é importante para o campo fortalecer as epistemologias negras ressaltando o que há de propriamente comunicacional nelas; 3) criar um ambiente inclusivo é romper com as divisões coloniais que silenciam grupos minoritários e amplificar às narrativas dos grupos biopotentes; e, por fim, 4) é necessário e relevante criar um memorial para tal projeto, para tanto, nada melhor que apresentar algumas das pesquisas que tiveram sua origem no seio de tal empreitada.

Assim, no primeiro capítulo, intitulado **Interseccionalidade, biopotência e dispositivos: o Orientação Afirmativa e a (auto)valorização da intelectualidade negra**, como uma das fundadoras do projeto Orientação Afirmativa, abro os trabalhos apresentando a primeira etapa da minha tese de doutoramento: a perspectiva de que a interseccionalidade (CRENSHAW, 1989,1991, 2002) consiste em um arranjo disposicional (BRAGA 2018, 2020) que as mulheres negras usam para (re) organizar quadros de sentidos e modos de vida de seus pares e produzir justiça social e emancipação. A análise se volta para o grupo de estudos Orientação Afirmativa, entendendo-o como uma ambiência afrocentrada educacional, que considera o reconhecimento dos marcadores sociais da diversidade como um ato crucial para promover justiça social e emancipação no âmbito das interações educacionais.

Na esteira da exposição sobre os mecanismos de poder que perpassam a intelectualidade negra tentando apagá-la e/ou marginalizá-la, o segundo capítulo é de autoria da mestrandia Bárbara Lima, participante da primeira turma do projeto (2018), cujo texto intitulado **Interseccionalidade como alento para estrangeiros de dentro no ambiente acadêmico** faz uma apreensão do conceito de *outsider within* (COLLINS, 2016) para descrever a experiência de mulheres negras (e

outras pessoas atravessadas por mais de um vetor de opressão social), quando ocupam os ambientes destinados às pesquisas científicas. Articulado esse conceito chave com a noção de interseccionalidade, Lima propõe pensar em novos mecanismos epistemológicos para que os sujeitos que antes não ocupavam os espaços acadêmicos possam se sentir mais acolhidos, tanto em suas complexidades pessoais quanto em seu olhar investigativo.

O terceiro capítulo é de autoria da mestra e doutoranda Olívia Pilar, também integrante da primeira turma do Orientação Afirmativa, cuja pesquisa de mestrado buscou desvendar em que consiste a tão falada, mas pouco teoricamente estruturada, representatividade. Nesta obra, Pilar apresenta **Resistência, imagens de controle e representatividade**, uma consistente e aprofundada revisão bibliográfica, que tem como objetivos: 1) expor como mecanismos de poder transformam representações em imagens de controle (COLLINS, 2019) -- histórias, mitos, estereótipos, estigmas etc., que são usados para justificar e naturalizar opressões intercruzadas; 2) desvelar o papel das imagens de controle sobre a vida das mulheres negras e o modo como esse grupo vem criando mecanismos de resistência (BUENO, 2020); e 3) apresentar um panorama, a partir de suas pesquisas para a dissertação, de uma perspectiva ampliada da noção de representatividade.

Em consonância com a proposta de Pilar, em **Mediações algorítmicas e representação cultural de mulheres negras**, a mestrandia Raiane Miranda também vai abordar o conceito de imagens de controle articulado com a interseccionalidade e com o pensamento feminista negro. O quarto capítulo vai enriquecer ainda mais a discussão ao abordar alguns casos em que as infraestruturas digitais baseadas em algoritmos reproduzem e reforçam, ao mesmo tempo, as concepções racistas acerca de mulheres negras. Raiane Miranda também foi integrante da primeira turma do Orientação Afirmativa e atualmente é mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC Minas.

O quinto capítulo é de autoria de Natália Amaro, mestrandia do PPGCOM/UFMG e integrante da segunda turma do projeto Orientação Afirmativa. Em **A voz e a cara do feminismo: Marie Claire Brasil e a apresentação de mulheres negras em capas**, Amaro reflete sobre como

a apresentação verbo-visual do corpo e cabelo de mulheres negras nas capas da revista Marie Claire Brasil publicadas na última década articulam sentidos que constroem uma proposta de identidade negra. Para tanto, ela parte do entendimento das revistas como um dispositivo de comunicação que relaciona sentidos que ultrapassam a própria materialidade do impresso (ALZAMORA et al, 2018) e o articula com o conceito de interseccionalidade.

Mantendo o foco sobre a mulher negra no espaço midiático, a mestranda do PPGCOM/UFMG e também integrante da segunda turma do OA, Etiene Martins, no sexto capítulo, intitulado **Vivenciamentos corpóreos produzidos e sentidos na interação comunicativa**, trabalha o vivenciamento da imagem exterior de jornalistas mulheres negras que têm como função profissional ser repórter ou apresentadora em TV aberta na região sudeste do Brasil. Para tal análise, ela articula os conceitos de modelo praxiológico da comunicação, de vivenciamento, de negritude, de corpo e de Interseccionalidade.

O sétimo capítulo abre os trabalhos sobre a sétima arte, o cinema. Nele, o mestrando Breno Rocha apresenta **Andar nas ruas, olhar o mundo como seu: A produção do espaço no cinema de André Novais**. O integrante da primeira turma do Orientação Afirmativa faz uma análise das relações imanentes que se dão nas formas fílmicas diante da aparição e produção do espaço, sobretudo o espaço da periferia, frente às remodelações engendradas e produzidas por sujeitos negros. Rocha procura evidenciar, a partir do longa metragem Temporada (2018), do diretor André Novais, de que forma o espaço (fílmico e social) se inscreve nas imagens, remodelando narrativas e olhares, abrigando também povos e comunidades que, a partir de espacialidades outras, tecem relações emancipatórias e transformadoras com seus respectivos territórios de vida e experiência.

Ainda na esteira das possibilidades de articulação entre o cinema e a negritude, Elaine do Carmo, mestranda do PPGCOM UFMG e integrante das turmas de 2018 e 2019 do projeto Orientação Afirmativa, apresenta o oitavo capítulo intitulado **Os Cinemas Africanos na web e na identidade da Diáspora Negra Brasileira**. Nele, Carmo busca investigar como a exposição acessível do cinema negro, produzido no

continente africano, pode ser tornar uma forma de viagem de reconhecimento geográfico identitário para a diáspora negra brasileira. De forma complementar, também busca apreender como a internet, com as suas características, possibilita este acesso às produções de cinema negro africano, que atualmente estão sendo disponibilizadas nesta rede.

Enriquecendo um campo de investigação tão bem estruturado, como a Teoria do Reconhecimento, a mestranda e integrante da primeira turma da OA, Deize Paiva, no nono capítulo, intitulado **Desafios das reivindicações raciais por reconhecimento** apresenta algumas das críticas feitas à Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth (2009) quando compreendida a partir de temáticas raciais. Além de suscitar reflexões sobre os limites e as potencialidades da teoria honnethiana ao versar sobre racismo, a autora apresenta, ainda, os modos de articular o conceito em reflexões teóricas que compreendam questões étnico-raciais.

No último capítulo, a doutoranda Vívian Campos, também da primeira turma do projeto, faz uma potente articulação entre conceitos promissores para os Campos da Comunicação e da Saúde, temática ainda mais relevante para a atualidade, em seu capítulo intitulado **A transversalidade entre a comunicação e saúde e a interseccionalidade**. Para tanto, ela realiza uma revisão bibliográfica, apresentando o conceito de comunicação e saúde (ARAÚJO; CARDOSO, 2007), a partir da perspectiva do feminismo interseccional (CRENSHAW, 2002), demonstrando as conexões e entrecruzamentos possíveis.

Por fim, de forma não menos importante, cabe agradecer à Mayra Bernardes e à Lucianna Furtado que participaram ativamente da criação do projeto e da orientação das duas primeiras turmas.

CAPÍTULO 1

Interseccionalidade, biopotência e dispositivos: o Orientação Afirmativa e a (auto)valorização da intelectualidade negra

PÂMELA GUIMARÃES-SILVA

“Eu tenho cabelo duro. Mas não o miolo mole”.
Itamar Assumpção

Introdução

Em nossa tese de doutoramento, filiamo-nos a concepção de Sueli Carneiro (2005) de que a sociedade brasileira está estruturada sob o dispositivo racial, que, em última instância, tem como objetivo o aniquilamento — do corpo negro, mas também da sua cultura e da sua história — ao transformar a brancura no padrão de normalidade, de pureza, de estética, de moral, de sabedoria científica (NOGUEIRA, 1998). Com isso em mente, observamos as ações do movimento de mulheres negras no Brasil, desde a década de 1980 até o momento atual, para identificar o que, de propriamente comunicacional, essas mulheres fazem para transformar essa realidade que inscreve os sujeitos negros sob o signo da morte.

Entendendo a comunicação como interação — vínculos e linguagens — e não apenas aparatos sociotécnicos ou midiáticos, realizamos um recuo histórico e percebemos que essas mulheres tentam, a todo o momento, modificar a natureza das interações cotidianas que subalternizam os sujeitos negros. Isto é, em um âmbito mais midiático, elas

criam jornais, revistas e folhetos para conversar com seus pares em uma linguagem acessível e organizar suas demandas para o debate público; e em um âmbito de sociabilidades mais diversas, elas criam espaços físicos (*online* e *offline*) e subjetivos comunitários, nos quais formulam na prática e “teoricamente — de forma sistemática e consistente — sua experiência de quase quinhentos anos de opressão, além de se autodefinir.” (NASCIMENTO, 2002, p. 269).

Ao observar essas dinâmicas, entendemos que as ações dessas mulheres, sejam elas de natureza militante, técnica ou acadêmica primam por uma abordagem para transformar problemas públicos em problemas sociais¹ e, assim, tentam fazer arranjos para saná-los. A esse tipo de abordagem complexificada dos problemas, sem separar ou ocultar dimensões que se interligam gerando múltiplas opressões, Kimberlé Crenshaw (1989, 1991, 2002) chama de interseccionalidade.

Com base na observação supracitada, nossa hipótese de pesquisa é a de que as mulheres negras tentam fazer com que a interação interseccional seja o modo ideal de interagir. Traduzindo essa dinâmica para os termos do professor José Luiz Braga, essas mulheres, constantemente, tentam modificar o arranjo dos elementos que compõem o dispositivo de racialidade, para que eles se posicionem sob uma ótica interseccional e as interações que ocorram em sua ambiência produzam não mais o aniquilamento. Portanto, a nosso ver, as mulheres negras tentam engendrar na sociedade um arranjo disposicional (BRAGA, 2018, 2020) interseccional de resistência ao dispositivo racial que vai modelar e orientar as interações.

Antes de prosseguirmos, cabe ressaltar que nem sempre essas práticas de resistência são nomeadas como interseccionais por suas autoras e não é nosso objetivo categorizar, ao modo colonial, as ações de *outrem* sem levar em conta a autodefinição e a capacidade cognoscente do objeto observado.

1. Apropriamos dos conceitos de problemas sociais e problemas públicos desenvolvidos por Gusfield (1981) e apropriados, sob uma perspectiva comunicacional, por Babo-lança (2000). Segundo os autores, é um problema social tudo o que constitui um transtorno em uma sociedade em um determinado momento, em relação aos valores, às crenças, aos usos e costumes. Esse passa a ser um problema público quando adquire uma dimensão “societal”, isto é, quando se torna tema de conflitos, de controvérsia, de debate de opiniões no espaço público, requerendo ser tratado pela ação coletiva dos poderes públicos, das instituições ou dos movimentos sociais.

Exatamente por isso, empreendemos, em nossa tese, um recuo histórico para localizar o ponto nodal nas interações de resistência. Nesse recuo, encontramos, por parte das mulheres negras, a adoção de elementos que, hoje, podemos nomear como sendo partes de uma perspectiva interseccional (GONZALEZ, 1984; CRENSHAW, 1989, 1991, 2002) na abordagem dos problemas que acometem a sociedade brasileira, bem como em suas consequências estruturais. Por isso, chamamos tais práticas de arranjos disposicionais interseccionais de resistência.

Isto posto, percebe-se que a nossa pesquisa não capta um uso teórico-metodológico do conceito de interseccionalidade, mas analisa as formas interativas, as interlocuções, os usos e as apropriações de distintas estratégias comunicacionais desenvolvidas pelas mulheres negras para (re)organizar quadros de sentidos e modos de vida, tendo como base uma ótica interseccional. Em outras palavras, nossa pesquisa aponta para a existência de uma matriz que é adotada pelas mulheres negras em suas ações políticas de resistência e que as auxilia a reconfigurar as relações que, desde o processo colonial, acabam resultando em “dinâmicas de interação entre dois ou mais eixos de subordinação.” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A partir do exposto até aqui, neste capítulo vamos aplicar nossa hipótese ao objeto central deste livro, o grupo de estudos pré-acadêmicos Orientação Afirmativa (AO). O grupo, que tem como inspiração as ações do movimento de mulheres negras brasileiras, tem por objetivo modificar o número de discentes negros na pós-graduação, um espaço produtor de epistemologias e com potencial para reverter uma das muitas dimensões do epistemicídio, que é uma das estratégias do dispositivo racial. Trata-se de uma ambiência comunitária afrocêntrica fundamentada no entendimento de que os marcadores sociais da diversidade podem ser vetores que inviabilizam o acesso ao ambiente acadêmico, portanto precisam ser considerados em quaisquer ações que visem promover justiça social e emancipação no âmbito das interações educacionais. E assim o fazem.

Para uma análise comunicacional da atuação do grupo Orientação Afirmativa, primeiro apresentaremos o dispositivo de racialidade e seus efeitos na construção do sentido sobre o potencial intelectual dos

sujeitos negros. Em seguida, mostraremos o contexto atual da pós-graduação, como um dos espaços que perpetuam os sentidos criados pelo dispositivo racial ao, sistematicamente, excluir os sujeitos negros. O OA, então, é apresentado como um arranjo disposicional de resistência a tais efeitos. Ele realiza uma atuação estratégica, de natureza biopotente e interseccional, que cria novos sentidos e possibilidades sobre a relação do sujeito negro com a intelectualidade e os espaços de saber-poder.

O dispositivo de racialidade e seus efeitos na construção do sentido sobre o potencial intelectual e cognoscente dos sujeitos negros

Segundo Foucault (1999), a partir do século XVII, o poder se consolidou em um *modus operandi* chamado de *biopoder* e de *biopolítica* — duas tecnologias de disciplina e controle que atuam tanto sobre os sujeitos, individualmente, quanto sobre a população, enquanto grupo, para que esses ajam docilmente em prol do crescimento do Estado. Esse tipo de exercício do poder acontece por um emaranhado de redes de discursos e práticas, também chamadas de dispositivos, nos quais o poder está em constante circulação.

Os dispositivos são, nas palavras de Foucault,

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2000, p. 244).

Em entrevista concedida e publicada na revista *Ornicar*, o filósofo demarca a natureza da relação que pode existir entre os elementos heterogêneos de um dispositivo, que

[...] pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo

de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. (...) entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. Este foi o caso, por exemplo, da absorção de uma massa de população flutuante que uma economia de tipo essencialmente mercantilista achava incômoda: existe aí um imperativo estratégico funcionando como matriz de um dispositivo, que pouco a pouco tornou – se o dispositivo de controle – dominação da loucura, da doença mental, da neurose (FOUCAULT, 2014, p.138).

Com essa base teórica, em sua tese, Sueli Carneiro vai olhar para os corpos que, embora estejam sob essa lógica de circulação do poder, não se encaixam no perfil dos que têm permissão para exercê-lo plenamente. Aqueles que, habitualmente, estão no polo da inadequação social, os corpos negros (CARNEIRO, 2005). Para tanto, ela cunha o termo *dispositivo de racialidade* e introduz sua abordagem da seguinte forma:

[...] nosso pressuposto é o de que essa noção de dispositivo oferece recursos teóricos capazes de apreender a heterogeneidade de práticas que o racismo e a discriminação racial engendram na sociedade brasileira, a natureza dessas práticas, a maneira como elas se articulam e se realimentam ou se realinham para cumprir um determinado objetivo estratégico. (CARNEIRO, 2005, p. 39).

Em sua pesquisa, a filósofa disserta detalhadamente sobre como a raça é um elemento a serviço do poder, uma construção realizada durante séculos, mas que em dois grandes momentos históricos se engendra como parte estruturante da sociedade: nas expedições (séculos XV e XVI) e na emergência do dispositivo de sexualidade (século XVII), esse último, enquanto um acontecimento de afirmação da classe burguesa.

Para falar sobre o primeiro momento, ela recorre ao conceito de Contrato Racial, do filósofo afro-americano Charles Mills (1997 *apud* CARNEIRO, 2005, p. 43). Para Mills, a sociedade é regida por um Contrato Social que determina papéis, hierarquias e outras funções sociais. No bojo de tal engenharia social está o Contrato Racial, que emerge com as expedições, momento em que foram firmados acordos em que os brancos estavam autorizados a explorar e oprimir os não-brancos. Esses acordos se

efetivam na “tríade de poder, saber e subjetividades, informada pela racialidade e conformando novos sujeitos-forma/sujeitos padrão: homens, nativos, brancos, não brancos.” (CARNEIRO, 2005, p. 48). A dicotomia “nós” e “eles” é o primeiro momento em que a divisão racial se apresenta de forma clara, entretanto, não foi o único, o segundo momento é quando ocorre o surgimento do dispositivo da sexualidade.

Segundo Carneiro, o dispositivo da sexualidade surge como uma estratégia da burguesia para se estabelecer enquanto classe dominante. Entretanto, acabou por estabelecer a branquitude como norma, posto que o burguês era branco e encarnava “todas as virtudes, a manifestação da razão, do espírito e das ideias: ‘eles são a cultura, a civilização, em uma palavra, a humanidade.” (NOGUEIRA, 1998, p. 101-102 *apud* CARNEIRO, 2005, p. 43). A partir desse momento, como afirma Izildinha Nogueira, o corpo passa a funcionar “[...] como marca dos valores sociais, nele a sociedade fixa seus sentidos e valores. Socialmente, o corpo é um signo.” (NOGUEIRA, 1998, p. 101-102 *apud* CARNEIRO, 2005, p. 43).

Disso tem-se que a branquitude se forma como um sistema de poder, uma estrutura contratual, altamente interacional, que se assenta no fato de que há um silêncio social

[...] em torno do lugar que o branco ocupou e ocupa, de fato, nas relações raciais brasileiras. A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado. (BENTO, 2002, p.26).

Essa omissão de um papel ativo na estratificação racial brasileira resulta no fato de que há absoluta prevalência da branquitude em todas as instâncias de poder da sociedade, sem qualquer estranhamento (CARNEIRO, 2005). Instâncias essas que controlam todos os mecanismos de “*deixar viver ou deixar morrer*”. Soma-se a isso, o fato de que a essa nova classe, que se tornou hegemônica, “atribuiu-se um corpo para ser cuidado, protegido, cultivado, preservado de todos os perigos [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 115), tem-se, como senso comum, a vida dos brancos como mais valiosa que a vida dos sujeitos negros.

O resultado é que a definição da categoria raça evoca uma estrutura social de dominação e de aniquilamento, na qual há não apenas o gerenciamento da vida, por meio da biopolítica, mas também no gerenciamento da morte. Para evidenciar esse contexto, Carneiro expõe que o aniquilamento dos sujeitos negros ocorre em duas vias: a de seus corpos — que anos depois foi conceituado como necropolítica (MBEMBE, 2016) — e a do saber (e da cultura), o chamado epistemicídio. Esse segundo, foco do nosso trabalho.

O epistemicídio

Para Sueli Carneiro, a natureza ontológica do dispositivo de racialidade não se restringe à criação de um corpo que, por estar fora do padrão — de produtividade, de merecimento de preservação e cuidado — está fadado ao aniquilamento, há também múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual dos racialmente inferiorizados (CARNEIRO, 2005). Para ela, tal fenômeno ocorre de diversas formas:

[...] pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjulgado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

A formulação de Sueli é embasada na construção teórica de Boaventura Sousa Santos, para quem o epistemicídio é uma estratégia de destituição da racionalidade, da cultura e civilização do Outro. Carneiro (2005), entretanto, atualiza a noção de Sousa Santos ao afirmar que o

epistemicídio que incorre sobre os sujeitos negros vai além da desqualificação ou anulação de um conhecimento diferente do padrão, trata-se de “um processo persistente de produção da indigência cultural [...]. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do *Outro* ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta.” (p.97).

Isto é, os eixos essenciais de valoração dos diversos grupos humanos se resumem a racionalidade e a linguagem, retirando-lhe razão, esse passa a não gozar do *status* de humano e, portanto, perde o espaço para se expressar. Nesse sentido, por exemplo, para Collins (2016), a autodefinição e autoavaliação são atos de resistência, posto que consistem em tomar a palavra, emitir um discurso sobre si e legitimar-se como sujeito humano, substituindo imagens externamente definidas (e psicologicamente internalizadas) por imagens próprias de si.

Para que esse tipo de resistência não aconteça, reiteradamente, são oferecidos ao sujeito negro os conhecimentos padronizados, serializados e hegemônicos. Conhecimentos esses que nascem em espaços cuja presença negra é marginal ou negada — como as escolas, as faculdades, as pós-graduações etc. Trata-se, portanto, de um sistema que se retroalimenta revezando o sequestro da razão, a imersão obrigatória na cultura do sujeito norma/padrão e a negação dos espaços de saber-poder.

A fragilidade das ações afirmativas na pós-graduação

A partir do exposto acima, entendemos o *dispositivo de racialidade* como uma tecnologia de poder da branquitude responsável por controlar e disciplinar os sujeitos negros, efetivando, em última instância, seu objetivo: “deixar morrer” (CARNEIRO, 2005) tanto o corpo fora do padrão quanto sua cultura. Tal dispositivo operaria pelo dito e não dito, pelos discursos, pelas instituições e pelas práticas inscrevendo constantemente a negritude, em todas as suas dimensões, sob o signo da morte. Assim, agora vamos expor um dos mecanismos da inscrição da racionalidade negra sob o signo da morte.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)², de 2015, o número de estudantes pretos e pardos no mestrado e no doutorado passou de 6 mil para 18,8 mil, um aumento de mais de três vezes de 2001 a 2013. Já a soma de pretos e pardos no mestrado e no doutorado passou de 48,5 mil para 112 mil, no mesmo período. Apesar desses números crescentes e de as pessoas negras serem a maior parte da população do país (52,9%), elas ainda representam apenas 28,9% do total de pós-graduandos no Brasil.

Essa contradição entre os dados também aparece na qualidade da formação ofertada aos pesquisadores negros (pretos e pardos). Segundo dados divulgados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)³, em 2015, das 91.103 bolsas de formação e pesquisa do instituto, 26% eram destinadas a estudantes negros, enquanto 58% eram para brancos. O percentual de indígenas não atinge 1%. Esses números significam que a maior parte dos estudantes negros não pode se dedicar integralmente às suas pesquisas e às atividades acadêmicas, cenário excludente que reflete a história de discriminação e segregação dos negros na sociedade brasileira.

O resultado é um quadro nada animador da carreira acadêmica: segundo o último a revista *Gênero e Número*⁴, há apenas 219 doutoras pretas professoras em cursos de pós-graduação no Brasil, o que representa 0,4% do total de docentes de pós-graduação. Se somadas, as professoras doutoras pretas e pardas em cursos de pós-graduação no Brasil, o percentual não chega a 3% do total de profissionais da área. Segundo um levantamento feito pelo G1⁵, em 2017, quase 400 mil pessoas davam aulas em universidades públicas e particulares do Brasil, mas só 62.239 delas, ou 16% do total, se autodeclararam pretas ou pardas.

Diante disso, em maio de 2016, foi publicada pelo Ministério da Educação a portaria, 13/2016, que incentiva o debate sobre cotas na pós-graduação para que instituições de ensino criem condições para

2. Disponível em: <<https://bit.ly/3laHQte>>. Acesso em: 01 out. 2020

3. Disponível em: <<https://bit.ly/30Ce1tP>>. Acesso em: 01 out. 2020

4. Disponível em: <<https://bit.ly/3cYIxDk>>. Acesso em: 01 out. 2020

5. Disponível em: <<https://glo.bo/30CMI8b>>. Acesso em: 01 out. 2020

promover a inclusão de negros, indígenas e pessoas com deficiência, ampliando, assim, a diversidade étnica e cultural do corpo docente. Embora incentive, a portaria não tem peso normativo, o que não fortalece as ações afirmativas enquanto política pública. Ainda assim, segundo Venturini (2019), houve algum avanço, por decisão própria, entre 2015 e 2018, os PPGs com Ações Afirmativas aumentaram 19 vezes. A fragilidade desse contexto ficou evidente quando o agora ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, revogou a portaria 13/2016 como último ato do seu mandato⁶. Decisão que, após pressão popular e do STF, foi tornada sem efeito.

Em conjunto, todos esses números revelam o cenário de fragilidade das ações afirmativas na pós-graduação. Uma situação que não pode ser tomada como natural. É preciso questionar a quem serve o movimento contínuo de afastamento da população negra dos espaços de saber. Na concepção foucaultiana, apropriada por Sueli Carneiro e trabalhada nos tópicos anteriores, os espaços de produção do saber, são também espaços de poder. Tratam-se, portanto, da perpetuação de dispositivos de saber-poder que reiteram e sustentam um persistente colonialismo, na medida em que marginalizam o pensamento não-branco (QUIJANO, 1992).

A visada comunicacional: os arranjos disposicionais como possibilidade de resistência

Até este momento, nosso trabalho trouxe uma perspectiva filosófica e sociológica das noções de poder e de raça, bem como do cenário social e educacional. Deste ponto em diante, queremos aproximar essa visada do conhecimento comunicacional. Para tanto, nos aproximamos da noção de arranjos disposicionais do professor José Luiz Braga. Antes, contudo, cabe salientar que o primeiro ponto aqui é pensar o que estamos chamando de comunicação. Os pesquisadores e professores Vera França e José Luiz Braga, em diferentes obras, vão dizer que o propriamente comunicacional está na apreensão do funcionamento das relações em interação.

Essa visada entende a comunicação como um fenômeno que ocorre em três dimensões: na interacional (a relação dos interlocutores), na simbó-

6. Disponível em: <<https://bit.ly/2GsdpQJ>>. Acesso em: 05 out. 2020.

lica (a produção de sentido, as práticas discursivas) e na contextual (situação sociocultural). Para tal matriz paradigmática não existe uma verdade *a priori*, mas um mundo compartilhado que surge *na* e *em* interação, daí o sentido de as pesquisas em comunicação observarem as lógicas de funcionamento da sociedade e as relações que se estabelecem em uma.

Na busca por articular as noções de comunicação e de dispositivo, Braga (2011) desenvolveu a noção de *dispositivos interacionais*,

[...] espaços e modos de uso, não apenas caracterizados por regras institucionais ou pelas tecnologias acionadas; mas também pelas estratégias, pelo ensaio-e-erro, pelos agenciamentos táticos locais — em suma — pelos processos específicos da experiência vivida e das práticas sociais. É nesse sentido que estaremos adotando a expressão [...] assinalando ainda que estamos voltados para dispositivos que se organizam social e praticamente como base para comunicação entre participantes (em qualquer abrangência, número, dimensão ou processualidade). É nesse sentido abrangente que tratamos de “dispositivos interacionais.” (BRAGA, 2011, p. 11-12).

Cabe aqui a ressalva de que o ponto principal do dispositivo de interação não é uma materialidade, isto é, não é o suporte sociotécnico que norteará a gramática da interação, como ocorre com os dispositivos midiáticos. Os dispositivos interacionais se organizam social e praticamente como base para comunicação entre participantes e atuam no contexto social “[...] revelando valores de uma sociedade e seus problemas públicos.” (SIMÕES, 2019, p. 17).

Isto posto, parece-nos que o dispositivo de racialidade é também um dispositivo de interação, na medida em que ele constrói hierarquias, delimita discriminações e se potencializa, quando tomado conjuntamente com categorias de gênero, classe, região e idade. É por meio dessa natureza interacional que ele aciona e gera códigos, que faz inferências e que diferentes “elementos se articulam e se tensionam.” (BRAGA, 2020, p. 23). Isto é, o dispositivo de racialidade, se constitui como um universo de valores, normas e referências que orientam a vida dos sujeitos sobre o “eu” e sobre “o outro”; sobre o “nós” e o “eles”.

É nesse sentido, por exemplo, que, como mostramos no tópico anterior, foram construídos sentidos e significados que apartam o sujeito

negro do lugar da intelectualidade e da racionalidade. Entretanto, que a ação do dispositivo interacional racial não se trata de um processo verticalizado sem qualquer resistência. Há, no âmbito desse dispositivo, lutas e rupturas e produções de novos sentidos, isto é, há experimentações e tentativas para a construção de novos sentidos. Dessa forma, é possível pensar o dispositivo interacional racial como um macrodispositivo de interação que abarca uma grande variação interna (BRAGA, 2020). Ou seja, no interior desse dispositivo, os elementos podem se (re)configurar em vários arranjos e não necessariamente apenas como arranjos que reproduzem os significados dos signos e símbolos compartilhados pelo dispositivo que os originou. Esse é o caso dos arranjos de resistência.

Para tal diversidade possível de agenciamentos e relações, Braga propõe adotar a expressão *arranjos disposicionais*. Uma expressão que possibilita apreender o que é comunicacional em um dispositivo. Assim, de agora em diante, empreenderemos nosso esforço para apreender um dos *arranjos disposicionais de resistência*, o grupo Orientação Afirmativa. Acreditamos que o grupo está inserido no dispositivo de racialidade, posto que toma a raça como referência (bem como outras categorias de opressão). Entretanto, ele tensiona a lógica e as estratégias que fazem da raça um recurso para manutenção das hierarquias que, em última instância, contribuem para o aniquilamento racista dos sujeitos negros como seres cognoscentes.

O dispositivo de resistência: grupo de estudos pré-acadêmicos Orientação Afirmativa

Em abril de 2017, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe)⁷, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) publicou a resolução 02/2017, para implantação de política de ações afirmativas para a inclusão de negros, indígenas e pessoas com deficiência nos seus cursos de pós-graduação. O documento trouxe como orientação central a reserva de 20% a 50% das vagas disponíveis nos programas de mestrado e doutorado para candidatos que se autodeclarem negros.

7. Disponível em: <<https://bit.ly/3njpmIV>>. Acesso em: 29 set. 2020

Apesar de as medidas serem um avanço, em um primeiro momento, passaram longe do objetivo de promover a igualdade na pós-graduação. No mesmo ano, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) dessa instituição seguiu a orientação da Cepe e reservou 50% de suas vagas para candidatos que se autodeclarem negros, em nível de mestrado e de doutorado. Contudo, o PPGCOM não realizou qualquer ação adicional. O resultado alcançado no processo seletivo não poderia ser diferente, dos 25 candidatos aprovados para o mestrado, apenas duas candidatas eram autodeclaradas negras, sendo que uma delas teve a sua negritude questionada pela comunidade acadêmica e pela sociedade⁸.

O resultado se deveu, entre outras questões, à manutenção de medidas que privilegiam estudantes de classe média e egressos da própria UFMG no processo seletivo. Composto de quatro etapas, até aquele momento, o processo seletivo consistiu na apresentação: 1) de proficiência em idioma estrangeiro (etapa eliminatória); 2) de um plano de estudos vinculado à perspectivas teóricas específicas, inacessíveis para quem não se encontra inserido na universidade ou nos grupos de pesquisa (etapa eliminatória); 3) de nota superior a 70 pontos na provas de teorias, em que eram cobrados conteúdos com as mesmas características do plano de estudo, perspectivas específicas de quem se encontra no ambiente acadêmico (etapa eliminatória); e, por fim, 4) do resultado positivo em uma entrevista realizada por professores do Programa.

Em virtude do resultado do processo seletivo, no final de 2017 foi criado o projeto Orientação Afirmativa com o objetivo de preparar candidatos negros com interesse em ingressar na Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, em nível de mestrado e doutorado. O grupo de estudos, que ainda é atuante, ajuda estudantes com matérias essenciais para o processo seletivo, como inglês instrumental, metodologia de pesquisa, estudo dos textos indicados no edital da seleção e preparação para a entrevista. A iniciativa partiu de três discentes do programa, Pâmela Guimarães-Silva, Mayra Bernardes e Lucianna

8. Disponível em: <<https://bit.ly/30GLzHh>>. Acesso em: 29 set. 2020

Furtado e não teve apoio institucional direto, contou apenas com o apoio pontual de alguns professores.

As discentes entenderam que a política de reserva de vagas para candidatos negros atinge apenas a classificação de candidatos já aprovados em todas as etapas. Era preciso criar um mecanismo de nivelamento anterior ao processo. Assim, já no primeiro chamamento público para a iniciativa, o grupo chegou a receber 60 pedidos de inscrição. Entretanto, como os recursos humanos eram limitados, foi preciso selecionar quem receberia mentoria. A primeira turma contou com 13 pessoas, sendo uma para o doutorado e 12 para o mestrado. Todas que cursaram a preparação completa foram aprovadas no PPGCOM/UMFG ou no PPGCOM/PucMinas.

Nenhuma dinâmica do grupo foi aleatória: a composição da primeira turma foi majoritariamente feminina, uma forma de compensação do cenário exposto na seção anterior, no qual as mulheres negras tem sido a parcela da população mais negligenciada pelas políticas públicas e, conseqüentemente, são minoria na academia e em outros espaços de poder e conhecimento. Dessa forma, trazê-las para esse espaço ocasionaria não só ganhos individuais, mas, também, coletivos.

A escolha do número de aulas semanais e o horário — uma vez por semana, a partir das 19h30 — também foi realizada pensando na realidade dos candidatos, que em sua maioria trabalham em horário comercial. Durante as reuniões sempre havia algum tipo de lanche, disposto sobre a mesa, pensado para os casos em que as pessoas saiam direto do trabalho para as aulas e nem sempre dispunham de condições financeiras para arcar com alimentação. Por fim, adotou-se também a arrecadação de verba para custear a inscrição de todos os candidatos no processo seletivo, que, no total, sai por cerca de R\$ 260 reais cada. Embora a isenção das taxas seja uma realidade, ela se contradiz com o real cenário em que estar empregado não significa ter disponibilidade financeira para investir R\$ 260 reais em uma inscrição.

Esse último recurso, o de arrecadação de verba, foi tão bem sucedido que tornou possível: pagar exames de proficiência; comprar dicionários de espanhol; pagar a passagem da professora (voluntária) de espanhol; comprar três *kindles* para auxiliar nos estudos de alunos da OA (turma de

2018) que não foram contemplados com bolsas pelo PPGCOM; imprimir e encadernar todos os textos e livros indicados para o processo seletivo.

A partir de uma sensibilidade analítica, o projeto se propôs a desfazer a tecnologia de poder que posiciona na marginalidade os sujeitos negros em ambientes acadêmicos. Para tanto, as fundadoras fizeram uso criativo da própria marginalidade, do seu status de *outsider within* (2016), e produziram um espaço que considerou as sobreposições de opressões que atingem esses sujeitos e promoveram ações emancipatórias no âmbito educacional.

A proposta de (auto)valorização da intelectualidade negra por meio de uma visão interseccional

A partir do exposto acima, passamos então para reflexões sobre o compartilhamento de códigos e das inferências que aconteceram e acontecem por meio da atuação do grupo Orientação Afirmativa. Parece-nos que o grupo consiste em um fenômeno que gera um “sistema de relações” (BRAGA, 2010, p.8) em torno da intelectualidade negra, isto é, um arranjo disposicional. Ainda que em um âmbito micro, trata-se, a nosso ver, de um (re) arranjo dos sentidos e significados sobre a posicionalidade dos sujeitos negros na dimensão da intelectualidade.

O arranjo e as estratégias interacionais: a biopotência e a interseccionalidade

A forma como o trabalho de nivelamento foi desenvolvido -- um grupo afrocentrado, que se reúne em um horário noturno, apenas uma vez por semana, oferecendo lanches e o custeio das inscrições -- pode ser lido como um investimento de (auto)valorização produtiva da intelectualidade negra subalternizada pelo sistema colonial epistemicida, que tem sua representação máxima nos espaços acadêmicos. A natureza afrocentrada com recorte de gênero e ações para suprir questões de classe, revela uma estratégia de interação interseccional, na medida em que propõe soluções com benefícios individuais, mas com impacto estrutural.

O termo interseccionalidade se refere ao conceito teórico-metodológico, cunhado por Kimberlé Crenshaw, que trata de como os marcadores sociais — tais como raça, gênero, classe, sexualidade e outros — têm uma natureza interligada e podem gerar opressões de natureza, igualmente, interligadas. Para autora ao focar em tratativas para as opressões de forma separadas e isoladas (por exemplo, apenas contra o racismo ou apenas contra o sexismo), há uma promoção da marginalização de identidades que têm mais de um marcador.

A partir de tal discernimento, Crenshaw apresenta uma metáfora, também utilizada por Akotirene (2018), para elucidar sua proposta conceitual de sobreposição das opressões. Segundo as autoras, os marcadores identitários e as subjetividades são como avenidas e os sujeitos, ao longo de suas vidas, são posicionados nos cruzamentos das avenidas (da raça, da classe e do gênero, por exemplo). Sujeitos posicionados em cruzamentos encontram-se em locais mais suscetíveis a “atropelamentos” individuais e simultâneos — do “carro do racismo”, do “carro do sexismo”, do “carro do classismos” e de outros “carros”. Ou seja, quanto maior o número de opressões que se sobrepõem, maior a situação de vulnerabilidade social desses sujeitos.

Neste sentido, a justiça social consistiria no reconhecimento da existência desse lugar social e no agir para sanar os problemas que emergem com naturezas próprias — complexificados e sobrepostos. Quando esse reconhecimento e essa ação partem dos próprios sujeitos localizados nesse espaço de sobreposição de opressões, Maurizio Lazzarato e Toni Negri (2001) chamam de biopotência — a crescente tendência, por parte dos sujeitos subalternizados, em “usar a própria vida, na sua precariedade de subsistência, como um vetor de autovalorização” (PELBART, 2002, n.p). Isto é, ao invés de serem apenas objetos de uma vampirização, esses grupos passam a construir “territórios subjetivos a partir das próprias linhas de escape a que são impelidos, ou dos territórios de miséria a que foram relegados” (PELBART, 2002, n.p). Suas identidades não são prisões, mas formas outras de viver.

É nesse contexto, de autovalorização produtiva a partir da própria subalternidade, que situamos a atuação do grupo Orientação Afirmativa. O trabalho proporciona a preparação dos candidatos, ao mesmo

tempo em que expõe a estrutura de desigualdades e opressões que incidem sobre os sujeitos negros e ressalta que o ponto principal para a manutenção desse contexto é a construção do *outro* sob uma dinâmica epistemicida (CARNEIRO, 2005). Nesse sentido, acreditamos que a iniciativa rompe com os locais de subalternidade intelectual socialmente constituídos para as pessoas negras e evocam novos olhares sobre os sujeitos negros e seu potencial.

Considerações finais

Assim, e em convergência com Crenshaw e Pelbart, parece-nos que as estratégias interacionais utilizadas pela iniciativa Orientação Afirmativa apresentam um alto nível de experimentação criativa do dispositivo interacional da racialidade. Suas práticas interacionais criam uma ambiência que concede aos sujeitos marginalizados uma nova possibilidade de serem vistos como seres cognoscentes. Cabe salientar que o grupo não inaugura esse percurso, inclusive, ele se inspira no grupo Ações Afirmativas da Faculdade de Educação da UFMG, mas alcança um notório êxito sem apoio institucional, fato que difere as duas iniciativas.

Por fim, a invenção social (BRAGA, 2020) protagonizada pelo OA é um circuito que quebra o padrão de circunscrição “automática” da intelectualidade à branquitude. Sua atuação comunidade tem como foco apagar o sequestro da razão “pela negação da racionalidade do *Outro* ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta.” (CARNEIRO, 2005, p.97). Ao considerar as vivências dos candidatos, suas histórias, as por opressões múltiplas que permeiam os candidatos negros, o OA se torna uma biopotência promotora da autovalorização produtiva da intelectualidade negra.

Referências

AKOTIRENE, C. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento; justificando, 2019.

BRAGA, J. L. Dispositivos Interacionais. In: XX Encontro Anual da Compós, GT Epistemologias da Comunicação, 2011, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1657.doc>. Acesso em: 19 set. 2020.

BRAGA, J. L. *Uma conversa sobre dispositivos*. Belo Horizonte, MG: PPGCOM/UFMG, 2020.

BRAGA, J. L. Interagindo com Foucault. Os arranjos posicionais e a Comunicação. In: XXVII Encontro Anual da Compós, 2018, Belo Horizonte (MG). *Anais [...]*. Belo Horizonte (MG): Compós, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3iatf0j>>. Acesso em: 4 nov. 2019.

CARNEIRO, A. S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *The University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, p. 139-167, 1989.

_____. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 43(6), p.1241-1299, 1991.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GONZALEZ, L. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial*. DP&A Editora: Rio de Janeiro, 2001.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Artes & Ensaios*, v. 32, p. 123-151, 2016.

NASCIMENTO, J. A.. *Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

PELBART, P. P. *Biopolítica e biopotência no coração do império*. 2002. Disponível em: <https://desarquivo.org/sites/default/files/pelbart_peter_pal_biopolitica_biopotencia.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. *Revista Peru Indígena*, 13(29), p. 11-20, 1992.

SIMÕES, P. Celebridade - dispositivo interacional crítico?. *Rumores*, v. 13, n. 26, p. 17-33, 12 dez. 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/160049>>. Acesso em: 20 set. 2020.

VENTURINI, A. C. *Ação afirmativa na pós-graduação: os desafios da expansão de uma política de inclusão*. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CAPÍTULO 2

Interseccionalidade como alento para estrangeiros de dentro no ambiente acadêmico

BARBARA LIMA¹

“Aí, maloqueiro, aí, maloqueira. Levanta essa cabeça. Enxuga essas lágrimas, certo? Respira fundo e volta pro ringue. ‘Cê vai sair dessa prisão’. ‘Cê vai atrás desse diploma com a fúria da beleza do Sol, entendeu? Faz isso por nós, faz essa por nós. Te vejo no pódio.”
Emicida

Introdução

Embora para uma parcela da população brasileira o acesso ao ensino superior seja tratado com tamanha naturalidade a ponto de ser entendido somente como mais uma etapa do que seria uma vida adulta normal, para grande parte das famílias negras a realidade é completamente diferente. Aproveito este ponto para justificar algo que não é comum no meio acadêmico tradicional: a escrita em primeira pessoa. Escolho esse caminho neste texto não porque as ideias presentes aqui vêm de reflexões puramente pessoais, até porque não acredito que seja frutífero caminhar de forma solitária nos terrenos do conhecimento, mas porque gostaria de licença para fazer algumas pausas. Os assuntos que serão discutidos nas próximas páginas se entrelaçam tão fortemente com a minha experiência enquanto mulher, negra e de origem pobre,

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

que achei importante marcar, também na forma de escrita, o lugar de onde parto, meu lugar de fala.

Essa forma de pensar e de escrever é compartilhada também por outros intelectuais e pesquisadores negros. Isso se justifica pelo fato de que uma das maiores contribuições do pensamento negro para a academia é justamente o rompimento com a falsa ideia da neutralidade científica. Somos sujeitos atravessados por experiências que guiam o nosso olhar investigativo. Acredito que negar essa dimensão pessoal é, além de uma atitude que segue reproduzindo o modelo colonial de conhecimento, pouco proveitoso para a construção de uma sociedade que tem suas bases, ao mesmo tempo, na equidade do coletivo e na valorização de cada indivíduo.

Voltando ao assunto inicial, do acesso ao ensino superior, essa é a primeira questão que me atravessa. Morei grande parte da minha vida em uma casa cheia, que ficava em um terreno com outras casas também cheias de familiares mais e menos próximos da minha mãe, que é negra. Entre tias, tios, primas, primos e outros parentes, somávamos cerca de 40 pessoas. Desses, nove primos possuem a idade parecida com a minha. Eu fui a primeira a ingressar em uma faculdade e, até o dia de hoje, somente mais uma prima teve essa oportunidade. Na família do meu pai, que é branco, o número de primos com idades próximas também segue a média. São oito. Só que a proporção muda: desses, somente dois não ingressaram no ensino superior.

Justamente por transitar entre essas duas realidades, fui percebendo uma diferença, não só efetivamente na quantidade de universitários de uma família e outra, mas no quanto a ideia de que os espaços acadêmicos são exclusividade de determinadas pessoas era difundida e naturalizada. Enquanto do lado branco da família os assuntos na adolescência sobre o futuro profissional passavam por um amplo conhecimento sobre os tipos de faculdades e cursos disponíveis, do lado negro, além da grande maioria já exercer alguma atividade remunerada — como manicure, ajudante de pedreiro etc. —, fazer uma faculdade era algo que nem passava pela cabeça. Todos sabiam um pouco sobre como funcionava o acesso a um curso superior, mas interiorizaram a inacessibilidade desse local.

Portanto, minha chegada à faculdade foi, no mínimo, carregada de sentidos. Estudei em uma universidade privada que fica localizada em uma área periférica da cidade de Belo Horizonte e confesso que esse fato já fazia eu me sentir em casa. Além disso, na minha turma havia vários outros alunos pobres que só estavam ali graças a alguma bolsa de estudos. Mesmo com a questão racial ainda me incomodando, afinal éramos três negros em uma turma de cerca de trinta alunos, o saldo da graduação foi positivo. Lembro-me que foi um momento muito importante na minha construção enquanto sujeito.

A principal experiência que guiará as reflexões neste texto nasce de outra experiência acadêmica: a entrada no mestrado, que ocorreu em 2019, um ano após a implantação da política de cotas no programa. Tudo era diferente: éramos cerca de dez negros em uma turma de aproximadamente trinta alunos e o que parecia ser uma reparação da baixa presença negra da graduação foi atravessado por amarras muito violentas. Embora houvesse outros como eu naquele espaço, eu sentia que estávamos em um grande labirinto. Se a presença de mais negros parecia apontar inicialmente para uma saída, cada vez mais muros de um sistema enrijecido, branco e colonial se erguiam.

Estando nesse labirinto, eu sentia que todos os não negros dali sabiam coisas que os negros não sabiam, todos sabiam encontrar a saída. Todos sabiam se vestir e falar como acadêmicos. Todos entendiam a graduação como uma espécie de filtro para que só os realmente adequados chegassem ao mestrado — e, definitivamente, os negros não estavam nesse grupo de adequados. Todos sabiam o que é ser um pesquisador e como cada etapa de uma pesquisa deveria ser feita. Todos sabiam como era a experiência no mestrado. Parecia que tinham feito mestrado para entrar no mestrado. A única coisa que eu sabia era que todos sabiam que aquele não era o nosso lugar.

Estrangeira de dentro: ficando de fora mesmo estando dentro

Para falar sobre o conceito de *outsider within*², ou *estrangeira de dentro*, Patricia Hill Collins (2016) retoma algumas experiências de intelectuais do feminismo negro. Essa revisão é bastante rica ao nos apresentar como o fato de ser uma estrangeira de dentro atravessa, inevitavelmente, o percurso de mulheres negras inseridas em ambientes acadêmicos. Collins (2016) destaca uma fala da teórica estadunidense bell hooks ao descrever sua infância em uma cidade pequena: “[...] ao viver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora... compreendíamos ambos.” (HOOKS, 1984 apud COLLINS, 2016, p.100).

A fala de hooks (1984) reforça o principal ponto demarcado por Collins (2016), apesar de marcado pelo desprivilegio, o lugar de um estrangeiro de dentro confere uma leitura dos contextos sociais em que estão inseridos que dificilmente seria feita pelos *insiders*, ou seja, pelos indivíduos que ocupam os espaços sem serem atravessados por essa marginalização. Corrêa et al., (2018, p. 166) discorrem sobre essa dualidade de um estrangeiro de dentro, que sofre com a opressão da situação ao mesmo tempo em que colhe de reveladoras perspectivas que só podem ser vistas por esse ângulo:

Nosso lugar fronteiro de estrangeira de dentro é um espaço de encontros de diversas opressões, de falta de privilégios, de não pertencimento, de proximidade e de distância. Entretanto, é também um lugar de potência e de tensão criativa. As opressões incidentes funcionam como lente; a falta de privilégios opera como impulsionadora da criatividade; o não pertencimento favorece a liberdade do ver e do falar; o sentimento de exclusão é o lembrete para observar o outro (CORRÊA; GUIMARÃES-SILVA; BERNARDES; FURTADO, 2018, p. 166).

Mais que entender o que Collins (2016) queria dizer ao falar sobre o lugar dos chamados estrangeiros de dentro, percebo que esse conceito tem um duplo papel reconfortante para mulheres negras, como eu, e

2. Como o termo *outsider within* não possui uma correspondência exata em português, optamos por usar ao longo do texto a tradução “estrangeiro(a) de dentro”.

outros estrangeiros inseridos em espaços hegemônicos. O primeiro conforto vem de certa ideia de representatividade. Ao me aproximar das produções acadêmicas, raramente eu sentia que os discursos presentes nos textos falavam sobre mim ou sobre outros que fogem ao grupo hegemônico. Mesmo quando nos descrevem, tais estudos e conceitos não falam de nós, somos apenas os exemplos.

Por sorte o meu contato com a noção de estrangeiros de dentro aconteceu logo no início do primeiro semestre do mestrado — em uma disciplina ministrada por uma professora negra. Ler autores que tratavam de questões que eu também sentia, mas ainda não compreendia muito bem foi um alívio. O segundo aspecto que entendo como reconfortante na noção de Collins (2016) é a visão positiva que ela tem sobre uma situação que, em uma primeira análise, contém somente lados negativos: resignificar esse lugar de não encaixe, de frequentes apontamentos e olhares de rejeição, extraindo dele o privilégio de dali enxergar situações que passam despercebidas pelos demais, me parece um ótimo exercício para criar um novo fôlego e seguir em frente.

Entendo por experiência própria que um dos resultados negativos dessas situações em que pessoas não hegemônicas estão inseridas em meios hegemônicos é a luz que é colocada sobre as diferenças. Quando o espaço é preenchido somente por pessoas brancas, por exemplo, e uma pessoa negra passa a frequentá-lo, nem a pessoa negra, nem os demais, se esquecem, nem por um minuto, desse ponto de diferenciação. E foi ao perceber isso que o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2016) se fez tão importante em minha trajetória acadêmica.

Embora frequentemente seja entendido como um operador somente para a análise de mulheres negras, pensar de forma interseccional é considerar todos os sujeitos em sua integralidade, em sua complexidade, e não entender uma parcela como universal — os *insiders* — e todos que se diferem como o específico — os *outsiders*. O jornalista e professor Muniz Sodré também discute esse paradigma entre o universal e o diverso ao usar o conceito de duplo vínculo, cunhado por Gregory Bateson (1963), para falar sobre o racismo no Brasil e sobre o que ele chama de *Uma lógica perversa de lugar*: “(...) o racismo infiltra-se sob a forma de um valor eurocêntrico e pleno, supostamente universal, que

cria a falsa universalidade do inumano pleno, o diverso.” (SODRÉ, 2018, p.11). Nesse sentido, será que desconsiderar a integralidade dos indivíduos — negros e não negros — nas pesquisas acadêmicas também não é uma forma de racismo?

Interseccionalidade: sobre pensar os indivíduos em suas complexidades

“Nossos passos vêm de longe!” é uma frase muito utilizada por intelectuais e militantes negros para ressaltar algo valioso a eles e aos que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária: reconhecer o que foi feito anteriormente é mais que um exercício de gratidão, é uma forma de construir um futuro que não carrega tantas sombras do passado. A expressão foi eternizada no texto *Saúde das Mulheres Negras: Nossos Passos Vêm de Longe*, onde a médica Jurema Werneck (2006) reuniu reflexões de mulheres negras brasileiras e estadunidenses sobre saúde, acesso à educação, preconceitos, abuso sexual e outros temas. Assim como extrapolou as páginas da obra e vem sendo usada como uma espécie de lema do feminismo negro, a frase de Werneck (2006) nos parece uma boa forma para introduzir a temática da interseccionalidade.

Embora venha conquistando lugar de prestígio nas reflexões de pesquisadores ligados às ciências sociais nos últimos anos, o conceito de interseccionalidade já existe — de maneira fundamentada e reconhecida pelos meios hegemônicos — há mais de três décadas. Essa primeira sistematização formal foi feita pela autora afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, em 1989, no artigo *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. Antes disso, no entanto, como pontuado por Guimarães-Silva (2020), na década de 1970, intelectuais negras brasileiras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Edna Roland e Luiza Bairros, já vinham desenvolvendo reflexões acerca da posição da mulher negra na sociedade, passando, inclusive, pela noção de interseccionalidade³. Como não usaram exatamente esse

3. Disponível em: <<https://bit.ly/2FF5kax>>. Acesso em: 07 mai. 2020.

termo, nem encaixaram suas discussões nas formas aceitas pelos espaços tradicionais de conhecimento, tais produções não foram devidamente reconhecidas como foi feito com a esquematização de Crenshaw.

Isso posto, o exercício que faremos aqui parte, primeiramente, do reconhecimento e da valorização de todos os passos que construíram essa “sensibilidade analítica pensada por feministas negras” (AKOTIRENE, 2018, p. 18) que é o conceito de interseccionalidade. Ao fazer essa articulação, da interseccionalidade como sendo uma “sensibilidade”, Akotirene (2018) nos conecta a outro conceito, também cunhado por uma intelectual negra. Collins (2016) defende que mulheres negras são estrangeiras de dentro e que isso lhes proporciona a habilidade de “ver padrões que dificilmente podem ser percebidos por aqueles imersos nas situações” (COLLINS, 2016, p. 100). Isso explica a não aleatoriedade do conceito de interseccionalidade ter partido de pensadoras negras ao perceberem que, por serem entendidas ora como mulheres ora como negras, não tinham suas reivindicações contempladas plenamente nem pelo feminismo tradicional nem pelo movimento antirracista. “Ela é o ‘outro do outro’, uma dupla alteridade resultante de uma dupla antítese, da branquitude e da masculinidade” (CORRÊA et al, 2018, p. 150). É também a inobservância às questões específicas das mulheres negras que aponta Lélia Gonzalez, em 1984, ao refletir sobre racismo e machismo na cultura brasileira: “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira (...) e sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZALEZ, 1984, p. 224).

Em uma palestra no evento *Technology, Entertainment and Design* (TEDWomen), Crenshaw (2016) conta que a primeira vez que se deu conta na urgência de um pensamento interseccional foi quando conheceu uma mulher chamada Emma DeGraffenreid, cuja história estava descrita em uma revista de direito. Emma era uma mulher afro-americana e deu início a uma ação judicial após ter sofrido discriminação racial e sexista no processo seletivo de uma empresa. Emma estava convencida de que havia sido impedida de dar continuidade ao processo seletivo por ser uma mulher negra. Porém, o juiz responsável pela ação rejeitou a petição de Emma dizendo que a empresa em questão não poderia ter cometido tal

discriminação, uma vez que era comum para esse empregador em questão a contratação de afro-americanos e mulheres.

O real problema, entretanto, que o juiz não estava disposto a reconhecer e que Emma estava, na verdade, tentando dizer é que os afro-americanos contratados, comumente para trabalhos industriais e de manutenção, eram todos homens. E todas as mulheres contratadas, comumente como secretárias ou recepcionistas, eram todas brancas. (CRENSHAW, 2016, *TEDWOMAN*)⁴

A autora pontua que somente se o juiz e o restante do tribunal fossem capazes de entender que as duas opressões levantadas por Emma, de gênero e raça, atuam juntas, o resultado do processo seria favorável à Emma DeGraffenreid. Outro ponto levantado por Crenshaw (2016) é o fato de o tribunal não ter permitido que Emma entrasse com as duas ações simultaneamente, alegando que, se permitissem isso, a vítima teria um tratamento especial, uma dupla oportunidade, em relação à homens afro-americanos e mulheres brancas. Crenshaw (2016) questiona a atitude do tribunal em que Emma deu entrada ao processo dizendo que em vez do caso servir como força motivadora para o alargamento dos padrões, de forma a incluir mulheres afro-americanas, a petição foi simplesmente desconsiderada. A autora pontua que tal atitude lhe pareceu uma “injustiça organizada”.

Justamente por ser feminista, antirracista e uma estudiosa das leis antidiscriminação, Crenshaw (2016) conta ter se sentido tão afetada por esse caso. Além de Emma e outras várias mulheres afro-americanas terem que enfrentar o problema de não conseguirem um emprego para dar uma vida melhor à sua família, tais mulheres têm que lidar também com o fato de juridicamente suas queixas não terem validade e, nem mesmo, um nome. “E todos sabemos que, quando os problemas não têm um nome, não os enxergamos e, quando não os enxergamos, não podemos resolvê-los.” (CRENSHAW, 2016). A autora completa dizendo que anos mais tarde conseguiu entender que a situação enfrentada por Emma era um

4. A urgência na interseccionalidade. out. 2016. 1 vídeo (18 min). Publicado por *TEDWoman2016*. Disponível em: <<https://bit.ly/31cUINS>>. Acesso em: 8 mai. 2020.

problema de enquadramento. E foi aí que ela decidiu buscar novas narrativas que dessem conta da especificidade de situações como essa.

Visando simplificar a explicação do que seria então a noção de interseccionalidade, Crenshaw (2016) faz um paralelo com um tipo de interseção bem conhecido: o cruzamento das ruas. Para construir um novo entendimento acerca de situações como a de Emma, a autora sugere que imaginemos a vida como uma situação em que os sujeitos estariam posicionados em ruas, como em uma cidade. O tráfego que passa por essas ruas seriam as representações das identidades, como gênero, raça, classe, sexualidade etc. O ponto crucial dessa metáfora é entender que alguns sujeitos estão posicionados justamente no cruzamento de algumas dessas ruas e que, portanto, sentem simultaneamente o impacto de mais de um tráfego.

Considerações finais

Resgatando a experiência que motivou a escrita deste texto, minha entrada no mestrado, lembro-me do quanto as situações racistas que vivi nesse ambiente me paralisavam. Eu não entendia como era possível que pessoas com ideias progressistas, que se declararam parceiras na construção de um país mais igualitário, poderiam ter atitudes tão racistas quanto os indivíduos mais conservadores. Entendo hoje — compartilhando da discussão feita por Almeida (2018) — que é possível desvendar esse fenômeno quando abandonamos a ideia de que o racismo é algo que diz do nível de bondade ou maldade de uma pessoa, e nos atentamos para o fato de que ele faz parte, na verdade, da estrutura que fundou a sociedade brasileira e tantas outras. Logo, ao ser estrutural, pode ser reproduzido por qualquer pessoa.

Outro conceito que me ajudou a digerir as situações de racismo envolvendo pessoas progressistas foi a ideia de duplo vínculo, de Gregory Bateson (1963), que citamos anteriormente. Inicialmente, Bateson (1963) cunha esse conceito para falar sobre esquizofrenia e relações com intersubjetividades contraditórias. No entanto, as ideias de Bateson (1963) já foram usadas em diversas discussões das Ciências Sociais —

inclusive em estudos comunicacionais — e me parece adequada também para o entendimento do fenômeno exposto anteriormente.

Sodré (2018) também se atentou para a relação entre a ideia de duplo vínculo e o racismo,

[...] que pode ser assim formulado: “Eu amo/gosto/aceito o sujeito da pele escura, mas ao mesmo tempo amo/gosto/aceito que permaneça afastado”. Não seria difícil traduzir topologicamente esta fórmula. O racismo brasileiro é mais uma lógica de lugar do que de sentido. É dela que de fato têm hoje saudade os que acham um escândalo liberal proteger as vítimas históricas da dominação racial. (SODRÉ, 2018, p. 15).

Isso posto, resgato o questionamento feito no início deste ensaio: será que é possível pensar em novos mecanismos epistemológicos para que os sujeitos que antes não ocupavam os espaços acadêmicos possam se sentir mais acolhidos, tanto em suas complexidades pessoais quanto em seu olhar investigativo? Infelizmente a resposta não é simples e talvez a resolução das experiências negativas vividas por estrangeiros de dentro em ambientes hegemônicos não parece estar muito próxima, mas faço coro aos apontamentos de Collins (2017) sobre o papel e o poder da interseccionalidade, para quem

A interseccionalidade conecta dois lados de produção de conhecimento, a saber, a produção intelectual de indivíduos com menos poder, que estão fora do ensino superior, da mídia de instituições similares de produção de conhecimento, e o conhecimento que emana primariamente de instituições cujo propósito é criar saber legitimado. A interseccionalidade pode ser vista como uma forma de investigação crítica e de práxis, precisamente, porque tem sido forjada por ideias de políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas, assim como essas ideias têm sido retomadas por tais instituições (COLLINS; BILGE, 2016). A eficácia das ideias centrais de interseccionalidade, em situações díspares politicamente, levanta questões importantes sobre a relevância do conhecimento para a luta por liberdade e iniciativas de justiça social. (COLLINS, 2017, p. 7).

Além da importância conceitual, vejo no pensamento interseccional uma fuga aliviada para dentro de nossas próprias questões. Nós, pessoas negras, quando frequentamos ambientes acadêmicos majoritariamente brancos não devemos nos entender como recorte ou desconsiderar

nossa natureza atravessada por diversos fatores para tentar um encaixe perfeito na ideia de “normalidade”. Pelo contrário, precisamos tomar consciência da potência dos nossos corpos em espaços como esse, não somente pela reparação das oportunidades retiradas dos que vieram antes de nós, mas por agregarmos, com a própria vida, na criação de conhecimentos e dados que pensem sobre a sociedade brasileira como ela é: complexa, real e plural.

Referências

ALMEIDA, S. L. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BATESON, G. et al. “A note um the double bind. Family process”. In: *Palo Alto*, v. 2, n. 1, p. 154-161, 1963.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado* [online], vol. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, P.H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*. Jan/Jun, 2017. V. 5, nº1, 2017.

CORRÊA, L. G.; GUIMARÃES-SILVA, P.; FURTADO, L.; BERNARDES, M. Entre o interacional e o interseccional: Contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação. *Eco-Pós*, v. 21, n. 3, p. 147-169, 2018.

CRENSHAW, K. A urgência da “interseccionalidade”. *TEDWomen 2016*. Disponível em: <<https://bit.ly/31cUINS>>. Acesso em: 8 mai. 2020.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, vol. 1, art. 8, 1989.

GONZALEZ, L.. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília, ANPOCS, v. 303, p. 223-244, 1984.

GUIMARÃES-SILVA, P. *Interseccionalidade: mais de três décadas de um conceito revolucionário*. Disponível em: <<https://bit.ly/2FF5kax>>. Acesso em: 7 mai. 2020.

SODRÉ, M. Uma lógica perversa de lugar. *Eco-Pós*, v. 21, n. 3, p. 9-16, 2018.

WERNECK, J.; MENDONÇA, M; WHITE, E. C. (org). *O livro da Saúde das Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.

CAPÍTULO 3

Resistência, imagens de controle e representatividade¹

OLÍVIA PILAR

*“Não queremos ser o futuro. Somos o presente
Na chamada, a professora diz ‘Pantera Negra’
Eu respondo: presente”.*
Djonga

Uma primeira aproximação

Este ensaio busca apresentar uma proposta de articulação dos termos resistência, imagens de controle e representatividade em um percurso teórico. Essa abordagem está presente também em nossa dissertação de mestrado, uma pesquisa que aponta para uma noção ampliada de representatividade. É também um caminho que se relaciona ao próprio propósito deste e-book: as práticas de resistência a partir de uma visão interseccional. Neste caso, de um grupo preparatório para pessoas negras com o propósito de adentrar uma pós-graduação de caráter *stricto sensu*. O termo interseccionalidade (CRENSHAW, 1989, 1990, 2002) é especial para este ensaio, pois apresenta um novo olhar para se analisar os diversos grupos sociais, em especial as mulheres negras, uma vez que por meio dele é possível pensar, organizar e praticar ações que levam em consideração as diferenças.

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Não por acaso, a interseccionalidade tem relação direta com as imagens de controle e, portanto, com as autodefinições e práticas de resistência das mulheres negras — nosso objeto de estudo no percurso acadêmico. Ao buscar relacionar essas perspectivas, nossa pesquisa também se aproxima das reivindicações contemporâneas acerca de uma busca por novas representações. Entendemos, portanto, que o grupo de estudos Orientação Afirmativa é a personificação máxima do que chamamos de resistência às imagens de controle (COLLINS, 2019). Ao contribuir para que pessoas negras adentrem um meio acadêmico e, comumente, elitista e branco, está se criando outra lógica para que novos olhares sobre esse grupo sejam constituídos e circulados.

Para além disso, pensando em uma aproximação com nossa pesquisa, é necessário abordar também essas reivindicações e novos olhares a partir de uma perspectiva midiática, tão presente na vida diária dos sujeitos. As discussões acerca das representações de grupos marginalizados em produtos da mídia vêm ocupando espaço na sociedade, tanto em redes sociais quanto no cotidiano (BORGES, 2016). Essa reivindicação, em diversos momentos, é realizada a partir de termos como representatividade, novas formas de representação ou uma não utilização de estereótipos. Nesse sentido, em nosso percurso nos deparamos com a possibilidade de atos de resistência que podem funcionar como uma das formas de se contestar antigas representações, consideradas nocivas e prejudiciais para alguns grupos sociais — entre eles, as mulheres negras.

Os estereótipos — representações que buscam “essencializar” determinados grupos a algumas poucas características — são um dos exemplos de como algumas definições sobre o *Outro* (criado através da binariedade entre branco/não branco) podem trazer danos (HALL, 2016). Quando pensados a partir de uma lógica de opressão, eles deixam de ser apenas representações para serem considerados imagens de controle (COLLINS, 2019): histórias, mitos, estereótipos, estigmas etc. que dizem de formas de naturalizar opressões inter cruzadas — como o racismo, o sexismo e o classismo. Em nosso percurso buscamos apreender como resistir à imagens de controle pode ser um importante caminho para que novas representações sejam constituídas, trazendo representatividade (especialmente em produtos midiáticos), não nos esquecendo de que mulheres

negras sempre utilizaram das autodefinições (colocar o “eu” no centro do debate) como uma forma de resistência (BUENO, 2020).

O encontro entre representação e imagens de controle

Representação é uma palavra que remete a diversas compreensões, a depender da área a qual estamos observando — como a política, a midiática, a legal, a teatral etc. No Campo da Comunicação esse conceito está presente em variadas formas de análise, mas tendemos a utilizá-lo, principalmente, em dois percursos teóricos: a) o das práticas comunicativas inseridas na representação política, em termos de política formal e informal, de eleitos e não eleitos; e b) o das práticas comunicativas na representação não política (a qual denominamos de representação simbólica), aquela ao qual podemos observar em produtos midiáticos, na sociabilidade e outros. Essa, apesar de não ter relação direta com a política formal, diz da política de outra forma — principalmente ao nos referirmos às categorias de raça, gênero e classe. Assim, uma perspectiva ampliada do que seria a política.

A representação simbólica, como compreendida pelo Campo da Comunicação e abordada aqui, é uma atualização de uma perspectiva que surge na Psicologia e também na Sociologia, por meio do conceito de representação social. Essa noção remete aos estudos do sociólogo Durkheim (1898) e do psicólogo social Moscovici (1978). Primeiramente apresentada como representação coletiva pelo sociólogo e depois resgatada como representação social pelo psicólogo, essas compreensões abordam as construções sociais criadas entre os indivíduos sobre as coisas do mundo, e dizem das relações com o meio social e as noções criadas sobre algo (SANTOS; DIAS, 2015).

Entretanto, ao contrário de Durkheim, que as estuda enquanto fatos sociais, na noção elaborada por Moscovici, as representações devem ser entendidas como fenômenos específicos utilizados para se comunicar com o mundo, que “circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através de uma palavra, gesto, reunião, em nosso cotidiano” (SANTOS; DIAS, 2015, p.183), estando nas relações, nos objetos e nas comunicações. Para o psicólogo, é necessário que o indivíduo conheça

aquilo que será representado, pois a “finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar” (p.183) trazendo para a familiaridade o que antes parecia estranho.

Trazer um pouco daquilo que compõe o que chamamos de representação social é importante, pois nos mostra como ela é entendida na Sociologia e Psicologia, campos que, em conjunto com outros, tradicionalmente fundamentam a Comunicação — área que trabalha a construção subjetiva, conjunta e compartilhada do eu, do nós e do eles e na qual estamos inseridos. Que compreende que os atos comunicativos ocorrem em situações interativas entre os interlocutores (QUÉRÉ, 2018). Como veremos a seguir, os estudos sobre a representação no Campo da Comunicação também são dinâmicos e diversificados, mas têm como pano de fundo a percepção de que representação acontece por meio de uma prática comunicativa.

Corrêa e Silveira (2014) consideram que a representação deve ser abordada por um viés mais próximo da linguagem, posto que ela organiza, influencia e conduz práticas sociais. Assim, a representação estaria relacionada à noção de imagem — abordagem semelhante à da Psicologia com as representações sociais, da História e da Sociologia. A partir dos estudos de Durkheim e Moscovici, influenciadores na forma como esse conceito é pensado na Comunicação, as representações “não devem ser tomadas como dados ou entidades explicativas absolutas, mas como fenômenos que apresentam tensões e conflitos em suas estruturas e mecanismos internos” (p.212), e estão em constante movimentação e circulação no meio social, estando presentes em “imagens, textos, objetos e práticas dos sujeitos” (p.212). Nesse sentido, ressalta-se que as representações se constituem e são reconstituídas nas “experiências e interações comunicativas entre pessoas e grupos” (p.212).

Para Vera França (2004), as representações devem estar inseridas em um contexto social e compartilhadas dentro de um quadro de sentidos da sociedade. Como exemplos ela cita a representação da morte em livros, da violência no cotidiano e da mulher nas telenovelas. Assim, as representações compõem nosso dia a dia através de imagens, ícones e símbolos, e “são produzidas no bojo de processos sociais, espelhando diferenças e movimentos da sociedade; por outro lado, enquanto

sentidos construídos e cristalizados, elas dinamizam e condicionam determinadas práticas sociais.” (FRANÇA, 2004, p.19).

A partir desses autores, entendemos que as representações são constituídas em uma prática comunicacional, já que envolvem o uso da linguagem, estão inseridas em um contexto e são compartilhadas em um mundo comum dos sujeitos, em uma interação. Significando, em síntese, quando algo está no lugar de outro algo ou alguém. Na perspectiva de Hall (2016), ancorada no trabalho de Foucault, as representações são conhecimentos elaborados através de discursos relacionados ao poder, que podem regular condutas e construir identidades.

A definição de representação por Hall (2016) parte da noção de que se trata de um processo em que os integrantes de uma determinada cultura utilizam da linguagem para a produção de sentidos. Essa perspectiva encara que o sentido dado às coisas do mundo é produzido pelos sujeitos, sendo uma prática social e, portanto, com base na abordagem construtivista, faz uma relação entre as coisas, os conceitos e os signos. Esses sentidos precisam ser interpretados e essa interpretação ocorre através da utilização de códigos — codificação ao inserir o sentido e decodificação ao ser interpretado. Os códigos, assim como os sentidos, não são fixos e imutáveis e são traduzidos através da linguagem.

Por meio da perspectiva da linguagem como importante fundamento no processo de representação, a abordagem construtivista tem potencial para ser analisada em duas vias: a semiótica e a discursiva, ambas com suas contribuições. Para Hall (2016) o conceito de representação absorveu particularidades das duas compreensões, mas a noção passa a ser entendida também como uma prática.

Entretanto, Hall opta por priorizar a abordagem a partir de Foucault (a discursiva), pois busca compreender melhor os efeitos e resultados da representação na sociedade, “como o conhecimento produzido pelos discursos incide sobre as condutas, a formação ou a construção de identidades incide sobre a interpretação em determinadas épocas históricas” (SANTI; SANTI, 2008, p.3). Nesse sentido, não há uma resposta absoluta ou mais certa sobre a análise de uma representação, pois o significado não é fixo — assim compreendem que há “uma interpretação plausível, ainda que não isenta à transformação” (SANTI; SANTI, 2008, p. 3).

É a partir da abordagem dos estereótipos, que Stuart Hall analisa a representação enquanto uma prática e a relaciona com as teorias que utiliza como sua base. Em seu processo de entendimento aprofundado do que ele chama como regime de representação, Hall (2016) apresenta os estereótipos como um “conjunto de práticas representacionais” (p.190). O estereótipo é um fenômeno que reduz um grupo a determinadas características, o tornando apenas ligado a elas, como se fossem naturais. Nos estereótipos, as pessoas são reduzidas a categorias e características; “que são, depois, exagerados e simplificados” (p.191). Hall define o processo de estereotipagem como algo que “reduz, essencializa, naturaliza e fixa a ‘diferença’” (p.191), que separa o normal do diferente e que, ao fazer essa separação, exclui aquele que é considerado diferente pois é inaceitável.

Assim, essa exclusão tende a aproximar os grupos que são iguais, afastando aqueles que não se enquadram nas normas. Outra característica dos estereótipos é a forma como ela se relacionam com a noção de poder. A estereotipagem, para Hall, “tende a ocorrer onde existem enormes desigualdades de poder” (p. 192), fazendo com que aqueles que são excluídos e marcados pela diferença sejam, naturalmente, o grupo que não está presente no papel hegemônico.

Se para Hall a constituição das representações estereotipadas parte da época da exploração do continente africano e da escravidão nos Estados Unidos, e dizem de uma relação entre poder, conhecimento, corpo e discurso, para Patricia Hill Collins (2019) esse percurso deve ser compreendido para além disso. Para autora, o processo de estereotipagem é uma justificativa para que algumas opressões possam acontecer de forma naturalizada e contínua. Nesse sentido, ela faz uma recapitulação da construção dessas imagens estereotipadas e as chama de *imagens de controle*. Tal conceito designa representações através de mitos, histórias, estereótipos, estigmas etc. que vão definir a conduta das pessoas no mundo e a forma como elas serão analisadas e cobradas pela sociedade, em especial pelo grupo hegemônico.

Apesar de apontar que as imagens de controle incidem sobre todos os sujeitos, em relação às mulheres negras elas sempre partem de lógicas negativas e demarcam suas posições subalternas na sociedade.

Ao destacar as experiências das mulheres negras sobre diversos pontos históricos da vida estadunidense, Patricia Hill Collins abarca o ponto de vista de um grupo que é comumente silenciado. Assim, como ressalta Bueno (2020), o trabalho de Collins é uma referência para as pesquisas sobre raça e gênero, e apresenta, através de seu olhar metodológico, maneiras de analisar a emancipação das mulheres negras. Ela evidencia “uma leitura que se centra na maneira com que as imagens de controle são manipuladas para frustrar o processo de subjetivação das mulheres negras” (p. 39) que trazem para o centro de sua pesquisa uma abordagem reflexiva acerca do posicionamento desse grupo na sociedade.

Nesse sentido, as imagens negativas sobre as mulheres negras são uma das formas de se justificar e naturalizar as opressões inter cruzadas, ou seja, opressões que são advindas de diversos marcadores (COLLINS, 2019). Bueno (2020) ressalta que “as imagens de controle são a dimensão ideológica do racismo e do sexismo compreendidos de forma simultânea e interconectada” (p.73), nesse sentido, Collins frisa que existe uma manipulação pelos grupos hegemônicos em se criar definições acerca do que é uma mulher negra — em confluência sobre a perspectiva de Hall sobre poder, conhecimento e discurso. Assim, ela destaca que a resistência sobre as imagens de controle deve ser uma das principais prerrogativas do pensamento feminista negro.

Outro ponto em que suas perspectivas se encontram é na definição da articulação entre poder e o *Outro*. Nos estudos de Hall, a demarcação do *Outro* vem bastante ancorada na raça, o *Outro* é a pessoa negra ou a pessoa que não é branca, a partir do binarismo; na perspectiva de Collins as mulheres negras são a melhor definição do que é ser o *Outro* em nossa sociedade, pois dizem não só da relação binária em que o *Outro* só existe ao ser relacionado com seu contrário, mas também por ser personificação daquilo que é objetificado, que pode ser “manipulado e controlado” (COLLINS, 2019, p. 137). A autora ressalta que uma das formas de objetificação mais comuns sobre as mulheres negras é a relação criada entre empregador e empregada doméstica — ao buscarem estratégias de que essas mulheres sejam mulas ou infantilizadas, elas são objetificadas.

A escravidão, as relações de trabalho durante e após esse período, e as constituições de família e comunidade, construíram diversas imagens de

controle sobre as mulheres negras que permitem que várias das opressões fossem justificadas por “desvios” de caráter. Uma vez que esses passam a supostamente serem incluídos na índole desse grupo, ou, até mesmo, para que a conduta subordinada fosse naturalizada e, fugir a essa percepção, seria ir contra as representações anteriormente impostas. Além disso, ela ressalta que as imagens de controle sobre as mulheres negras “funcionavam para mascarar relações sociais que afetavam todas as mulheres” (p. 140), pois para as mulheres brancas, ricas e de família tradicional também haviam características que elas deviam aspirar — como a pureza. Para Bueno (2020) as imagens de controle que conduzem a vida de mulheres negras têm como sua base os estereótipos, advindos das opressões inter cruzadas principalmente quando pensados a partir da raça e gênero.

Apesar da produção de Collins está ancorada em seu próprio contexto, as mulheres negras estadunidenses, conseguimos encontrar diversos paralelos com as mulheres negras brasileiras. As imagens de controle da *mammy* (a servente fiel) e da *jezebel* (a mulher negra hiperssexualizada) podem ser relacionadas a duas imagens muito presentes no imaginário brasileiro: a doméstica e a mulata (GONZALEZ, 1984). Essas imagens dizem de opressões que atingem o comportamento dessas mulheres (a doméstica: ser submissa a família a qual ela trabalha) e a forma como elas são vistas na sociedade (a mulata: corpo objetificado visto apenas como um caminho para o prazer). Por isso acreditamos que tanto o conceito de imagens de controle, como os eixos de resistência apresentados a seguir, são importantes noções para que possamos compreender a própria sociedade brasileira e o imaginário criado sobre as mulheres negras.

Perspectivas de resistência às imagens de controle

Ao apontarmos para um terreno de opressões que atingem determinados grupos sociais, nos deparamos também com os atos de resistência desses grupos. Collins (2019) destaca que apesar do objetivo de as imagens de controle ser perpetuar discursos e justificativas para as opressões, as mulheres negras sempre buscaram reagir e resistir a elas.

As autodefinições, por exemplo, são importantes caminhos para a resistência. Para as mulheres negras, especificamente, as noções apontadas por Patricia Hill Collins como atos de resistência parecem ser aquelas que mais se aproximam da vivência enquanto um grupo, mas também a partir de sua individualidade, pois nascem em meio a espaços seguros constituídos por e para essas mulheres — como a arte, representada pela literatura e a música. Esses espaços promovem pensamentos emancipatórios que criam uma consciência combativa e politizada.

Esse grupo, apesar de ter a vivência marcada por opressões inter cruzadas, encontrava nesses atos formas de externar suas percepções do mundo. As mulheres negras estadunidenses sempre encontraram formas de rejeitar as imagens de controle ao qual estão submetidas e que a partir de atos individuais criam uma consciência coletiva (COLLINS, 2019). Essa forma de contestação é apontada por ela como um mecanismo de “se rebelar” e de resistência e acontece através de quatro indicadores: 1) *autodefinição*, a partir da relação com outras mulheres negras e com a arte, em especial a música e a literatura; 2) *autovalorização* e respeito; 3) *autossuficiência* e independência; 4) *a transformação do eu para o empoderamento pessoal*, que diz da modificação da consciência individual para uma busca de mudança coletiva.

A *autodefinição* busca “posicionar o ‘eu’ no centro da análise” (COLLINS, 2019, p. 203) com objetivo de que essas mulheres negras possam não só externalizar a forma como se sentem em relação ao mundo (nas artes, por exemplo), mas também entender o que essas opressões causaram nelas mesmas ao longo dos anos, a partir de um entendimento sobre sua identidade. Nesse sentido, Collins destaca que a autodefinição tenta trazer uma mente livre e promove falas individuais que levarão a ações; essa autodefinição, apesar de partir de uma individualização, é construída em contextos coletivos, como os espaços seguros, “em vez de definir o ‘eu’ em oposição aos outros, a conexão entre os indivíduos proporciona às mulheres negras autodefinições mais profundas e mais significativas” (p. 205).

Se a *autodefinição* diz do entendimento do objetivo das imagens de controle e, portanto, de como as rejeitá-las, a *autovalorização* diz do impacto que essas imagens de controle têm sobre as mulheres negras e

aponta a importância de se valorizar e se *respeitar*, pois “as afro-americanas que valorizam aqueles aspectos da condição de mulher negra que são estereotipados, ridicularizados e caluniados na academia e na mídia popular desafiam ideias básicas inerentes a uma ideologia de dominação” (p. 207). Esse processo de *autovalorização* e respeito próprio precisa, entretanto, caminhar em conjunto com o respeito pelos outros.

Ao abordar os ensaios de Maria Stewart², que destacam para um espírito destemido e independente, Collins frisa a importância também de uma *autossuficiência e independência* das mulheres negras. Esse processo de valorizar a independência e a forma como mulheres negras conseguem driblar as opressões para sustentar a si e suas famílias (mesmo que, como ressalta Collins, em muitos casos seja uma consequência do contexto e não uma escolha), também é um dos caminhos para se contestar e resistir às imagens de controle, pois “põe claramente em xeque as ideias dominantes a respeito da feminilidade” (p. 209). Ser independente financeiramente também está inserido nesse processo, assim como a noção de respeito.

Entendemos que ao mesmo tempo em que a *autodefinição* é apontada como um processo guarda-chuva, ao qual as outras se adentram, ela também pode ser um processo único naquilo que busca um pensamento emancipatório sobre as mulheres negras. Pensando nisso, Collins (2019) ressalta que apesar do caráter individual das autodefinições, elas também contribuem para um empoderamento coletivo, pois se tem várias mulheres negras com pensamentos críticos e politizados sobre sua situação, “uma consciência transformada encoraja as pessoas a mudar as condições de sua vida” (p.211). Assim, a intelectual frisa a importância de se mudar o “*eu*”, *um empoderamento pessoal*, em prol de uma consciência coletiva.

Apesar de muitas das ações mulheres negras manifestadas na prática contribuírem para a mudança do contexto, essa transformação pessoal (que ocorre a partir de um autoconhecimento) também é importante, como ressalta Collins (2019): “qualquer mulher negra que seja forçada a

2. RICHARDSON, Marilyn (org). Maria W. Stewart, America's First Black Woman Political Writer. Bloomington, IN, Indiana University Press, 1987.

permanecer, como indivíduo, ‘inerte por fora’ pode desenvolver o ‘dentro’ de uma consciência transformadora como esfera da liberdade” (p.211).

Dessa forma, esses quatro aspectos apresentados sobre a consciência das mulheres negras é um dos apontamentos mais importantes do pensamento feminista negro, como frisa Collins: “ao persistir na busca por autodefinição, nós nos transformamos como indivíduos. Nossas lutas individuais, quando interligadas a ações em grupo, ganham novo significado” (p.215), pois buscam não somente resistir e contestar às imagens de controle, mas a trazer um empoderamento coletivo que traz transformações coletivas através das ações resultantes dessa transformação. Bueno (2020), ao apontar para a constituição de um empoderamento coletivo e político, frisa que “o processo de subjetivação de mulheres negras permite que elas possam exercer sua cidadania de forma plena para além dos espaços seguros, afirmando sua agência, autonomia e independência” (p.142).

Os quatro eixos apresentados — autodefinição, autovalorização e respeito, autossuficiência e independência, e a transformação do eu para o empoderamento pessoal — se tornam também um importante caminho metodológico para se analisar os produtos midiáticos e suas representações. Essa perspectiva, criada para a nossa produção da dissertação, é relevante, pois aproxima as representações à noção de representatividade ampliada ao qual buscamos constituir nesse percurso acadêmico.

Resistência e representatividade: processos que caminham juntos

A resistência das mulheres negras com relação às imagens de controle que lhe são impostas, apresenta-nos a outra perspectiva: a representatividade. Essa noção é compreendida de formas variadas em diferentes áreas, por isso, em nosso percurso acadêmico do Mestrado, propusemo-nos a defini-la enquanto uma perspectiva ampliada. Isto é, para além de duas compreensões que lhe são muito comuns: um sinônimo do conceito de representação e uma abordagem apenas quantitativa, pensada apenas a partir da presença. Nosso propósito não é ignorar as perspectivas que já lhe são postas, mas apresentar um novo olhar. Uma noção que consiga abarcar algumas dessas compreensões de forma conjunta.

Por isso consideramos o processo de apresentação da noção de representação como parte fundamental dessa trajetória, pois entendemos que as imagens de controle não só são representações, como para que haja uma representatividade seja necessário que algo esteja ali representado. Porém, compreendemos também que a perspectiva de representação por si só não apreende todos os sentidos que buscamos apresentar com uma noção ampliada de representatividade. Destacamos também os debates contemporâneos acerca das representações de grupos minoritários em produtos midiáticos e como isso se caracterizou como uma busca por representatividade. Todos esses caminhos teóricos — e também práticos pois dizem de ações — são importantes para que apresentássemos uma compreensão ampliada do que seria a chamada representatividade.

Assim, entendemos a representatividade enquanto um fenômeno que aciona diferentes sentidos, mas que, em um resumo de toda a nossa pesquisa de Mestrado, tem as seguintes definições: 1) ter uma representação e, portanto, é preciso que esteja ali (a presença); 2) ter um número correspondente que signifique mudanças (o quantitativo de somente um, principalmente quando dizemos de pessoas negras, passa a ser apenas a cota); 3) uma presença não unidimensional como aponta Ward (2004) e, portanto, que tenha camadas. Camadas essas que demonstram uma pluralidade e complexidade nessas representações que, comumente, se restringem a imagens de controle; essa perspectiva é importante pois partimos das representações de grupos homogêneos que nunca se restringem a apenas uma definição, mas a várias. Por fim, como destaca Chimamanda Adichie (2009), é importante 4) contar histórias diversas e que não nos fixamos apenas nas “histórias únicas” (n.p.).

Assim, apontamos para duas percepções que permitem que as duas noções, resistência e representatividade, se encontrem: 1) a resistência das mulheres negras às imagens de controle pode trazer novas representações em produtos midiáticos, pois ao se autodefinirem, esses sujeitos criam novos olhares sobre si, circulam novos sentidos sobre um grupo social e podem modificar o imaginário coletivo que a sociedade têm sobre elas; 2) as representações de mulheres negras em produtos midiáticos podem ser representativas, personagens negras (e seus enredos) que, de certa forma, não reproduzam imagens de controle ao apresen-

tarem temáticas e definições que tenham camadas e não se mantenham como um olhar sobre o grupo.

Acreditamos que essa perspectiva ampliada de uma noção de representatividade, mesmo que esteja ancorada em um grupo social específico, possa ser apresentada para a análise de outras complexidades das sociedades contemporâneas — em nossa pesquisa nosso objeto de análise são as personagens mulheres negras em uma telenovela voltada para o público jovem, *Malhação: Viva a diferença*. Isto posto, nosso percurso também buscou apreender sentidos sobre uma noção que possa ser utilizada em outras pesquisas, bem como outras análises sobre grupos sociais distintos. Compreendemos que a representatividade se configura em quatro eixos, agora em uma perspectiva mais geral e não somente a um grupo: 1) a presença; 2) uma presença que não seja única; 3) uma representação com camadas; 4) a pluralidade e a diversidade de histórias.

Para fins de uma aproximação com o propósito deste e-book, acreditamos ser possível também se pensar nos eixos de resistência de Collins (2019) e em nossa perspectiva ampliada da noção de representatividade para o grupo Orientação Afirmativa. Através de sua inserção em um espaço historicamente não muito receptivo para pessoas negras — os espaços acadêmicos são difíceis de adentrar, assim como apresentam mecanismos que barram nossa permanência —, esses futuros alunos de programas de pós-graduação estão não só resistindo, mas também, ao produzir suas pesquisas, estão externando para o mundo suas autodefinições. Produções acadêmicas, como ressalta Collins (2019), são, ao lado das intervenções artísticas (como a literatura e a música), atos de resistência que apresentam muita força para grupos minoritários, em especial pessoas negras.

Referências

ADICHIE, C.. O Perigo da História Única. *TEDGlobal 2009*, jul. 2009. 1 vídeo (18 min. 34 seg.). Publicado por TED. Disponível em: <<http://bit.ly/2NY9kC1>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

BORGES, R.. *Esboços de um tempo presente*. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

BUENO, W.. *Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

COLLINS, P. H.. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORRÊA, L. G.; SILVEIRA, F. J. N.. Representação. In: FRANÇA, V.; MARTINS, B.; MENDES, A. (org.). *Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS): trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação*. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2014. cap. 16, p. 127-130.

CRENSHAW, K.. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *The University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, K.. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stan. L. Rev.*, v. 43, p. 1241, 1990.

CRENSHAW, K.. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DURKHEIM, É.. Representações individuais e representações coletivas (1898). In: *Sociologia e Filosofia*. São Paulo: Ícone, 2004.

FRANÇA, V. R. V.. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, M.; GOMES, R. C.; FIGUEIREDO, V. L. F.. *Comunicação, representação e práticas sociais*. v. 1. Rio de Janeiro: PUC Rio; Aparecida: Idéias & Letras, 2004. p. 13-26.

GONZALEZ, L.. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. M. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1984.

HALL, S.. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO/ Apicuri, 2016.

MOSCOVICI, S.. *A representação social da psicanálise*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

QUÉRÉ, L. De um modelo epistemológico a um modelo praxiológico da comunicação. In: FRANÇA, V.R.V.; SIMÕES, P.G. (org.). *O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 15-48.

SANTOS, G. T.; DIAS, M. J. M. B.. Teoria das representações sociais: uma abordagem sociopsicológica. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, v. 8, p. 73-187, 2015.

SANTI, H.; SANTI, V.. Stuart Hall e o trabalho das representações. *Anagrama*, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/3hHKnK5>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

WARD, L. M.. Wading Through the Stereotypes: Positive and Negative Associations Between Media Use and Black Adolescents' Conceptions of Self. *Developmental Psychology*, p. 284-294, 2004.

CAPÍTULO 4

Mediações algorítmicas e representação cultural de mulheres negras

RAIANE MIRANDA

“Se já é um desafio ser mulher em tecnologia, para as mulheres negras acaba sendo ainda mais desafiador, porque a gente tem que lidar, não só, com o machismo, mas também, com o racismo sobreposto.”
Sil Bahia

Introdução

A internet e os dispositivos eletrônicos são tecnologias contemporâneas que estão, progressivamente, sendo incorporadas na rotina das pessoas. Ao fazermos uma pesquisa na web, ao usarmos as redes sociais *online*, pedirmos um carro por aplicativo ou escolhermos uma música para ouvir em uma plataforma de *streaming*, por exemplo, estamos lidando com algoritmos que modulam nossas experiências nessas ambientes e dispositivos. Algoritmos, como parte constitutiva das plataformas digitais, estão cada vez mais presentes no cotidiano e conferem distintos contornos às sociabilidades (RIEDER et al., 2018). Com a predominância dos algoritmos nas dinâmicas digitais, pesquisadores da Comunicação têm se dedicado a investigar como essas estruturas estão inseridas em diferentes processos comunicacionais e sociais, deslocando o caráter técnico computacional e os observando como um agente social.

Embora, em uma perspectiva tecnicista os algoritmos pareçam possuir um caráter neutro, eles não devem ser compreendidos assim, pois são construídos com base nas experiências humanas. A maneira como eles estão inscritos nas interfaces digitais, de forma pouco visível,

induz o usuário a atribuir imparcialidade aos algoritmos. A despeito da neutralidade pretendida, a qual legitima o funcionamento dos algoritmos, estes são operados por lógicas pré-estabelecidas e, por isso, carregam consigo perspectivas sociais, políticas e econômicas quanto aos critérios de “relevância” (GILLESPIE, 2018). Se os algoritmos estão incorporados no cotidiano e nossa visão de mundo também é construída a partir do processo de mediação dos algoritmos, então se pode dizer que eles exercem uma influência significativa na representação de determinados grupos sociais.

O controle de determinados grupos e a sub-representação de outros na tecnologia garantem que os problemas causados por uma perspectiva única não sejam abordados. Como consequência, aqueles que não fazem parte do grupo dominante no campo se tornam ainda mais marginalizados (GEBRU, 2019). A visão distorcida de uma máquina pode levar a injustiças, facilitar experiências de exclusão e práticas discriminatórias existentes. A capacidade de potencialização e de se espalhar rapidamente torna o viés maquínico ainda mais prejudicial (BUOLAMWINI, 2016). Pesquisadores contemporâneos, especialmente mulheres negras, têm se dedicado a problematizar vieses algorítmicos, que agem nas decisões de automação em aprendizado de máquina (*machine learning*), inteligência artificial, buscadores, recomendação de conteúdos etc., que resultam em ações preconceituosas em diversos dispositivos midiáticos e tecnológicos.

Nessa perspectiva, pretendemos discutir casos em que infraestruturas digitais baseadas em algoritmos reproduzem e reforçam, ao mesmo tempo, concepções racistas acerca de mulheres negras. Para tanto, este trabalho divide-se em cinco partes, sendo a primeira esta introdução. Na segunda, conceituamos brevemente os algoritmos e como eles estão situados no Campo da Comunicação, bem como apresentamos algumas discussões importantes acerca da temática. Na terceira, discutimos o conceito de representação e sua articulação com o conceito de interseccionalidade, que servirá de base analítica para examinar os casos de representação problemática de mulheres negras, que serão apresentados e problematizados na quarta parte deste trabalho. Por fim, nas considerações finais, recuperamos os aspectos principais e apontamos algumas

medidas que podem minimizar as representações estereotipadas, considerando suas limitações dentro de uma sociedade capitalista.

Algoritmos no campo da Comunicação

Para contextualizar, começamos apresentando a noção de plataforma, ambiente onde os algoritmos serão tratados neste estudo. De acordo com Poell et al. (2020, p.4), as plataformas são “infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados”. Nesse sentido, essa definição leva em consideração três dimensões indissociáveis: tecnologia, modelos de negócios e interações entre usuários (VAN DIJCK, 2013).

Gillespie (2010) propõe ao menos três abordagens conceituais sobre plataformas: a computacional (que diz respeito sobre a infraestrutura [re]programável), a arquitetural (interfaces, que regulam as ações dos usuários) e a figurativa (o modo como a plataforma permite a comunicação, a interação e a comercialização dentro dela). Portanto, aos nos referirmos a “plataformas”, consideramos não apenas os aplicativos utilizados em *smartphones* ou as redes sociais *online* e de compartilhamento de conteúdo, mas uma rede complexa e diversificada nos aspectos técnicos, políticos e culturais.

Com a emergência de plataformas como o *Facebook* (2004), o *YouTube* (2005) e o *Twitter* (2006), desde meados dos anos 2000, tem-se a intervenção dos algoritmos consistindo em parte nuclear das operações desses serviços. A rigor, os algoritmos são um conjunto de instruções que, seguidos à risca, proporcionam resultados esperados, como uma receita de bolo ou manual de instruções de aparelhos. Na computação, os algoritmos são sequências de instruções construídas para que se possa, por meio de dispositivos computacionais, chegar a determinados objetivos (FORBELLONE; EBERSPACHER, 2005).

Nas plataformas, há diversos algoritmos em operação, executando distintas funções. Dessa maneira, eles passam a executar tarefas relacionadas a grandes volumes de dados, que vão desde a ordenação de conte-

údos publicados até a recuperação de informações e organização de resultados possíveis para expressões inseridas em mecanismos de busca. No entanto ressalta-se que esse tipo de intervenção visa manter a maior quantidade de pessoas conectadas durante o maior espaço de tempo, para que possam ver as mensagens que são pagas para serem exibidas.

Dessa forma, é preciso se ater aos critérios de relevância empregados pelas plataformas, pois os algoritmos são produzidos para atender às estratégias comerciais das instituições que os capitalizam. Nesse sentido, nos voltamos para a perspectiva teórica intitulada Estudos de Plataforma, que auxiliará a compreender o enredamento que se dá a partir das relações entre a materialidade das plataformas e as práticas sociais. O campo é um desdobramento dos Estudos de Ciência e Tecnologia (STS) e se volta para articulação das dimensões técnicas, políticas e econômicas que constituem os ambientes digitais (D'ANDRÉA, 2017). Esse conjunto de estudos abarca distintas abordagens, mas autores da área comungam da perspectiva de se estudar “as *affordances* tecnológicas das plataformas em sua relação com os aspectos políticos, econômicos e sociais” (HELMOND, 2019, p.52).

O conceito de *affordances* foi desenvolvido pelo psicólogo James Gibson e se refere às especificidades presentes em um espaço. Segundo o autor (1982, 2015 *apud* SALGADO, 2017), as características do meio proporcionam possibilidades para seres agirem conforme as condições oferecidas pelo ambiente no momento da ação. Dessa forma, a ação dos usuários será moldada conforme as condições programadas pela plataforma, como, por exemplo, visualizar, curtir ou compartilhar um conteúdo dentro do *site*. Essas ações deixam rastros digitais que, com a intervenção dos algoritmos, auxiliam as plataformas a mostrar conteúdos que possam interessar os usuários. Então, podemos dizer que as *affordances* remetem às dimensões apresentadas por Gillespie (2010).

A partir dos rastros digitais coletados pelas plataformas, os algoritmos selecionam o que o usuário vai ter acesso, mapeiam as preferências, induzem tendências, e indiretamente, passam a moldar sua conduta, muitas vezes de forma imperceptível. Se as plataformas passaram a ter centralidade na vida cotidiana de um número cada vez maior de pessoas, é importante compreender a dimensão política dos

processos interacionais ocorridos nessa ambiência midiática, pois as plataformas permitem a produção, circulação e troca de sentidos, estabelece vínculos e medeiam relações de poder e construção de realidades. Por conseguinte, é necessário considerar a tecnicidade constitutiva dessa dimensão política, visto que essas mediações culturais também são feitas pelos algoritmos.

Levando em consideração a participação dos algoritmos nos processos de mediação midiaticizada, traz-se o conceito de mediação técnica à luz da Teoria Ator-Rede (LATOUR, 2012), informada nos Estudos de Plataforma. Essa perspectiva compreende o social como um produto da associação não hierárquica entre atores humanos e não humanos. Para o pesquisador, humanos e não humanos agem em simetria e esse agenciamento gera uma terceira entidade de natureza híbrida, e por isso ele recusa tanto o determinismo da técnica sobre o humano, quanto o determinismo do humano sobre a técnica.

Latour (2012) descreve dois tipos de ação: a) a intermediação, em que a ação que não acarreta transformações nos atores, no que é transportado e naquilo que possibilita a ação; e a b) a mediação, em que a ação que faz-fazer, produz efeitos que são ações que transformam e modificam. A ideia de mediação é baseada no compartilhamento de responsabilidade da ação entre os actantes. No contexto das plataformas, as ações deixam rastros, que por sua vez, estão inscritos em uma ação que se deu anteriormente. Esse aspecto remete à ideia de “ação” fundamentada pela TAR, em que ações são incertas, pois não é possível saber ao certo quem age, como age, quando age, por qual motivo age, por quem é levado a agir e onde exatamente age (LATOUR, 2012).

Ao compreender que a rede formada a partir do agenciamento de atores humanos e não humanos, a TAR dá visibilidade às mediações sociotécnicas realizadas através dos algoritmos. Sendo assim, é possível compreender a formação do social situada nas materialidades e a partir das regulações político-econômica das plataformas, dado que, seus arranjos técnicos, estão estreitamente ligados aos modelos de negócio (HELMOND, 2019).

Por esse ângulo, Gillespie (2018) destaca as implicações do uso de algoritmos para a seleção daquilo que as plataformas julgam ser o mais

relevante para quem as utiliza. Para o autor, a adoção de algoritmos demanda um questionamento profundo dos procedimentos internos deles; no entanto, tais procedimentos são protegidos pelas plataformas, com o argumento que essa opacidade faz parte de um sigilo comercial. O desconhecimento de como os algoritmos funcionam, ou quais elementos são considerados nas tomadas de decisão feitas por máquinas, é algo que deve chamar atenção, visto que as escolhas feitas pelos algoritmos têm consequências na sociedade.

Neste trabalho, alertamos para as decisões maquínicas que afetam a representação midiática das mulheres negras. A mídia e os meios de comunicação, em geral, têm sua contribuição para a construção de uma imagem social, que se baseia no padrão estético e cultural masculino, branco e euro-norte-americanocêntrico; na manutenção desse padrão e na perpetuação de preconceitos e estigmas. Isso significa que os processos de digitalização, ao qual os meios de comunicação passam na contemporaneidade conectam o racismo à tecnologia. Nesse sentido, reforçamos que a problematização do racismo em ambientes digitais, precisa ir além de práticas discursivas racistas, e levar em consideração as materialidades constitutivas das plataformas.

Da representação à interseccionalidade

A representação midiática da mulher negra que, sistematicamente, está associada a posições sociais desvalorizadas e precarizadas, é constantemente debatida pelas próprias mulheres negras. Imagens cuja construção se dá na subalternidade, desvalorização estética e na hipersexualização são alguns exemplos de distorções da realidade. Contestar estereótipos de raça e gênero evidenciando imagens positivas sobre essas mulheres e seus corpos é um dos esforços que incorporam a construção dos feminismos negros.

Para compreendermos essa construção social, marcada pelos meios de comunicação e por suas imagens na sociedade contemporânea, discutiremos a noção de representação à luz de Stuart Hall (2016). Segundo o autor, a representação é um ato criativo vinculado ao que as pessoas pensam sobre o mundo, sobre o que são e que mundo é esse. Sendo assim,

a representação se torna um objeto de análise sobre a construção do “real”. Nesse sentido, o funcionamento da linguagem como processo de significação é importante para pensar como funciona o sistema de representação nas dinâmicas comunicacionais mediadas pelas plataformas.

O significado não é inerente às coisas do mundo, ele é construído, produzido com base nos resultados de uma prática de significações. É por meio do uso das coisas, do que dizemos, pensamos e sentimos que damos significado a elas, ou seja, os significados são criados por meio da interpretação. Há, portanto, conforme Hall (2016), um processo mental e de tradução para o sistema em que aprendemos a descrever o mundo. Esse processo é responsável pela construção dos signos, que por sua vez representam os conceitos e as relações conceituais entre estes que levamos em nossas mentes e que juntos compõem os sistemas de significação de nossa cultura.

Desse modo, a cultura, é um conjunto de valores compartilhados e se faz na linguagem, que, apesar de partilhada, não cria uma unidade, mas uma pluralidade de sentidos, que torna a relação entre indivíduos conflituosa. Os significados culturais têm efeitos reais e regulam práticas sociais. Através da sensação de pertencimento, o reconhecimento do significado faz parte do senso da nossa própria identidade. O sentido por sua vez, possui significado compartilhado — representam nossos conceitos, ideias e sentimentos de forma que outros decodifiquem ou interpretem da mesma forma. Em outras palavras, a linguagem é uma prática que opera por meio de sistemas de representação e, nesse sentido, ela não pertence apenas ao enunciador ou receptor, pois os códigos só atuam se são partilhados.

Assim, o significado deve ser compreendido como um processo de tradução menos exato, que facilite a comunicação cultural e o intercâmbio de diferentes falantes com poderes díspares dentro do mesmo circuito cultural (HALL, 2016). Em resumo, o autor elabora que representação é um conceito-chave do circuito cultural, pois conecta o significado e a linguagem à cultura. Representar é produzir significados através da linguagem.

Dessa forma, é importante trazer à discussão as práticas representacionais denominadas “estereotipagem”, que incorrem nas mídias e na

cultura popular. Hall (2016) expõe que, nesse contexto, o significado é ambíguo, e não há como mantê-lo fixo. O acúmulo de significados incute à representação o que ele chama de intertextualidade. “Todo o repositório de imagens e visuais por meio dos quais a ‘diferença’ é representada em um dado momento histórico pode ser descrito como um regime de representação” (HALL, 2016, p. 150). Essa diferença vai apontar os limites da normalidade, ou seja, vai delimitar comportamentos que são aceitos como “normais” e assim formular as regras para aqueles que compõem esse escopo e para aqueles que serão excluídos através dos estereótipos.

Nesse sentido, Hall (2016) localiza a estereotipagem como uma prática de produção de significados utilizada para a exclusão e manutenção da ordem social e simbólica, conformando uma fronteira entre o “normal” e o “aceitável”. Na elaboração do estereótipo há um vínculo entre representação, diferença e poder, que para além da exploração econômica e física, se estabelece nos termos culturais por meio dessas práticas representacionais estereotipadas, que convalidam uma violência simbólica, a qual legitima a dominação de poder.

A estrutura de dominação social moldada por essa violência simbólica é também questionada através de uma discussão interseccional. A jurista Kimberlé Crenshaw (1981) formulou o conceito de interseccionalidade a partir da preocupação em entrelaçar as distintas formas de violências sociais sofridas pelas mulheres negras. A autora entende que as categorias de raça, gênero, sexualidade, classe, dentre outras, são eixos de poder pertencentes à mesma matriz de dominação e atuam de forma imbricada. O conceito de interseccionalidade foi construído gradualmente e de forma coletiva, pois embora Crenshaw tenha o sistematizado em 1989, é possível perceber ao longo da história formulações anteriores em diferentes partes do mundo, que pensavam esse entrecruzamento de opressões. Cada intelectual desenvolveu seu pensamento crítico a partir de diferentes eixos contribuindo para o desenvolvimento dessa perspectiva, cujo pensamento antecede a própria elaboração do termo “interseccionalidade”, usado atualmente.

Isto posto, trazemos para a discussão, por meio da tradução e interpretação de Winnie Bueno (2020), o pensamento da socióloga Patricia

Hill Collins. Informada na perspectiva interseccional, Collins, organiza o conceito de imagens de controle como uma representação específica de gênero para pessoas negras que se articula a partir de padrões estabelecidos na cultura ocidental branca eurocêntrica. Essa representação e estereotipagem são manipuladas dentro dos sistemas de poder articulados por raça, classe, gênero e sexualidade. As imagens de controle são aplicadas às mulheres negras a partir de uma dimensão ideológica do racismo e do sexismo, que perpetua padrões de violência, para a manutenção de grupos dominantes no poder. Isso se dá porque as imagens são historicamente manipuladas como uma forma de controlar o comportamento e os corpos de mulheres negras, obstruindo os processos de subjetivação dessas mulheres, bom como sua autonomia e o exercício da cidadania (BUENO, 2020).

É importante destacar a dimensão cambiante da dinâmica das imagens de controle. Os pressupostos que organizam a matriz de dominação variam conforme cada contexto nacional, uma vez que os impactos na vida social dos sujeitos localizados em cada local foram produzidos de maneiras distintas. Cada sistema de dominação apresenta a própria malha de poder, assim, o ideal de feminilidade construído sob combinações de raça, gênero, etnia e classe no Brasil, terá um padrão diferente do padrão de feminilidade nos EUA, por exemplo. Mesmo, que em uma perspectiva global, este padrão demonstre contornos semelhantes, não é possível entender esses dois contextos de maneira igualitária. Ou seja, essas categorias não são fixas, mas são a partir das mesmas que imagens de controle, que são organizadas e usadas para articular roteiros sociais a partir dos quais a sociedade irá visualizar e tratar mulheres negras (BUENO, 2020).

Nesse sentido, o conceito de imagens de controle é uma ferramenta de análise para compreender o funcionamento da matriz de dominação a partir das associações imagéticas negativas das mulheres negras, através das mediações algorítmicas. O objetivo é apontar a problemática da disseminação de mensagens midiáticas que reforçam ideologias racistas e sexistas e acionam esses valores para a circulação e produção de sentidos.

Algoritmos, vieses e racismo online

Em 2018, a professora da *University of Southern California* (USC) Safiya Noble lançou o livro “*Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*”¹, que denuncia como o racismo pode se manifestar nos resultados de busca do Google. A autora mostra que resultados de busca, manipulados por fórmulas algorítmicas, reproduzem e fortalecem uma estrutura racista e machista, sobretudo no que diz respeito a representação de mulheres e garotas negras. Para elucidar, Noble expõe alguns exemplos que mostram essa representação nociva a partir de buscas simples como “black girls”, que resultam um padrão de busca por conteúdo sexual e pornográfico.

Para analisar esse viés algorítmico racista e sexista, acionamos uma imagem de controle descrita por Collins. A Jezebel é uma mulher hipersexualizada lida como uma máquina sexual. Esse estereótipo foi utilizado como justificativa para a exploração de sexual de mulheres negras no contexto de escravidão estadunidense, sustentando essa lógica, até os dias de hoje. A imagem da Jezebel se constitui a partir da objetificação e animalização do corpo e conduta da mulher negra, demarcando uma diferença em relação às mulheres brancas. Enquanto elas são consideradas respeitáveis, doces e meigas, as mulheres negras são lidas como sexualmente agressivas, insaciáveis, sendo inadequadas dentro do pensamento binário ocidental e, portanto, precisam ser domadas (BUENO, 2020).

Outra questão, que deve ser destacada é a manifestação do estereótipo *pretty baby*, já que os resultados de busca apontaram para uma representação eroticizada de garotas negras. O *pretty baby* diz respeito a sexualização de crianças e jovens negras em função da naturalização precoce da imagem de Jezebel. Se mulheres negras têm uma sexualidade demasiada, meninas negras são sexualmente ativas e irresponsáveis desde cedo (BUENO, 2020). Ou seja, às garotas negras é negado o direito à inocência típica do período da infância.

A associação entre mulheres negras e pornografia no buscador do Google também foi apontada no Brasil. Em outubro de 2019, a denúncia

1. Algoritmos de opressão: como os mecanismos de busca reforçam o racismo. (tradução nossa)

da relações-públicas Cáren Cruz, de Salvador (BA) ganhou repercussão nas redes sociais e virou notícia em vários portais de notícias. Ela observou que resultados exibidos para “mulher negra dando aula”, no campo de imagens, mostrava conteúdos pornográficos. O mesmo não aconteceu para “mulher dando aula”, onde o resultado mostrou professoras em sua maioria branca, em sala de aula interagindo com alunos ou escrevendo na lousa (ver figura 1). Cáren também fez a pesquisa em aba de navegador anônima e com filtros segurança, que geralmente é usado para bloquear conteúdos em dispositivos institucionais ou para proteção menores de idade e o resultado foi o mesmo. Fizemos uma pesquisa com os termos citados e o resultado foi o mesmo.

No contexto brasileiro, a objetificação da mulher negra está presente no imaginário cultural sob a representação da mulata. A mulata é o correspondente mais próximo de Jezebel e também é uma imagem de controle histórica, que se organiza através de estereótipos, que coisificam mulheres negras. A forma como a sociedade é estruturada à base de ideologias racistas, reflete nas dinâmicas que alimentam os mecanismos de busca, que funcionam através da intervenção algorítmica. Não há uma associação à pornografia quando a pesquisa é feita utilizando os termos “mulheres brancas dando aula”, mas “mulheres negras dando aula” remete a sexo explícito, um indicativo de como a mulher negra é vista culturalmente.

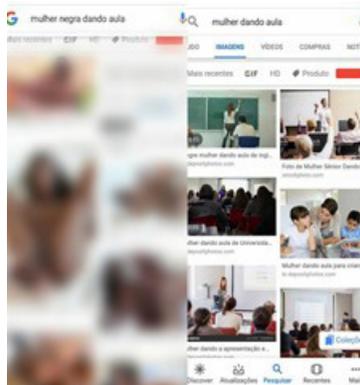


FIGURA 1: Resultados de busca para “mulher dando aula” e “mulher negra dando aula”.
 FONTE: Imagem coletada pela autora em 02 out. de 2019. Printscreen/Google

Em outro exercício de interrogação crítica do buscador Google, foi possível ver como os resultados refletem e intensificam o racismo da sociedade. Usuários do *Twitter* relataram na rede social, que ao pesquisar “trança bonita” o resultado destaca tranças feitas em mulheres brancas e ao pesquisar “trança feia” o resultado exhibe tranças feitas em mulheres negras. Dada a grande repercussão, fizemos o teste no dia 03 de julho de 2019 e pudemos constatar o esse viés racista (ver figura 2). Segundo Gomes (2003) o cabelo negro é uma expressão e suporte simbólico da identidade, não apenas um dado biológico; é uma das demonstrações da estética negra. O cabelo da mulher negra torna-se um símbolo de sua representação cultural e ele ser visto como algo feio ou ruim e o cabelo da mulher branca ser visto como algo bonito ou bom expressa um conflito racial ao qual estamos inseridos.

Como quarto caso de viés algorítmico, podemos destacar a análise realizada pelas pesquisadoras Fernanda Carrera e Denise Carvalho sobre hiper-ritualização da solidão da mulher negra em bancos de imagens digitais. A escolha por bancos de imagens foi feita, pois eles são importantes fontes de recursos imagéticos no campo publicitário, comercial, jornalístico e governamental, e por isso ajudam a compor o imaginário sociocultural sobre determinados sujeitos (CARREIRA; CARVALHO, 2019). A pesquisa analisou mais de 2.500 fotografias e ilustrações de três dos principais bancos pagos de imagens digitais e revelou que

[...] as mulheres negras são mais representadas sozinhas com seus filhos do que as mulheres brancas; a palavra-chave “family” resulta em maioria expressiva de famílias brancas; e a pesquisa por “white family” apresenta mais resultados “infiltrados” de famílias negras como indício de racialização da pesquisa para o algoritmo de busca, que considera a branquitude como normativa e neutralidade (CARREIRA; CARVALHO, 2019).

Os casos supramencionados são apenas alguns exemplos, que demonstram a parcialidade dos algoritmos. A ideia de que os algoritmos sejam neutros além de ajudar a perpetuar preconceitos inadvertidamente, beneficia e isenta de responsabilidade as empresas que os utilizam. Noble (2018) alerta que as decisões de automação são tomadas por pessoas e por isso são constitutivas de valores culturais imprimidas em seus comporta-

mentos, seja de forma intencional ou não. Para combater o discurso da neutralidade e caminhar para uma sociedade mais justa, Noble (2018) argumenta que é fundamental compreender a necessidade da transparência do que rege os mecanismos propostos por grandes corporações, assim como a proposição de iniciativas de regulação.



FIGURA 2: Resultados de busca para “tranças bonitas” e “tranças feias”.
 FONTE: Imagem coletada pela autora em 03 jul. 2019. Printscreen/Google.

Considerações Finais

Neste capítulo nos dedicamos a analisar alguns casos de vieses algorítmicos racistas e sexistas que resultaram em representações nocivas à mulheres negras, identificados por pesquisadoras e usuários. As plataformas, como meios de comunicação contemporâneos, são agentes importantes na emergência de uma rede de significações e produção de sentidos para um número cada vez maior de pessoas. As informações e ações comunicacionais que circulam nas plataformas são frutos do agenciamento sociotécnico entre humanos e não humanos. Os algoritmos atuam com base em bancos de dados que armazenam os rastros digitais deixados pelos usuários, a fim de tomar decisões de visibilidade, acesso e classificação supostamente imparciais. Mas conforme tentamos mostrar neste estudo, sistemas regidos por algoritmos possuem um

papel significativo na massificação de imagens de controle de mulheres negras, através da mediação de representações que, calcadas na opressão de gênero sustentam uma pretensa superioridade racial.

A manutenção e a reprodução dessas matrizes de poder, também se dão em função da concentração produtiva de tecnologias em polos como o Vale do Silício, onde estão sediadas as empresas chamadas de gigantes da web *Google*, *Apple*, *Facebook*, *Amazon* e *Microsoft*. Essa centralização do mercado é nociva, pois tecnologias vindas sempre dos mesmos lugares acabam imprimindo seus padrões sociais e culturais para grande parte da população mundial. Outro fato já mencionado é a persistência discursiva dessas corporações em manter a falácia da neutralidade tecnológica, que ao negar os impactos negativos da tecnologia no reforço de desigualdades inviabiliza o debate racial na área.

Através da democratização do acesso às tecnologias e, por conseguinte, da educação digital mais pessoas terão condições de entender como as mídias são consumidas e utilizadas por nós. O “letramento algorítmico” permite a formação de pensamentos críticos sobre quem produz essas interfaces. Se os dispositivos tecnológicos que usamos carregam consigo valores de quem produz, é imprescindível que haja diversidade na produção dessa tecnologia.

No entanto, no contexto brasileiro, o estudo #QuemCodaBr realizado pela PretaLab², constatou que o cenário tecnológico não reflete diversidade. Enquanto a maioria da população brasileira é formada por pessoas negras, somente 36,9% dos que responderam ao estudo se declararam neste grupo. A proporção de pessoas brancas é maior em comparação com a realidade brasileira e corresponde a 58,3% dos respondentes. Em relação ao gênero, apenas 30,7% são mulheres, o que também vai de encontro com a realidade da sociedade em geral. Desse modo, a inserção de pessoas não hegemônicas, sobretudo de mulheres negras no campo da tecnologia é um caminho para reduzir desigualdades.

Cabe salientar que apesar de ser uma alternativa importante, facilitar a inclusão de mulheres negras nesses espaços, não é o suficiente para superar os problemas de vieses algorítmicos, tampouco o de exclusão

2. Iniciativa com foco em estimular a inclusão de meninas e mulheres negras e indígenas no universo das novas tecnologias.

social no ambiente digital. Devemos considerar que, os algoritmos são tecnologias provenientes de empresas globais bilionárias, que obedecem a lógica do monopólio capitalista, possuem políticas específicas e interesses comerciais que orientam suas formas de atuação na sociedade. O racismo é uma opressão estrutural que atua em diferentes matrizes de dominação e seu combate deve ser feito de forma ampla levando em consideração sua institucionalização social.

À guisa de conclusão, destacamos a relevância científica de pesquisas que analisam criticamente de forma interseccional as escolhas das plataformas e interrogam às tecnologias de forma geral. É fundamental a continuidade e o aprofundamento do tema, a fim de promover a compreensão das dinâmicas sociotécnicas e suas implicações socioculturais na operação do racismo contemporâneo.

Referências

BUOLAMWINI, J.. How I'm fighting bias in algorithms. *Ted*. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/31MJiMe>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

BUENO, W.. *Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

CARREIRA, F.; CARVALHO, D.. ALGORITMOS RACISTAS: uma análise da hiperritualização da solidão da mulher negra em bancos de imagens digitais. In: XXVIII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2019. Porto Alegre. *Anais Eletrônicos [...]* Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Compós 2019. Disponível em: <<https://cutt.ly/OdaE3LS>>. Acesso em: 01 ago. 2020.

CRENSHAW, K.. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. 1981. Tradução Carol Correia. In: Revista Subversiva. *Medium*. Disponível em: <<https://bit.ly/38ue9yd>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

D'ANDRÉA. C.. Rumo a uma plataformização do social. 2017. In: Carlos d'Andréa. *Medium*. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZwZMoQ>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

EBERSPACHER, H. F.; FORBELLONE, A. L. V. *Lógica de Programação: a construção de algoritmos e estruturas de dados*. 3ª Edição. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

GEBRU, T.. *Oxford Handbook on AI Ethics Book Chapter on Race and Gender*. 2019 Disponível em: <<https://arxiv.org/abs/1908.06165>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

GILLESPIE, T.. The politics of 'platforms'. *Nem Media & Society*, v. 12, n. 3, p. 347-364, mai. 2010.

_____ A relevância dos algoritmos. *Parágrafo*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 95-121, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2BvhzoF>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

GOMES, N. L.. *Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

HALL, S.. *Cultura e Representação*. Arthur Ituassu (Org.). Rio de Janeiro: Edit. PUC-Rio, 2016.

HELMOND, A.. A plataformização da Web. In: *Métodos Digitais: Teoria-Prática-Crítica*. Janna Joceli Omena (ed.). Tradução Tiago Salgado. Lisboa: ICNOVA, p. 49-72, 2019.

LATOUR, B.. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba, 2012

NOBLE, S. U.. *Algorithms of Oppression: how search engines reinforce racism*. NYU Press, 2018.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J.. Plataformização. *Revista Fronteiras - estudos midiáticos*, São Leopoldo, v. 22, nº1, p. 2-10, 2020. Disponível em: <<http://revistas.unisinus.br/index.php/fronteiras>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

RIEDER, B.; MATAMOROS-FERNÁNDEZ, A.; COROMINA, Ò.. From Ranking Algorithms to 'Ranking Cultures': Investigating the Modulation of Visibility in YouTube Search Results. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, v. 24(1), p.50-68, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/30fsOts>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SALGADO, T. B. P.. Públicos Algorítmicos: relevância e recomendação no YouTube. In: Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação de Minas Gerais (ECOMIG), 9., 2016, Belo Horizonte, MG. *Anais Tempos de Rupturas: críticas dos processos comunicacionais*. Ouro Preto, 2017. p. 370-392. Disponível em: <<https://bit.ly/2nQ8Wuo>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

VAN DIJCK, J.. *The culture of connectivity: a critical history of social media*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CAPÍTULO 5

A voz e a cara do feminismo: Marie Claire Brasil e a apresentação de mulheres negras em capas

NATÁLIA MARTINS AMARO

*“Não me amo, se não me vejo.”
Tasha e Tracie Okereke*

Introdução

Mulheres negras em posição de visibilidade ainda são poucas. O poder, a riqueza, a beleza têm, normalmente, uma cor estabelecida. A diferença de número e qualidade das aparições entre as raças acontece porque “o que existe mesmo é uma ‘relação racial’, quer dizer, a relação social atravessada pelo imaginário de raça, ancorado em diferenças de gradação de cor da pele” (SODRÉ, 2018, p. 11). As relações sociais articuladas sobre e por mulheres negras são atravessadas pela sua condição racial (e, também, de gênero). A partir do estabelecimento da colonização e do sistema capitalista global, os indivíduos foram classificados a partir de “supostas estruturas biológicas” (QUIJANO, 2005, p. 117) que justificariam a manutenção de relações de poder e subalternidade entre essas raças.

As consequências da sobreposição institucional, política, cultural e simbólica do colonizador, europeu e branco, sobre as outras raças colonizadas são de natureza complexa e perversa. Para as mulheres negras, ocupar espaços e também estar em evidência é, quase, ousadia. No Brasil, o racismo manteve “a presença de pessoas negras ainda (...) rarefeita em

posições de visibilidade/poder, sobretudo quando esses espaços estão associados ao exercício da intelectualidade” (CORRÊA; BERNARDES, 2018, p. 204). A investigação realizada neste ensaio foi possível através do movimento — ousado — realizado pelo Orientação Afirmativa, um grupo de estudo fruto do voluntariado de três alunas negras do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM-UFMG), com o objetivo de preparar candidatos negros (dentre eles a autora desse trabalho) para o ingresso no programa. A criação do grupo foi resultado da desproporção marcante entre os pesquisadores brancos e negros que compunham os estudos de comunicação da instituição.

Para o sociólogo Muniz Sodré (2018), “o racismo brasileiro é mais uma lógica de lugar do que de sentido (p. 15)”. Estar à frente (ou à vista) faz parte do jogo de poder entre raças, que permanece atravessado por relações e formas sociais coloniais após a abolição, institucional e política, da escravidão. Em contramão a um cenário pouco amigável, mulheres negras têm aparecido cada vez mais à frente de certos dispositivos (ANTUNES; VAZ, 2006) midiáticos e um deles é a revista Marie Claire Brasil. O periódico tem edições mensais sobre moda, beleza, relacionamentos, feminismo e reportagens jornalísticas em geral. As publicações exibem, exclusivamente, mulheres nas fotografias de capa. Até 2017, Taís Araújo e Camila Pitanga dividiram as cinco capas com mulheres negras na revista, que completou 29 anos de presença no Brasil em 2020. A publicação muda seu projeto editorial e gráfico, também em 2017, e, em entrevista dada ao site Meio e Mensagem (MONTEIRO, 2017), a diretora de redação à época, Marina Caruso, revelou que “nossa grande bandeira é, e sempre será, a defesa dos direitos femininos. Marie Claire continua sendo a revista da mulher inteligente, politizada, mas que também adora moda e beleza”. A revista feminina que até pouco tempo não apresentava mulheres negras à sua frente pode ser reconhecida como uma revista em defesa do direito de todas as mulheres?

Dispositivos de comunicação, textualidades e interseccionalidade

As revistas *Marie Claire Brasil* são um dispositivo de comunicação e são capazes de relacionar sentidos que ultrapassam a própria materialidade da revista através de:

[...] 1) uma forma específica de manifestação material dos discursos, de formatação de textos; 2) um processo de produção de significação, de estruturação de sentidos; 3) uma maneira de modelar e ordenar os processos de interação; e 4) um procedimento de transmissão e difusão de materiais significantes” (ANTUNES; VAZ, 2006, p.47).

As capas também funcionam como dispositivos, já que antecipam o conteúdo da edição, de maneira concisa e atraente, através da estruturação de “um mínimo de palavras e imagens cuidadosamente escolhidas para compor o layout da capa a ser afixada nas bancas e, se possível, fixadas na mente do leitor” (VAZ, 2009, p.3). O cuidado com as imagens que compõem a primeira folha desempenha a função de transformar o mundo do leitor, que produz sentidos que são articulados através da experiência com as capas.

A partir da dimensão simbólica das imagens que compõem o grupo de imagens da *Marie Claire Brasil*, retomo o questionamento feito pela pesquisadora Vanessa Costa Trindade (2012), em uma investigação sobre as capas de revista que circularam no Brasil durante as eleições presidenciais de 2010: “é possível que tal leitor atribua sentidos ao que ocorre no mundo a partir das capas (p.13)? Quais são os sentidos apropriados as figuras femininas durante a experiência com as edições da Marie Claire? A partir da declarada posição feminista, quais sentidos são associados ao feminismo através das imagens de capa?

O processo de análise e crítica sobre o objeto escolhido reconhece a apresentação do corpo (ou parte dele) de uma mulher negra em uma revista de grande circulação nacional como uma ruptura com o que é normalmente — e majoritariamente — visível. Ao apresentar o que é defendido por Antunes e Vaz (2006) sobre dispositivos midiáticos, Alzamora, Ziller e D’Andrea (2018) reconhecem que as relações de sentidos operadas pelo dispositivo “culminam na visibilidade — e, consequen-

temente, na invisibilidade — de um conjunto delimitado de assuntos, atribuindo a eles importâncias e enquadramentos específicos” (p. 67). Por muitos anos, as capas da *Marie Claire* no Brasil tornaram invisíveis os rostos e corpos de pessoas de pele negra.

A professora Kimberlé Crenshaw (1989) inaugura a nomeação do conceito de *interseccionalidade*, que reconhece como aspectos sociais e estruturas de dominação transformam a experiência de mulheres negras e outros integrantes de grupos marginalizados por elementos relacionados a “raça, classe, gênero, idade, etnicidade, religião, sexualidade e capacidade” (COLLINS, 2012, p. 446, tradução da autora). O número desigual de mulheres negras à frente das revistas *Marie Claire Brasil*, quando comparado ao número de figuras brancas que as protagonizam, é um exemplo de como “predominantes estruturas de dominação marcam vários discursos de resistência” (CRENSHAW, 1991, p. 1243). Uma revista feminista que não apresenta mulheres negras como representantes imagéticas, da mesma maneira significativa e consistente que mulheres brancas, é uma revista que representa a todas as mulheres?

Os elementos que participaram tanto da dimensão numérica quanto da dimensão visual das edições estampadas por pessoas negras “permite pensar, individualmente, cada capa recortada e, ainda, possíveis relações sincrônicas e diacrônicas de uma revista em relação a outras” (TRINDADE, 2012, p. 16). A aparição dessas figuras está relacionada a aspectos alheios à revista, relacionados à vida social e a disputas de poder. A leitura dessas imagens, sob a perspectiva de que são textos (ABRIL, 2007), é um modo de revelar o potencial de um produto comunicativo quando faz uso e configura sentidos novos e, conseqüentemente, estranhos a este espaço. Em conformidade a esta metodologia, não há o intento de “decodificar mensagens” (ABRIL, 2007, p. 24), e sim propor uma reflexão sobre textos que relacionam dinâmicas de poder e resistência.

O que é possível ver (ou não) nas capas da Marie Claire?

A partir do pressuposto interseccional, a natureza das lutas e afirmações de poder articuladas por e sobre mulheres negras são atravessadas por discriminações e experiências que ultrapassam às dinâmicas

do racismo e do gênero feminino, são determinadas pela situação única de serem *mulheres negras*. Ao considerar as revistas como dispositivo, simultaneamente reconhece-se como um dispositivo de poder, que engendra estruturas de significação sob uma lógica de autoridade e subordinação. A ausência (ou reduzida presença) do corpo de pessoas negras no dispositivo Marie Claire Brasil coincide com o que é defendido pela socióloga Patricia Hill Collins (2017),

A interseccionalidade conecta dois lados de produção, de conhecimento, a saber, a produção intelectual de indivíduos com menos poder, que estão fora do ensino superior, da mídia, de instituições similares de produção de conhecimento, e o conhecimento que emana primariamente de instituições cujo propósito é criar saber legitimado. (COLLINS, 2017, p. 7).

A abordagem analítica proposta por Gonzalo Abril (2007) é, também, um possível mecanismo do reconhecimento dos textos visuais — em formas de fotografias de mulheres negras — e como promovem acionamentos de sentidos, relações de temporalidade, articulação das memórias (individual e coletiva) e o reforço ou silenciamento dos imaginários (TAVARES, 2018) sobre este grupo. O anúncio da transformação editorial e gráfica coincidiu com a celebração de 26 anos da *Marie Claire no Brasil* e contou com uma edição com capa dupla de aniversário. Seis humoristas brasileiras brancas compuseram a fotografia. A foto coincide com a tendência já encontrada de apresentar, majoritariamente, pessoas brancas à frente da revista e à vista dos leitores que interagem com ela. Sob o slogan “chique é ser inteligente”, as representantes da fineza e intelecto têm, mais uma vez, uma cor.

O potencial da imagem (ABRIL, 2012) está relacionado a um imaginário complexo sobre o que é ser mulher, ser bonita e “capa de revista”. Até 2017, as mulheres negras brasileiras escolhidas como representantes da beleza feminina eram Taís Araújo e Camila Pitanga. As mulheres brancas que representaram esta mesma função foram caracterizadas por inúmeras figuras ao longo das quase três décadas da publicação nacional. Há aqui a necessidade da investigação sobre o que é conformado através da díspar apresentação verbo-visual de figuras femininas brancas e não-

-brancas e como confrontam “representações, evidências e pressupostos narrativos implícitos” (ABRIL, 2007, p. 62).



FIGURA 1: Capa Marie Claire Brasil Edição 313 - Abril de 2017.

FONTE: Acervo digital da revista/Reprodução.

À controvérsia de um jogo de lugares marcados (CORRÊA; BERNARDES, 2018, p. 206), a edição de aniversário da Marie Claire Brasil em 2019 foi protagonizada por Chimamanda Ngozi Adichie, escritora feminista nigeriana com livros traduzidos em mais de 30 idiomas. A diretora de redação Laura Lopez (2019) relata que a escolha de Chimamanda para a edição comemorativa parte do fato de que “ela seja hoje um ícone pop, e por isso é a personagem principal de uma revista como *Marie Claire*” (p. 20). A revista obedece a uma lógica de vendas, é preciso lucrar para manter-se no mercado competitivo jornalístico. O mesmo fundamento rege as capas, já que sua concepção “não é estática e tende a acompanhar as mudanças do veículo, as transformações sociais e aquelas por que passam seus leitores (...): sua inovação é estratégica” (TRINDADE, 2012, p. 19). A escolha de Adichie como modelo cumpriu, apenas, a estratégia de aparição de “um ícone pop” ou, também, “de uma mulher inteligente, politizada, mas que também adora moda e beleza”?



FIGURA 2: Capa da Marie Claire Edição 337 – Abril de 2019.
 FONTE: Acervo digital da revista/Reprodução.

Chimamanda Adichie é apresentada com a legenda “A voz do feminismo”, voz essa que também é assumida pela revista ao declarar-se feminista. Porém, não há uma coincidência entre a figura da escritora com o vasto repertório de capas com figuras brancas da *Marie Claire*. Resgato a elucidação do conceito da *estrangeira de dentro*, expressão traduzida do trabalho de Hill Collins em 1986, feita por Corrêa, Guimarães-Silva, Bernardes e Furtado (2018), que reconhece esta incoerência como uma “ferramenta teórica para se pensar o ponto de vista e a fala de mulheres negras quando inseridas em lugares nos quais sua presença é reduzida ou marginal, isto é, em quase todos os espaços de poder” (p. 157). O dispositivo de poder alia-se a um discurso de resistência e promove um movimento também contraditório. No caso da Marie Claire Brasil, ao associar-se ao “feminismo” (entre aspas, porque se não representa a todas as mulheres, é possível caracterizá-lo como um movimento de resistência das mulheres?), revela mais uma vez a importância de uma perspectiva interseccional: “apesar do racismo e sexismo se cruzarem facilmente na vida de pessoas reais, eles raramente o fazem em práticas feministas e antirracistas” (CRENSHAW, 1991, p. 1242, tradução da autora).

Considerações finais

As redes de textos e discursos que se relacionam com as pessoas negras, a partir de uma conformação colonial capitalista do mundo global, são atravessadas, normalmente, pela violência, na forma do racismo e da discriminação. O texto torna-se um objeto examinável apenas “na experiência de sua leitura e de suas condições socioculturais” (ABRIL, 2013, p. 46). A leitura das imagens de capa é possível porque estão articuladas de maneira indissociável a um contexto social, a uma “vida real” marcada, também, por disputas e “políticas de invisibilização (de acontecimentos, problemas e até regiões inteiras do mundo), sob o ditado dos poderes políticos e econômicos centrais” (ABRIL, 2007, p. 41). A condição de texto das capas mantém seu contexto histórico e cultural, como condição constitutiva de sua existência (Ribeiro; Martins; Antunes, 2017).

Durante muito tempo, o invisível ao espaço central da Marie Claire foram as mulheres negras. Até 2017, duas mulheres foram escolhidas para representar todo o grupo possível de mulheres negras: Taís Araújo e Camila Pitanga. As duas atrizes eram o Negro Único (CORREA; BERNARDES, 2018), porque sobre a dupla, “como única, recaem todas as expectativas de representação” (p. 209). As expectativas criadas pelas artistas brasileiras restringem a apresentação de diferentes mulheres negras a um reduzido exemplo de tons de pele, cor e textura de cabelo, idade, profissão e tipo físico. Entre a mudança editorial e a redação desse texto mais de uma dezena de capas com mulheres negras (Taís Araújo e Camila Pitanga apareceram novamente) foi produzida. Mesmo ao apresentar alguma diversidade racial, “emoldura-se um fragmento da experiência de forma a possibilitar o seu transporte e a sua leitura, mas o que fica fora de quadro continua em relação com o que foi enquadrado. (TRINDADE, 2012, p. 45)

Para Corrêa e Vaz (2009), o corpo é revelador das estruturas de uma sociedade particular, e “nele culminam conflitos travados pelos grupos sociais, nele operam-se lutas e afirmações de poder” (p. 176). A aparição de uma mulher negra retinta, como Adichie, que contraria o que era normalmente visível pode ser considerado como algo revolucionário, tendo em conta os baixos parâmetros oferecidos pela revista. Entretanto, mulheres negras nunca deixaram de ser mulheres, belas, inteligentes ou

“chiques”. Há uma impressão de que a partir da nova formulação editorial, do “novo feminismo”, mulheres negras tornaram-se mulheres. E tais “controvérsias sobre a representação de mulheres não-brancas na cultura popular podem também elidir a particular posição de mulheres não-brancas e, portanto, tornarem-se outra fonte de enfraquecimento interseccional” (CRENSHAW, 1991, p. 1245, tradução feita pela autora). É possível admitir um atributo positivo a inclusão de mulheres negras diante das capas de revistas femininas, porém a um preço alto.

Para Sodré (2018), “a consciência racista confunde pele com essência humana” (p. 11) e provavelmente por isso, a Marie Claire Brasil considerou, por muito tempo, que ao apresentar apenas mulheres brancas era capaz de representar todas as mulheres. Recupero o que Côrrea e Bernardes (2018) apresentaram do trabalho do cientista Milton Santos sobre a “solidão e o caráter frágil do caso excepcional” (p. 212): “ser apontado como exceção, além de ser constrangedor, para aquele que o é, constitui algo de momentâneo, impermanente, resultado de uma integração causal” (SANTOS, 1996/1997, p. 134.) O objetivo desse ensaio é um convite à observação das imagens que circulam a partir de agora nas capas da Marie Claire (e de outros dispositivos midiáticos): são resultado de uma integração causal ou há um projeto consolidado de representação da negritude - e da negritude feminina - nesses espaços?

Referências

ABRIL, G.. *Análisis crítico de textos visuales. Mirar lo que nos mira*. Madrid: Editorial Síntesis, 2007.

ABRIL, G.. *Cultura visual, de la semiótica a la política*. Madrid: Plaza y Valdés, S. A. de C. V. 2013.

ALZAMORA, G.; ZILLER, J.; D'ANDREA, C.. Mídia e dispositivo: uma aproximação à luz de Michel Foucault. In: LEAL, B.; CARVALHO, C. A.; ALZAMORA, G. (orgs). *Textualidades Midiáticas*. Belo Horizonte: PPGCom/UFMG, pp. 59-81, 2018.

ANTUNES, E.; VAZ, P. B.. Mídia: um aro, um halo e um elo. In: GUIMARÃES, C.; FRANÇA, V. (Orgs.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 43-60, 2006.

COLLINS, P. H.. “Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória”. *Parágrafo*, v. 5, n.1, pp. 16-17, jan./jun. 2017.

COLLINS, P. H.. Social Inequality, Power, and Politics: Intersectionality and American Pragmatism in Dialogue. *The Journal of Speculative Philosophy*, v. 26, n. 2, pp. 442-457, 2012.

CORRÊA, L. G.; BERNARDES, M.. “Quem tem um não tem nenhum”: solidão e sub-representação de pessoas negras na mídia brasileira. In: CORREA, L. G. (Org). *Vozes negras em comunicação: mídias, racismos, resistências*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 203-219, 2019.

CÔRREA, L. G.; GUIMARÃES-SILVA, P.; BERNARDES, M.; FURTADO, L.. Entre o interacional e o interseccional: contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação. *Revista ECO-Pós*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, pp. 147-169, 2018.

CRENSHAW, K.. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, vol.1, art. 8, 1989.

CRENSHAW, K.. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, pp. 1241-1299, jul. 1991.

LOPEZ, L. A.. Capa em dois atos. *Marie Claire Brasil*. Editora O Globo. Ed. 337, pp. 20-22, abril de 2019.

MONTEIRO, T.. Marie Claire muda projeto editorial e gráfico. *Meio e Mensagem*. São Paulo, 13 de maio de 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3jxTX3b>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

QUIJANO, A.. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, pp. 117-142, 2005.

RIBEIRO, A. P.; MARTINS, B.; ANTUNES, E.. Linguagem, sentido e contexto: considerações sobre comunicação e história. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 24, n. 3, 2017.

SANTOS, M.. As cidadanias mutiladas. In: LERNER, J. (Org.). *O preconceito*. São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, pp. 133-144, 1996/1997.

SODRÉ, M.. Uma lógica perversa de lugar. *Revista ECO-Pós*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, pp. 9-16, 2018.

TRINDADE, V. C.. *Capa de revista e produção de sentidos: possibilidades de leitura a partir do acontecimento Serra x Dilma*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

VAZ, P. B. F.. Capas de newsmagazines brasileiras: produção e apropriação de sentidos. In: VIII LUSOCOM, 2009, Portugal. *VIII LUSOCOM Comunicação, Espaço Global e Lusofonia*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2009.

CAPÍTULO 6

Vivenciamentos corpóreos produzidos e sentidos na interação comunicativa

ETIENE MARTINS

*"Você pode me fuzilar com suas palavras
Você pode me cortar com seus olhos
Você pode me matar com seu ódio
Mas ainda, como o ar, eu vou me levantar "
Maya Angelou*

Introdução

É no corpo que se marca a diferença social elaborada e construída na racialização, como analisam Souza (1983), Kilomba (2018) e Vergès (2020). Uma racialização que determina a branquitude como o ideal de ser. Corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão fora do lugar e por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão no lugar, em casa. Corpos que sempre pertencem. Aqui, branco é sinônimo de aristocrata, elitista, letrado, bem sucedido. Sendo o branco o modelo a ser escolhido.

Um exemplo dessa constatação, na prática, em um ambiente corporativo é a reflexão feita por Glória Maria, uma das jornalistas mais famosas do país, em maio de 2002, em uma entrevista à também jornalista Marília Gabriela. Dentre as respostas dadas a entrevistadora, Glória Maria declara que "(...) dizem que na televisão não há lugar para preto. Não

existe mesmo. É real.”¹ Não é difícil perceber que é reduzida a presença de profissionais negros e negras na televisão. Sodré (2014) afirma que quando um indivíduo de pele escura consegue empregar-se em redações de jornais ou em estações de televisão, mesmo que possam eventualmente ocupar uma função importante, são destinados à tarefa de bastidores longe da visibilidade pública. Partindo dessa realidade, o objetivo desse artigo é compreender como as jornalistas negras que atuam na televisão vivenciam o seu corpo exterior.

Segundo Breton (2017), no fundamento de qualquer prática social, o corpo funciona como mediador privilegiado e pivô da presença humana. E por ser o corpo um objeto ambíguo e efêmero, o propósito dessa reflexão é ter a qualidade de incentivar questionamentos, muito mais que constituir certezas. Sendo assim, este artigo se propõe contribuir para um olhar diferenciado para a imagem do corpo exterior da mulher negra. Um olhar mais minucioso do componente relacional deste corpo, de suas enunciações e de suas leituras sociais. Contribuirá para um exercício de produção de sentidos por meio do olhar dessas profissionais que exercem seu trabalho na mídia, mais precisamente nos telejornais da maior emissora brasileira, a rede Globo de televisão.

Partindo do viés bakhtiniano começo pelo conceito de corpo exterior empreendido pelo autor na obra *a Estética da Criação Verbal*. Bakhtin (2017) define o corpo exterior como elemento esteticamente significativo, em que seu valor plástico-pictural, o mundo que a ele se correlaciona e com ele se combina esteticamente são transgredientes à autoconsciência possível e real. Sendo assim, a interpretação estética do corpo exterior e seu mundo seria uma dádiva de outra consciência e o reconhecimento do valor externo do corpo não poderia ser interiormente fundamentado e compreendido pelo sujeito. Tal reconhecimento de valor, para Bakhtin, chega de cima como um dom concedido pelos outros, um valor que só pode ser elaborado na reflexividade junto aos outros sujeitos. O corpo exterior é, portanto, movimento em permanente comunicação. Relação dinâmica no espaço-tempo, declarando-se como processo e produto histórico, resultante de conquistas, evoluções e

1. CLEMENTE, A. T. *Marília Gabriela Entrevista - 10 Anos de GNT*. Globo: São Paulo, 2006.

conexão efetuadas através de memória e novas trocas comunicacionais, geradoras de novas linguagens que intervêm e transformam a trajetória do indivíduo. Assim, o corpo exterior é sempre o estado de um processo em andamento de percepções, cognições e ações mediadas. Conforme coloca Setenta (2008), o corpo organiza as suas mediações e a sua relação com o mundo, onde tanto opera a regularidade quanto o acaso. O corpo é mídia, não no sentido de ser um primeiro veículo de comunicação, mas como produtor de comunicação de si mesmo, daquilo que ele é no momento em que se comunica. Ainda segundo a autora, as negociações desencadeadas pela relação de troca com ambiente constroem o corpo que atua de modo singular numa presentidade imediata.

Para além de um conjunto de tecidos e órgãos,

(...) o corpo é suporte para a vida psíquica que sofre também as pressões do social, do institucional e do jurídico. É a materialização daquilo que me é próprio, realidade vivida e que determina minha relação com o mundo. Dotado de uma significação incomparável, ele existe a imagem do meu ser; é ele que eu vivo, possuo e sou, para o melhor e para o pior. (ZUMTHOR, 2018, p. 25).

Já para Corbin (2017), o corpo é o lugar das sensações, é onde se prova a si próprio, a origem da experiência, a temporalidade vivenciada. O corpo é também uma construção simbólica. Para Sodré (2017), a noção de corporeidade não se refere à substância da carne humana como uma entidade pessoal e interiorizada, mas como uma “máquina” de conexão das intensidades num plano imanente ao grupo. Sendo o corpo a condição própria do sensível. Sodré (2017) afirma que “o corpo encarna mediações simbólicas e não há conceitualismo, mas um ‘micro-pensamento’ corporal que outorga à dimensão somática uma forma especial de conhecimento, uma intencionalidade, concretizada em imagens” (p. 106).

É importante enfatizar que para Gomes (2019) cabelo crespo e corpo negro são expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil, que, como qualquer processo identitário e comunicacional apenas se constrói no contato com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo. A autora alerta, portanto, para uma zona de tensão, pois é

dela que emerge um padrão de beleza corporal e ideal. Segundo Gomes, no Brasil, esse padrão ideal é branco, mas o real é negro e mestiço.

Negritude feminina à frente do telejornalismo

Trajetória profissional, contexto societal e construção do sujeito são categorias centrais da interpretação que realizo nesse artigo. Aqui reconstruo, brevemente, as experiências que foram relatadas por seis jornalistas negras. Conceitualmente, meu foco é analisar o vivenciamento do corpo exterior das mulheres negras (que atuam como jornalistas à frente das câmeras) produzidos e sentidos na interação comunicativa. Recorrerei aos dados de entrevistas para refletir sobre o tema. Tive acesso a tais narrativas na exibição do programa *Em Pauta*, da *Globo News*, em 2020, no *Facebook* do *Jornal Nacional*, no *Jornal Nacional* ao vivo, em 2015, e no *Marília Gabriela Entrevista* em 2002.

Em julho de 2015 foi realizado um *post* no *Facebook* do *Jornal Nacional*² de uma foto da jornalista Maria Júlia Coutinho diante do painel da meteorologia, durante a previsão do tempo. A publicação, no entanto, recebeu comentários e cerca de 50 pessoas publicaram ofensas de cunho racista direcionadas à repórter. A ação gerou revolta de milhares de internautas, que se manifestaram em defesa da jornalista e contra o racismo. No dia seguinte ao ocorrido, Maria Júlia Coutinho se pronunciou ao vivo durante o *Jornal Nacional* sobre a violência direcionada a ela: “Lido com essa questão do preconceito desde que me entendo por gente. Claro que fico muito indignada, fico muito triste com isso, mas não esmoreço, não perco o ânimo, porque isso é o mais importante”³. Nesse momento, chamou minha atenção que tais ataques se dirigiram especificamente às características corpóreas da jornalista, dentre elas: a cor da pele e a textura do cabelo.

2. MEMÓRIA GLOBO. Disponível em: <<https://glo.bo/2GzPBdo>>. Acesso em: 27 set. 2020.

3. COUTINHO, Maria Júlia. Memória: declaração feita por Maria Júlia Coutinho. *Jornal Nacional*, São Paulo, jul. 2015. Disponível em: <<https://glo.bo/36wp7Ez>>. Acesso em: 26 set. 2020.

Segundo Breton (2017) as qualidades morais e físicas atribuídas ao indivíduo não são inerentes a atributos corporais, mas são inerentes a significação social que lhes damos e às normas de comportamento implicadas. O corpo é um símbolo da sociedade que reproduz, em escala reduzida, os poderes e os perigos que se atribui à estrutura social. Sendo assim ele é uma ficção, um conjunto de representações mentais, uma imagem inconsciente que se elabora, se dissolve e se reconstrói através da história do sujeito, com a mediação dos discursos sociais e do sistema simbólico. “O corpo metaforiza o social e o social metaforiza o corpo” (Breton, 2017, p.70). Achille Mbembe é um dos intelectuais mais brilhantes do século XXI ao elucidar a construção simbólica do corpo racializado como uma ficção e um conjunto de representações mentais do europeu: “(...) o negro não existe enquanto tal. Ele é constantemente produzido. Produzi-lo é gerar um vínculo social de sujeição e um corpo de extração, isto é, um corpo inteiramente exposto à vontade de um senhor, e do qual nos esforçamos para obter o máximo de rendimento.” (MBEMBE, 2018, p.42).

Em junho de 2020. Uma foto de seis comentaristas brancos do Programa *Em Pauta*, que é exibido na *Globonews* viralizou no *Twitter* com a seguinte legenda: “Rapaziada a pauta é racismo”. No dia posterior ao programa e a crítica, Marcelo Cosme, apresentador do Programa *Em Pauta* vem a público ao vivo justificar o ocorrido do dia anterior. O apresentador afirmou que não foi uma situação acidental: “Eu estarei mentindo se dissesse que foi um acidente. A Globo tem a diversidade como um valor e se orgulha dos profissionais negros que têm em frente às câmeras e por trás delas”.⁴ Disse também que a emissora busca e continuará buscando ampliar essa diversidade. “Mas por razões históricas e estruturais de nossa sociedade também na Globo os colegas negros ainda não são tanto quanto desejado” afirmou. Ao concluir disse: “Pois bem, nós entendemos o recado e hoje a Globo News aceitou uma sugestão da nossa colega Márcia Gonçalves, do *Profissão Repórter* e convidou profis-

4. COSME, Marcelo. Memória: Fala na abertura do Programa *Em Pauta* exibido na *Globo News* no mês de julho de 2020. Disponível em: <<https://glo.bo/33tvExH>>. Acesso em: 27 set. 2020.

sionais do mais alto gabarito do nosso time para discutir um tema que eles conhecem muito bem porque o enfrentam em suas vidas”⁵.

Em 2006, Ali Kamel, diretor de jornalismo da Rede Globo, publicou um livro pela editora Nova Fronteira intitulado *Não somos racistas - Uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Dentre outras questões, o autor sustenta que no Brasil o racismo não é algo que estrutura a sociedade, mas sim acontecimentos isolados. Kamel (2006) atribui às diferenças de acesso entre grupos populacionais negros e grupos populacionais brancos a diferença de classe e que a raça nada tem a ver com essas diferenças.

Para Bonilla-Silva (2020), os brancos não percebem a discriminação como um fator central configurativo das oportunidades de vida do negro. A discussão sobre o racismo estrutural veio à tona popularmente com o filósofo Silvio Almeida ao lançar o livro de teoria social intitulado *Racismo Estrutural*, em 2018. Podemos notar que em nome do grupo Globo, Marcelo Cosme admitiu o racismo estrutural e o responsabilizou pela ausência de jornalistas negros e negras no programa apresentado no dia anterior e do pequeno número de profissionais negros e negras contratados pelo grupo empresarial.

Excepcionalmente nesse dia, o programa *Em Pauta* foi apresentado pelo jornalista Heraldo Pereira que é um homem negro e com a participação de cinco jornalistas também negras. São elas: Maria Júlia Coutinho que apresenta o *Jornal Hoje* na TV Globo, a Zileide Silva, repórter em Brasília, Aline Medle apresentadora da Edição das dez na Globo News, a Flávia Oliveira comentarista da Globo News e Lilian Ribeiro repórter e apresentadora da Globo News. Em ambos os dias, o programa abordou os diversos protestos contra o racismo que aconteceram nos Estados Unidos depois da morte de George Floyd, sufocado por um policial branco em Minneapolis. Logo na abertura do programa, Heraldo Pereira solicitou às comentaristas convidadas a relatarem uma experiência racista que as mesmas haviam vivenciado. São essas respostas que interessam particularmente a esse artigo. A sequência que apresento os depoimentos nesse artigo segue a mesma ordem do programa. Zileide

5. Idem.

Silva é a primeira a responder. Ela relembra que já era repórter e atuava na TV cultura de São Paulo. “Eu fui até a FIESP, a Federação das indústrias do estado de São Paulo. Você conhece muito bem Heraldo, a Maju também. Para entrevistar o Presidente. Eu estava com um cinegrafista branco. O Ricardo Atener, um cinegrafista loiro de olhos azuis”.⁶

Zileide percebeu que a secretária a ignorou em razão da sua aparência. “Aí enfim eu entrei e a secretária não se dirigiu a mim. Ela só conversou com o cinegrafista, com o Ricardo e aí de repente a porta abriu e saiu o presidente da FIESP, veio e me deu um abraço e falou Zileide ótimo você aqui”.⁷ A jornalista enfatizou sua reação de olhar para a secretaria e notar que a mesma estava completamente constrangida. “Eu levantei o nariz, porque não dá para aceitar esse tipo de situação em nenhum momento. E eu falo isso porque eu quero que colegas negras e colegas negros como eu saibam que não dá jamais para abaixar a cabeça em nenhum momento e em nenhuma hipótese”.⁸ Zileide conclui seu depoimento dizendo que nunca esqueceu esse momento.

Breton (2019), por sua vez, lembra que uma das características da violência simbólica implementada pelo racista consiste em negar o rosto do outro. Por ser um sinal do indivíduo — o mais alto valor encarnado por este —, o desprezo a seu respeito passa pelo rebaixamento de seu rosto. A secretária negou o valor de Zileide ao negar interagir com sua corporeidade e se propondo a direcionar a palavra à corporeidade oposta à de Zileide. O ódio ao outro leva à sua desfiguração; a dignidade do rosto lhe é recusada. O valor atribuído ao rosto por nossas sociedades está bem ilustrado pela foto de identidade exibidas nos documentos que levamos sempre conosco para provar perante a lei o nosso bom comportamento como cidadãos. Verifica-se a reunião do rosto com o nome, ou seja, os dois polos da identidade social e íntima. Fotos do rosto, é claro, e não de outras partes do corpo, nem mesmo do corpo inteiro. O rosto por si só é o suficiente para confirmar a identidade.

6. SILVA, Zileide. Memória: Fala no Programa *Em Pauta* exibido na *Globo News* no mês de julho de 2020. Disponível em: <<https://glo.bo/33wdtaE>>. Acesso em: 27 set. 2020.

7. Idem.

8. Idem.

Heraldo Pereira escolheu Flávia Oliveira para ser a segunda jornalista a contar sobre uma experiência de racismo que ela viveu. E em sua resposta, Flávia observou que ter a pele negra é algo que acompanha a pessoa a vida toda. “Então, mesmo experimentando alguma mobilidade social como é o meu caso e das minhas companheiras que hoje dividem essa tela do *Em Pauta*, ela não nos livra de situações constrangedoras de racismo”⁹. A jornalista decidiu contar um episódio mais recente e que, segundo ela, exemplifica bem a discriminação que os negros sofrem no sistema de saúde já que estamos vivendo uma pandemia: ela fez uma cirurgia há alguns anos para a retirada de um nódulo nos seios, e, ao se internar, como é uma mulher de candomblé e era uma sexta feira, estava vestida de branco. No quarto do hospital de classe média alta da zona sul do Rio, onde ela se internou, a enfermeira que foi preencher o questionário para a intervenção, a viu vestida de branco, uma mulher negra, e perguntou: “uai, a dona Flávia já foi para o Centro Cirúrgico?” e a Flávia respondeu: “sou eu a dona Flávia”. Aí ela disse: Nossa, é que você parece tão bem que eu não achei que fosse a paciente”. “Uma mulher vestida de branco num quarto de hospital de rico é naturalmente a acompanhante da madame e nunca paciente. Esse é o retrato do racismo brasileiro. Ora velado, ora escancarado”. (FLÁVIA OLIVEIRA, 2020, jornalista negra)

Gomes (2019) chama nossa atenção para importantes questões envolvidas na análise do corpo. O corpo pode ser considerado como um signo que marca assimetrias sociais e desigualdade de distribuição de acesso a bens de consumo, como se internar em um hospital particular, como é o caso relatado pela jornalista Flávia de Oliveira. Se concordarmos que o corpo carrega muitas e diferentes mensagens, podemos concluir também que o entendimento do símbolo do corpo negro pode ser um dos caminhos para a compreensão de seu vivenciamento e nossa sociedade.

A terceira jornalista a falar de sua experiência foi a Lilian Ribeiro. Para ela a imagem do racismo no Brasil estar no olhar. “Está nos olhares quem não nos vê ou no olhar de quem nos vê em determinados lugares. A Zileide falou da experiência dela eu tenho uma tática que é sempre chegar de microfone em público para ninguém ter dúvida que eu sou

9. OLIVEIRA, Flávia. Memória: Fala no Programa *Em Pauta* exibido na *Globo News* no mês de julho de 2020. Disponível em: <<https://glo.bo/30y6P1O>>. Acesso em: 27 set. 2020.

a repórter que eu sou a jornalista.” Uma forma que utiliza para dizer simbolicamente “Sim estou aqui para te entrevistar, pra discutir temas relevantes com você e sou também uma mulher negra.” Mas esse olhar não se restringe a sua atividade profissional. “Então esse olhar que nos acompanha. Muitas vezes nos acompanha dentro das lojas também. Esse olhar pra mim é a marca do racismo à brasileira.” (LILIAN RIBEIRO, 2020, jornalista negra)¹⁰

O fato de as relações raciais se construírem em um campo de tensão e de conflito acarreta movimentos de reação. Gomes (2019) destaca que o olhar do dominante, ou do branco sobre o negro e seu corpo tem sido historicamente confrontado. Assim, ao analisarmos o vivenciamento social do corpo exterior dessas mulheres negras compreenderemos um pouco mais sobre a importância do seu valor estético pictorial nesse lugar, entenderemos melhor o papel mediador exercido pelo corpo. Lilian pra provar que é a repórter designada à função tem que empunhar de forma visível ao olho do outro o microfone, em razão da corporeidade dela ser lida socialmente como não compatível ao cargo que a mesma exerce.

Maria Júlia Coutinho falou em sequência sobre suas vivências com o racismo e que, segundo ela, começou no nascimento e é desde a infância. A jornalista resgata memórias, bem pequena com seis anos de idade, “uma coleguinha de escola particular ter perdido o estojo e de repente, ela decidiu que eu peguei o estojo dela sem nenhum motivo”. Lembra de experiências já na vida adulta. Ela relata que estava na casa que os pais tem na praia no litoral norte de São Paulo. “Eu passei na rua sozinha e de repente tinha um grupo de jovens brancos numa casa vizinha a dos meus pais, mas eu acho que não sabiam que nós morávamos lá e começaram brincadeiras com barulho de macacos”. Maria Júlia diz que voltou daquela cena muito revoltada para a casa dos seus pais, comentou o que tinha acontecido chorou e ficou brava, mas também voltou a casa desses jovens no quintal. Disse a eles que isso não pode se repetir, e que o que fizeram é uma atitude racista. É isso que você tem que tomar cuidado. “Como a Lilian falou né. Essa questão de você as vezes ter que estar com

10. RIBEIRO, Lilian. Memória: Fala no Programa *Em Pauta* exibido na *Globo News* no mês de julho de 2020. Disponível em: <<https://glo.bo/2HWqIJD>>. Acesso em: 27 set. 2020

o microfone empunhado quando você é repórter da Globo para provar que você é repórter mesmo né.” (MARIA JÚLIA COUTINHO, 2020) ¹¹.

Segundo Moreira (2019), o uso do humor para produzir descontração está amplamente presente na atividade recreativa favorita do brasileiro, embora as pessoas se recusem a interpretar esses atos como ofensas raciais. O autor lembra que essas ofensas raciais contra negros e negras na forma de piada ocorrem em todos os lugares, principalmente no ambiente de trabalho. A desumanização e a animalização a qual Maria Júlia Coutinho foi alvo por seus vizinhos é definido por Moreira (2019) como um caso de racismo recreativo.

O último depoimento foi o da Aline Medle. Para ela o racismo acompanha as pessoas desde cedo com algumas particularidades. Ela declara que veio de uma família miscigenada. Escolheu relatar uma que pra ela foi marcante e que não faz muito tempo. A apresentadora foi com um ex-namorado em um Clube de classe alta numa praia da zona norte de São Paulo. “No litoral norte, eu estive nesse condomínio de piscina, muita gente abastada, com muito dinheiro, um lugar muito pautado por isso, pelas aparecias. Eu era única negra naquele lugar.” O que pra ela não era novidade. “Como foi assim a minha vida inteira praticamente. Na escola eu era a única. Na universidade eu era a única. Então, isso não era novidade pra mim, mas naquele lugar ali cercada pela família dele eu achei que estava tudo bem.” Quando Aline chegou na piscina acompanhada das sobrinhas brancas do até então namorado ela percebeu a discriminação. “Eu quase, praticamente fui barrada pelo segurança do condomínio porque ele achava que era uma babá. Isso não foi vocalizado, mas ficou evidente.” Quem entrevistou foi o namorado “Ele nem precisou falar. O segurança olhou pra mim pediu desculpas e eu passei.” Em seu depoimento trouxe também uma viveria no ambiente profissional. “Trazendo um pouco para a trajetória jornalística. Quando eu fiz a transição da produção dos bastidores pro vídeo e eu virei repórter. Eu era muito boa produtora, isso eu tinha 22 anos, já faz mais de 15 anos. Me entreguei aqui, entreguei a minha idade. Mas o meu chefe na época, dessa empresa, dessa emissora me disse: “Aline eu só acho que a

11. COUTINHO, Maria Júlia. Memória: Fala no Programa *Em Pauta* exibido na *Globo News* no mês de julho de 2020. Disponível em: <<https://glo.bo/3cXkIvz>>. Acesso em: 27 set. 2020.

gente precisa mudar algumas coisinhas”. Eu falei: Em que sentido? Ele falou não assim você sabe, você é bonita, você tem presença, sua voz é boa, mas, sabe assim o cabelo, eu não sei sabe, acho que não vai ser bem assimilado isso, eu acho melhor. Aí eu falei pra ele: então não vai ser assim que eu vou começar. Depois acabei começando em outro lugar. A vida da voltas né, depois de pouco anos eu fui chamada a voltar para essa emissora e não voltei, por alguma dessas razões claro esse tipo de resposta que tive dele quando eu fui tentar da um caminho adiante na minha carreira. Fico até hoje me perguntando quando ele me ver no ar o que será que ele sente. Até porque me procurou depois disso outras duas vezes pra que eu voltasse a esse canal. Então fico emocionada ao falarmos aqui da experiência que Ford Floyd teve porque eu acho que a falta de ar que ele sentiu durante aqueles oito minutos a gente sente diariamente aqui e todo mundo tem que sentir conosco. Enquanto as pessoas estiverem morrendo daquela forma não pode estar bom pra ninguém Heraldo” (MEDLE, Aline)¹².

A corporeidade da Aline foi lida como inapta e inadequada para frequentar um determinado espaço que era a piscina. No vivenciamento do seu corpo exterior essa inaptidão partia do pressuposto que em razão da sua cor de pele distinta dos demais frequentadores do espaço a jornalista estaria ali para servir e não para se divertir como os demais. No ambiente de trabalho sua corporeidade e nesse caso mais especificamente o cabelo também não estaria apto a ocupar uma visibilidade.

Espinhosa questão estética

Esse ponto comum, de habitarem um corpo radicalizado socialmente como negro, que atravessa a história dessas mulheres, profissionais remete a uma questão que se apresenta cotidianamente no universo profissional e pessoal: nas sociedades em que raça é um dos aspectos que estrutura as relações sociais de poder, o cabelo, a cor da pele, sendo os sinais mais visíveis da diferença racial e possuidoras de forte dimensão

12. MEDLE, Aline. Memória: Fala no Programa *Em Pauta* exibido na *Globo News* no mês de julho de 2020. Disponível em: <<https://glo.bo/36vxY9u>>. Acesso em: 27 set. 2020.

simbólica, são vistos como símbolo de inferioridade. A característica fenotípica marcada pela pele escura, que Sodré (2015) define como a espinhosa questão estética, acarreta em desvantagens objetivas na luta pela inserção social e melhores oportunidades de emprego.

Nesse contexto, Mbembe (2018) destaca que os processos de racialização cumprem, assim, o seu objetivo ao marcar esses grupos populacionais: fixar o mais precisamente possível os limites em que eles podem circular e determinar o mais exatamente possível os espaços que podem ocupar. São vários os lugares socialmente forjados historicamente para as mulheres negras, mas todos esses lugares perpassam pela subalternidade hierárquica, ocupando espaços servis — que, na sociedade brasileira, se dão inicialmente como mão de obra escravizada e, no período pós-senzala, se ocupa profissionalmente dos afazeres domésticos.

Ao mesmo tempo em que é lugar de valor, o corpo é lugar de imaginários que produz e fixa hierarquias sociais cujos mecanismos é preciso compreender. As pesquisas científicas produzidas ao longo da história é um bom indicador para quem visa entender como se foi atribuído o sentido de menor valia aos corpos não europeus pelos europeus. Nesse sentido Breton (2019) resgata que durante muito tempo, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, travou-se um debate acalorado para saber o grau de humanidade ou de animalidade do indivíduo africano, no momento que a exploração do Novo Mundo ou da África dissipa as antigas lendas, sem deixar a velha Europa em confronto com populações infinitamente próximas e, no entanto, nos antípodas, cuja a origem parece ambígua e indica, para os contemporâneos, uma espécie de transição entre o ser humano e o animal.

Trata-se de dar as aparências um fundamento científico ao racismo e, portanto, de justificar o empreendimento colonial pela demonstração de uma suposta feiura e da suposta pouca inteligência das populações subjugadas ou a subjugar em breve. Breton (2019) afirma que o racismo está respaldado em ideologia corporal: considera a outro como alvo de remoques, ou seja, um anônimo sem rosto que carrega os estigmas de uma raça menosprezada. As atitudes racistas são herméticas a qualquer raciocínio e, frequentemente, refratárias a experiência. O fato de se comprovar a inexistência de diferenças biológicas em relação a raça não

eliminou o racismo. Alguns autores chamam a atenção para o racismo simbólico que seria definido como uma mescla de sentimentos emotivos antinegro. Bonilla-Silva (2020) reconhece que raça à semelhança de outras categorias sociais, como classe e gênero, é construída, mas insiste que ela tem uma realidade social. Isso significa que depois que a raça foi criada passou a produzir efeitos reais sobre os atores racializados como “negros” ou “brancos”. Não obstante ser instável, como outras construções sociais, a raça possui uma qualidade de “mudar para permanecer igual” em seu âmago.

Como analisam Carneiro (2019), Araújo (2000) e Sodré (2015) os meios de comunicação no Brasil desempenham um papel central tanto na produção quanto na reprodução do racismo, além de vim se constituindo em um espaço de interferência e agendamento de políticas. A naturalização do racismo e do sexismo na mídia reproduz e cristaliza, sistematicamente, estereótipos e estigmas que prejudicam em larga escala, a afirmação da identidade racial e o valor social desse grupo. Segundo Carneiro (2019), a exclusão simbólica, a não representação ou a distorção da imagem da mulher negra nos meios de comunicação são formas de violências dolorosas, cruéis e prejudiciais.

Nesse caso, as características fenotípicas negras na sociedade brasileira comunicam e informam sobre as relações raciais portanto podendo ser pensadas como importante signo a ser estudado nas vivências de profissionais inseridas em um veículo imagético que tem a função de mediar informações. Isso se torna visível na conceituação de mediação que Sodré (2016) define como ato originário de qualquer cognição, porque implica o trânsito ou a “comunicação” da propriedade de um elemento para o outro, por meio de um terceiro termo. Este terceiro é precisamente o signo, um meio de articular dois elementos diversos, por exemplo, um objeto e uma ideia interpretante. O signo é, portanto, um meio (*medium*) de comunicação por tornar possível a partilha de uma experiência.

Ainda segundo Sodré (2014) quando se aventa a pipotes da comunicação como constituinte do processo social, o que se tem em vista é um processo de troca que transcorre tanto no nível visível das atividades vitais concretas (a produção e a elaboração do movimento social)

quanto do nível invisível e abstratos das trocas estruturais que compõem o processo simbólico e asseguram a formação de um comum.

A presença minoritária de mulheres negras nas mídias, bem como a fixação dessas mulheres em categorias específicas (a mulata, a empregada doméstica) foi um dos assuntos mais explorados na obra “A Negação do Brasil” de Joel Zito Araújo. A pesquisa de Araújo (2000, p.38) mostra que “Os interditos do tabu racial, que rejeitam a negritude e promovem a branquitude, com seus modelos de estética e bom gosto calcados nas construções do mundo branco (...) trouxeram também problemas discriminatórios no meio e na imagem na televisão, semelhantes àqueles existentes em outros espaços das relações sociais.” Ou seja, é necessário que a própria arregimentação de categorias raciais crie nos estudos comunicacionais e nas pessoas comprometidas contra o racismo uma necessidade de investimento de teorização que desnudem a própria estrutura do racismo.

Não dá para ignorar que o racismo se modula e cresce à sombra do difusionismo culturalista euro-americano e do entretenimento rebarbativo oferecido às massas pela televisão, e outros ramos industriais do espetáculo. Segundo Sodré (2015) esse racismo aloja-se em novas modalidades institucionais, ou seja, modo de fazer ou pensar independente do indivíduo. O racismo midiático é, assim, suscitado dentre outros fatores pela negação. “Do mesmo modo como as elites de hoje rejeitam o racismo doutrinário ou evitam a pecha de “sujeitos da discriminação”, a mídia tende a negar a existência do racismo, a não ser quando este aparece como objeto noticioso, devido à violação flagrante desse ou daquele dispositivo antirracista ou a episódicos conflitos raciais.” (SODRÉ, 2015, p. 279)

É importante ressaltar que, de acordo com Sodré (2014), a mídia não resulta certamente de nenhuma biopolítica deliberada, seja da parte do Estado, seja das organizações privadas. Entretanto, ela está “visceralmente conectada a um novo tipo de gestão da vida dos indivíduos pelas forças transnacionais do mercado e, implicitamente, a uma política entendida como dar forma à vida do povo” (p.121), enquanto ambiência subjetiva e cultural análoga a uma biopolítica já anunciada no passado pelas primeiras ditaduras tecnológicas, que foram o stalinismo

e o nazismo. O corpo aí se situa em primeiro plano. No caso do nacional socialismo, tratava-se de garantir as qualidades raciais e a saúde hereditária do corpo popular, enquanto agora se tenta garantir a captação de energia psíquica ou de afeto, apelando-se para a diversão e a qualidade de gozo do lazer por parte das massas, disponibilizadas pela nova ordem produtiva para consumo.

Se partirmos do entendimento de Carneiro (2019) de que os meios de comunicação, não apenas repassam as representações sociais sedimentadas no imaginário social, mas também se instituem como agentes que operam, constroem e reconstroem no interior de sua lógica de produção os sistemas de representação, levamos em conta que eles ocupam posição central na cristalização da imagem e sentido sobre a mulher negra. Muito tem se falado a respeito das implicações dessas imagens e dos mecanismos capazes de promover deslocamentos para afirmação positiva desse segmento.

Tal importância se justifica pela grande quantidade de cidadãs com esse perfil corpóreo que integram a população brasileira contrastando com o número pequeno de repórteres e apresentadoras negras que são assistidas nos telejornais brasileiros. Nesse sentido, são ainda grandes os desafios na área da comunicação e da imagem em prol da construção de um novo imaginário da mulher negra nesse espaço, e, por extensão, nas instâncias de decisão política e na sociedade. Em concordância com França e Simões (2016), entendo que o “objetivo da análise comunicativa é justamente captar o desenho dessas relações; o posicionamento dos sujeitos interlocutores; a criação das formas simbólicas; a dinâmica de produção de sentidos. O que sem dúvida, é contribuição impar para o conhecimento de nossa realidade contemporânea.” (FRANÇA; SIMÕES, 2016, p.28)

As mulheres negras brasileiras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos (CARNEIRO, 2011, p.129). De regra, considera-se satisfatório que, em um conjunto de aproximadamente metade da população feminina do país, apenas uma ou outra negra ocupe posição de

importância. E, ademais, esses casos solitários são emblemas utilizados para desqualificar as denúncias de exclusão racial.

Relembrando o caso citado acima, sobre Maria Júlia Coutinho e Aline Medle, essas mulheres sofrem não só nas ruas, mas também nas mídias, em que os agressores, mesmo que não fisicamente, atacam a elas com insultos por acreditarem em uma inferioridade inexistente das mulheres negras. Carneiro (2019) nos faz atentar que para alguns brancos (e outros que assim se supõem), parece só haver um jeito suportável de ser negro: aquele ligado ao fracasso, à vulnerabilidade, ao servilismo, à dependência e à inferioridade introjetada. Negros e negras fortes, altivos e vencedores parecem um insulto para esses brancos.

O fato de essas mulheres participarem dessa camada profissional, embora de maneira quantitativamente não representativa e numa condição de subalternidade, ainda hoje é utilizado pelos defensores do mito da democracia racial, para negar a existência no Brasil da discriminação com base na cor de pele e reafirmar a existência de uma discriminação apenas socioeconômica. Segundo esse pensamento bastaria a essa mulher “se esforçar” para chegar “lá” junto com os brancos e brancas nas posições de maior poder, prestígio e remuneração em nossa sociedade. Prova disso seria fornecida por essas próprias jornalistas negras ou por personagens míticas, como Glória Maria e outras estrelas do esporte e da música no âmbito nacional, argumentam.

Mas, em nenhum momento esses defensores do mito da democracia racial fizeram um levantamento numérico e qualitativo dessas jornalistas negras para descobrir quem são elas efetivamente que cargos ocupam nas emissoras televisivas nacionais. Não conversaram com elas para mapear o longo caminho que percorreram para chegar aonde se encontram hoje; assim como as dificuldades que tiveram que superar para alcançar os postos de apresentadoras ou repórteres no mundo midiático televisivo. Não se preocuparam em ouvir seus relatos e desvendar as experiências intransferíveis que vivem ao longo de seus percursos profissionais. Não perguntaram sobre sua consciência sobre a presença do racismo na sociedade brasileira; e para as que têm essa consciência, como fizeram para superá-lo e quais marcas deixou em suas subjetividades.

Referências

- ARAÚJO, J. Z.. *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- BAKHTIN, M.. *Estética da Criação verbal*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.
- CARNEIRO, S.. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- FRANÇA, V.; SIMÕES, P.. *Curso básico de teoria de comunicação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- GOMES, N. L.. *Sem Perder a Raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- KILOMBA, G.. *Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019
- LE BRETON, D.. *Rostos: ensaios de antropologia*. Petropólis: Vozes, 2019.
- LE BRETON, D.. *A sociologia do corpo*. Petropólis: Vozes, 2017.
- MBEMBE, A.. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MOREIRA, A.. *Racismo Recreativo*. São Paulo: Polén, 2019
- SETENTA, J. S.. *O fazer-Dizer do corpo: dança e performatividade*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- SODRÉ, M.. *A Ciência do Comum: notas para o método comunicacional*. Petropólis: Vozes, 2014
- SODRÉ, M.. *Claros e escuros: Identidade, povo, mídia e cotas no Brasil*. Petropólis: Vozes, 2015
- SODRÉ, M.. *Pensar Nagô*. Petropólis: Vozes, 2017
- SOUZA, N. S.. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- VERGÈS, F.. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu, 2020.

CAPÍTULO 7

Andar nas ruas, olhar o mundo como seu: A produção do espaço no cinema de André Novais

BRENO HENRIQUE DE ALMEIDA ROCHA

*“O ‘olhar’ tem sido e permanece, globalmente, um
lugar de resistência para o povo negro colonizado.”
bell hooks*

Entre a fabulação e a contingência do real, o espaço “outro do Brasil” tem sido produzido ao longo da história, pelos discursos, narrativas e pelas imagens em suas múltiplas linguagens midiáticas, com ausências, questões, reiteraões e fraturas. Espaços complexos, de análise, interação e percepção, comumente reduzidos a imaginários imediatos, que optam por subtrair, conscientemente ou não, especificidades sócio-espaciais que engendram transformações em nosso posicionamento diante do mundo. Compreendendo, que inúmeros são os filmes produzidos por corporeidades hegemônicas, e que a presença masculina, branca, cis-heteronormativa atravessada e constituída por uma relação de classe privilegiada direciona o modo recorrente de produção cinematográfica, nosso interesse de pesquisa se faz em investigar o processo de produção do espaço no cinema, quando vetores outros operam em sua construção.

Trabalhadores organizados de forma coletiva, transitando por ruas, morros e ladeiras, perscrutando uma espacialidade que se dá de forma múltipla apresentando a fruição e a articulação da vida. *Temporada* recorre à periferia de Contagem em seus gestos iniciais, oferecendo para a expectatoriedade, uma experiência e fruição diferente em relação ao

espaço e ao tempo com as imagens que habitualmente são concernidas às espacialidades periféricas.

Andar pelas ruas é a gestualidade inicial apresentada nos primeiros planos de *Temporada* e que será recorrente no desenrolar da narrativa. Andar só, andar juntos com o outro, articulados com a aparente trivialidade de um cotidiano que se faz lá onde a vida é prisioneira (GUIMARÃES, 2017), com as aberturas, confluências e porosidades produzidas pelo espaço, onde uma espécie de precariedade é exemplificada e presentificada, seja através do trabalho realizado por aqueles que efetivamente caminham pelas ruas, seja pelos métodos e abordagens de filmagem que recusam códigos visuais solidificados e reiterados ao longo da história.

Sublinhar a aparição do trabalho, das relações afetivas que são traçadas nos encontros e nos caminhos, das vizinhanças (em seu sentido literal) e das formas de partilha postas em cena, se dá como um esforço de perceber e investigar com maior densidade e interesse sobre os modos pelos quais o cinema se vale dos seus procedimentos para dar a ver a produção do espaço tanto fílmico quanto social, também em suas dimensões políticas, históricas e afetivas.

As perspectivas e possibilidades do espaço, que esse ensaio se propõe a analisar, problematizar e investigar, se desdobram e reverberam para além da materialidade física, comumente atribuída ao mesmo. Sabemos, como indica Guattari, que “o alcance dos espaços construídos vai então bem além de suas estruturas visíveis e funcionais” (GUATTARI, p. 158). Trata-se no filme *Temporada* de um espaço que abriga e informa, ainda que não deliberadamente, sobre múltiplas e complexas relações de poder, que acabam por nos informar sobre a produção e distribuição dos espaços em nossa sociedade. Distribuição, divisão e configuração permeada pelas marcas do capitalismo, do neoliberalismo e do racismo, promovendo assim, a partir de suas próprias dinâmicas, organizações espaciais, que já surgem para o mundo, cindidas, segregadas, constituindo e inscrevendo distintas formas de experiências sociais e modos de sociabilidade. Assim como aponta Lefebvre,

se o espaço (social) é produzido pelo modo de produção e pelas relações sociais, então, ele transforma-se na medida em que ocorrem mudanças nessas duas categorias da realidade. Contudo, as alterações

no espaço não são definidas de antemão, isto é, não acontecem de modo direto e imediato às modificações da sociedade e de seu modo de produção, pois essa relação é mediada por ideologias, ilusões, saberes, códigos etc. (LEFEBVRE, 2006, p.9).

Em contraste com um imaginário — majoritariamente branco e ligado a classes ricas que permeia e fomenta ao longo da história do cinema brasileiro a produção de visualidades dos espaços e também das relações produzidas junto aos sujeitos que neles figuram e habitam o filme que abordamos condutor de nossa investigação, apresenta e nos dá acesso a novas possibilidades de relação com o mundo, através de imagens que abrigam, testemunham e contextualizam outras formas e experiências de produção espacial.

Essa análise toma o filme *Temporada* na tentativa de discutir e problematizar o modo como a construção de subjetividades e alteridades pretas, tem se dado também pelas peculiaridades e pelas experiências, acionadas e praticadas nos múltiplos e prismáticos processos de produção e aparição do espaço no cinema brasileiro.

Tendo em vista a forma e o modo, como até então o cinema brasileiro, em diferentes movimentos e períodos, se fez inclinado e interessado nas questões derivadas da latente experiência de desigualdade em nossa sociedade, e conseqüentemente fez aparecer espaços estratificados frente a gestos de denúncia, revolta e/ou exposição das violências que recaem sobre o espaço da periferia, *Temporada* singulariza de certo modo, outros modos de olhar para o espaço e para as relações traçadas com os sujeitos que o habitam, povoam e/ou transitam.

Ao constituir as imagens, o cinema de André Novais enfatiza a inscrição de gestos menores que recusam tanto a espetacularização quanto a banalização de problemas acionados e desdobrados pelas relações de classe e conseqüentemente pelas relações de raça, configurando assim, um estilo específico, singular e marcadamente “autoral”. Não se trata de um apagamento, e/ou declínio exacerbado frente a problemas estruturais e fundantes da experiência social e racial na sociedade brasileira, mas sim, de um gesto e movimento, raro e específico que convoca e aciona outras subjetividades e alteridades para a construção e centralidade da imagem.

Seus filmes se inclinam a elaborar narrativas fortemente protagonizadas por sujeitos comuns que desenvolvem a partir do próprio espaço que habitam ou figuram as coordenadas para a existência fílmica. Assim como sugere Victor Guimarães “procurar, desejar a vibração da vida ordinária, é resistir a voracidade do espetáculo, é fazer com que o cinema tenha que se empenhar na espessura do mundo para encontrar outra ficção possível” (GUIMARÃES, 2013, p.71). Tais procedimentos fílmicos trazem novas potências de análise e percepção, quando recortes raciais, de classe e de gênero atravessam, mas não delimitam e categorizam em perspectivas estratificadas a sua composição.

Tendo em vista o caráter e a dimensão de indiscernibilidade que liga os sujeitos aos espaços, instaurando desse modo a presença de subjetivações e subjetividades que produzem junto com as imagens “novos modos de percepção e de visibilidade, formas inauditas de nos relacionar com o outro, reconfigurações do possível e do pensável” (BRASIL, 2006, p.159), as espacialidades presentes em *Temporada* acionam dentro de suas próprias elaborações e especificidades outras materializações de mundo. Assim, como nos ajuda a compreender Jacques Rancière: “já não são mais as formas que se analogizam, são as materialidades que se misturam diretamente” (RANCIÈRE, 2012, p.52).

O que singulariza a aparição do espaço em *Temporada* é a sua oposição aos espaços monolíticos e homogêneos. No filme de Novais os espaços se dão pelas experiências praticadas e compartilhadas no cotidiano. A partir da presentificação de corporeidades negras enquanto intermediadoras multisituadas do processo de criação das imagens, nosso objetivo é procurar compreender como o espaço em sua relação com as imagens produz novas formas de subjetivação e de subjetividade, sabendo que o espaço não ocorre apenas em sua dimensão física e que as formas “[...] estão sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações do todo social [...]” (SANTOS, 1997, p.2).

Partindo de aspectos peculiares no registro do cotidiano daqueles que figuram à margem, e de uma forte aposta nas relações sociais e afetivas desenvolvidas por comunidades negras na periferia, *Temporada* se utiliza de alguns procedimentos singulares que aparecem em outros filmes do realizador. Podemos caracterizar com mais especifici-

dade a estilística do diretor ao sublinhar alguns aspectos que surgem com forte expressão no campo do visível: as imagens que dão a ver e sentir as relações afetivas que são tecidas por aqueles que compartilham e produzem o mesmo espaço habitado, a construção do drama alimentada por elementos pertinentes ao humor, à aparição de personagens que se encontram em estado de transição espacial e também de subjetivação, a presença marcante de planos abertos que articulados e constituídos em uma temporalidade outra buscam apreender o espaço, quase sempre desdramatizando, em suas contradições e tensões, muitas vezes dando a ver processos históricos de ocupação e questões urbanas que se atravessam os personagens e a narrativa.

Temporada recusa gestos de sobrecodificação ou que possam responder de modo demasiadamente imperativo aos problemas que recaem sobre os espaços periféricos, elaborando assim, na esteira do pensamento de Jacques Rancière, um “encadeamento de micro-eventos sensíveis que vêm substituir o encadeamento das causas e dos efeitos, dos fins projetados, de suas realizações e de suas consequências” (RANCIÈRE, 2012, p. 118).

Para além de uma aparição outra concedida ao espaço, *Temporada* elabora também novas formas de visibilidade para aqueles que o habitam. Rejeitando signos e significantes que possam reduzir as experiências dos sujeitos e revestindo os mesmos com traços complexificados, o espaço é também um forte agente ativador de vínculos e pertencimentos. Ao se estabelecer outra relação com o tempo, convocando o descanso que se faz necessário para o exercício de contemplação, as reconfigurações se estendem para além da incidência espacial atingindo também a dinâmica do olhar. Segundo Lefebvre (2006),

[...] este conhecimento [da produção do espaço] tem um alcance retrospectivo e um alcance prospectivo. Se a hipótese se confirma, ele reage sobre a história, por exemplo, e sobre o conhecimento do tempo. Ele permitirá melhor compreender como as sociedades engendraram seu espaço e seu tempo (sociais), quer dizer seus espaços de representação e suas representações do espaço. Igualmente, ele deverá permitir, não prever o futuro, mas fornecer elementos a serem colocados em perspectiva no futuro: ao projeto de outro espaço e de outro tempo numa sociedade outra, possível ou impossível. (LEFEBVRE, 2006, p. 136).

Pensamos aqui o processo de subjetivação como um complexo e multisituado modo de tornar-se sujeito que perscruta não somente a relação “que temos com nossa própria individualidade, mas a que temos com os outros, na medida em que também são nós mesmos” (FOUCAULT, 1981/2016, p.13). Como o cinema, em seu caráter de testemunho, documentação e criação ficcional poderia nos informar sobre a criação e configuração de espaços não mais rarefeitos, constituídos e atravessados por estereótipos e estigmatizações, mas sim como lugares emancipatórios que abrigam e acolhem novas possibilidades de afeto e afetação? Quais formas e políticas de resistência o espaço também nos informa?

Compreendendo o caráter e a dimensão relativa e relacional atribuído a produção do espaço, inclinamos nossa atenção, em uma tentativa transversal de apreender alguns gestos: a caminhada, enquanto procedimento-exercício estético constante a atravessar e constituir a narrativa do filme, assim como os vínculos e relações produzidas — sobretudo por Juliana, protagonista do filme — com o espaço de fora e por vezes o de dentro.

Acionamos aqui também, junto ao exercício de análise do filme e diante da decupagem estabelecida, uma percepção que sublinha e evidencia as escolhas fílmicas do diretor perante a apreensão e produção do espaço. Atentamo-nos ao posicionamento da câmera, a abrangência do quadro, a duração dos planos e a sistematização de objetos presentes nos ambientes externos e internos, a fim de compreender o que está em jogo, na construção do filme, e quais procedimentos são alimentados e potencializados para que a materialidade das imagens enfim aconteça. Investigamos também a preposição e o desenvolvimento do pensamento intelectual negro na produção e emergir de imagens contra hegemônicas (FANON, 2008), sobretudo nas imagens que tangem à aparição e predominância das corporeidades negras em suas múltiplas e complexas relações e vínculos na produção do espaço.

Em contraste com caracterizações predominantes do espaço da periferia feito pelo cinema moderno e por vezes em tentativas e gestos de denúncia, também pelo cinema contemporâneo, a obra de André Novais tenciona, questiona e problematiza, ainda que não deliberadamente, outras formas de produções espaciais movidas anteriormente pelo cinema.

A hipótese que guia a nossa análise é a de que o cinema, ele próprio agenciador de relações espaciais, quando articulado por outros sujeitos, historicamente invisibilizados, recusa códigos e perspectivas que agem em dinâmicas de sobrecodificação, e passa a perscrutar o espaço retirando dele próprio suas coordenadas para o filme, produzindo assim espaços estéticos e políticos interessados no reconhecimento e legitimidade de humanidades múltiplas.

O cinema e o espaço produzindo, juntos, cada um ao seu modo, possibilidades de fabulação, cura, transformação e reconfiguração de experiências sociais, perante as mazelas, feridas e pactos engendrados pelo capitalismo e seus desdobramentos. O cinema e as imagens dando a ver a “constituição de subjetividades de indivíduos cuja consciência e os afetos, estão de algum modo conectado às práticas sociais” (ALMEIDA, 2018, p.49) sendo atravessada e formulada pelo espaço e pelas linhas de força que sobre ele incidem.

Considerando o espaço como um conjunto de fixos e fluxos (SANTOS, 1978), marcado por processos e vestígios da colonização, estamos interessados em investigar o acolhimento promovido pelo cinema e pelo espaço para com sujeitos historicamente subalternizados, quando a experiência de territorialização é acionada por corpos não brancos. Na esteira do pensamento de bell hooks,

[...] existem espaços de agência para pessoas negras, onde podemos ao mesmo tempo interrogar o olhar do Outro e também olhar de volta, um para o outro, dando o nome ao que vemos. O “olhar” tem sido e permanece, globalmente, um lugar de resistência para o povo negro colonizado (hooks, 2019, p.217).

Ao constituir as imagens, é um traço definidor do cinema de André Novais a inscrição de gestos menores que recusam a espetacularização. Elaborar narrativas fortemente protagonizadas por sujeitos comuns talvez seja uma das características mais fortes de sua filmografia. Tais procedimentos são imbuídos de novas camadas de análise e percepção, quando recortes raciais, de classe e de gênero atravessam, mas não delimitam e categorizam em perspectivas estratificadas a sua composição.

A obra de André Novais aposta desde o início em gestos constitutivos que se amparam na força poética e na dimensão sensível inerente ao próprio espaço filmado. A partir de aspectos peculiares no registro do cotidiano daqueles que figuram à margem, e de uma forte aposta nas relações sociais e afetivas desenvolvidas por comunidades negras na periferia, *Temporada* se utiliza de alguns procedimentos singulares que aparecem em outros filmes do realizador.

Podemos caracterizar com mais especificidade a estilística do diretor ao sublinhar alguns aspectos que surgem com forte expressão no campo do visível: as imagens que dão a ver e a sentir as relações afetivas que são tecidas por aqueles que compartilham o mesmo espaço habitado, a construção do drama alimentada por elementos pertinentes ao humor, à aparição de personagens que se encontram em estado de transição espacial e também de subjetivação, a presença de planos abertos que articulados e constituídos em uma temporalidade outra buscam apreender o espaço, quase sempre desdramatizado, em sua totalidade.

Recusando gestos de sobrecodificação ou que possam responder de modo demasiadamente imperativo aos problemas que recaem sobre os espaços periféricos, *Temporada* se articula em um “encadeamento de micro-eventos sensíveis que vem substituir o encadeamento das causas e dos efeitos, dos fins projetados, de suas realizações e de suas consequências” (RANCIÈRE, 2012, p. 118). Russão, é um desses personagens habitantes e presentes no filme que nos concede previsões de acolhimento fornecidas pelo espaço: “Essa área aqui é de boas. Daqui a pouco você vai conhecer os morador e tal, aí fica fácil. Vai tá até tomando cafezinho com o pessoal”.

Para além de uma aparição outra concedida ao espaço, *Temporada* elabora também novas formas de visibilidade para aqueles que o habitam. Rejeitando signos e significantes que possam reduzir as experiências dos sujeitos e revestindo os mesmos com traços afetivos, o espaço é também agente criador de vínculos. Ao se estabelecer outra relação com o tempo, convocando o descanso que se faz necessário para o exercício de contemplação, as reconfigurações se estendem para além da incidência espacial atingindo também a dinâmica do olhar. Diante de um espaço que se faz perante a imanência da reconfiguração, Juliana e

seu amigo Hélio acionam reordenações do campo de visibilidade. Assim como nos sugere Ana Caroline de Almeida:

Hélio não precisa ir ao centro para dar o status de Belo aos horizontes que já possui, esses que ele preenche com memórias e outras coisas que vão além da materialidade da imagem. O sorriso sem gato. O voo sem pássaro. Juliana senta ao lado dele e diante disso que, para ela, agora, também é paisagem, confessa em algum momento: “é que eu nunca fui de ter amigo, Hélio”. E então está dado. A contemplação como um exercício disparado pela presença, pelo compartilhamento, pelo contar das histórias dos peixes que haviam antes do esgoto chegar, pelos laços que se criam quando essas histórias são contadas, por deixar baixar a guarda (ALMEIDA, 2019, p. 20).

Temporada nos oferece enquanto expectadores, raras e transformadoras imagens sobre as espacialidades periféricas. Ao construir imagens que se desdobram e reverberam a partir de experiências negras, o filme, constituído com toda a sua potência intervém no imaginário social, criando assim novas percepções e sensibilidades sobre espaços abrigados e povoados majoritariamente por coletividades negras.

Referências

ALMEIDA, A. C.. *A centralidade de um olhar à margem: paisagens verticais do cinema brasileiro contemporâneo*. In: XXVIII Encontro Anual da Compós, 2019, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: Compós, 2019, p.1-22.

ALMEIDA, S.. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, M. (2016). *Subjetividade e verdade*. (R. Abílio, Trad.). São Paulo: Martins Fontes (Original publicado em 1981).

GUATTARI, F.. *Caosmose: um novo paradigma*. – São Paulo: Editora 34, 2000.

GUIMARÃES, C.. “*Na vizinhança do tigre: lá onde a vida é prisioneira*”. Revista Eco-Pós: Dossiê Imagens do Presente, v. 20, n. 2, 2017.

HOOKS, b.. *Loving Blackness as Political Resistance*. In: _____. *Black looks: race and representation*. Boston: South End Press, 1992. p. 9-20.

LEFEBVRE, H.. *O Direito à Cidade*. Tradução de: FRIAS, R. E. São Paulo: Centauro, 2001.

RANCIÈRE, J. *O destino das imagens*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SANTOS, M.. *Espaço e Método*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M.. *O espaço dividido*. Trad Myrna T. Rego Viana – 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 433p.

CAPÍTULO 8

Os Cinemas Africanos na web e na identidade da Diáspora Negra Brasileira

ELAINE DO CARMO

“Os movimentos filosóficos que estão sendo construídos aqui no Brasil são para pensar os seres humanos. São única e exclusivamente para reconstrução das subjetividades da população preta, para elas se entenderem enquanto povo, enquanto pertencente de si.”
Katiúscia Ribeiro

Introdução

Ao pensar atualmente em possibilidades de acesso e consumo à arte cinematográfica com baixo custo e instantaneidade um dos caminhos é acessar o ciberespaço um lugar de relacionamento de várias materialidades virtuais que, segundo o filósofo tunisiano Pierry Levy (1999) é um local virtual de comunicação mundial interligada com seus computadores e suas memórias. Com a ampla oferta de sites e plataformas de exibição gratuitas ou a baixo custo, assistir filmes, interessar-se por informações sobre estas produções pela web 2,0 pode se tornar o hábito da cinefilia, que não solicita nenhuma necessidade de conhecimento prévio aprofundado apreciar amplamente as produções.

Busca-se neste aqui, investigar como a exposição acessível do cinema produzido no continente africano, em território população majoritariamente negra e por realizadores negros dos Cinemas Africanos, um continente plural, pode se tornar uma janela visual identitária para a maior parte da população brasileira. Retomando o olhar para as possibilidades

de vivências com o hábito da cinefilia, é possível perceber que estas produções podem se tornar uma forma de viagem, de reconhecimento geográfico identitário para a população negra descendente de pessoas de vários locais do continente africano que vivenciaram a migração forçada do tráfico e escravização trazidos para o Brasil, a Diáspora Negra Brasileira. Também busca apreender, de alguma forma, como este ciberespaço, no território web, com suas características, possibilita o acesso às produções dos Cinemas Africanos que atualmente estão sendo disponibilizados nessa rede.

Afasta-se aqui em definitivo a possibilidade de abarcar todas as significações que esta visualização pode causar, por ser algo altamente volátil e impossível de abarcar em sua totalidade complexa. Expomos, também, que não é uma tentativa de estudo de caso ou de recepção em comunicação. Mas um exercício de apontar algumas viabilidades e perceber positivamente como os filmes dos cinemas africanos no ciberespaço pode ser uma forma de viagem temporal e espacial, se tornando uma fonte de identificação de signos civilizatórios originários do continente africano deslocados como viajantes do tempo cronológico. Signos estes que podem gerar alguma forma de pertencimento fenotípico, para a população brasileira que se reconhece negra.

Com apoio na já existente compilação sobre identidade descrita e formulada pelo sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall, em conjunto com um olhar mais atento aos estudos do professor nascido na Costa do Marfim, Mahomed Bamba e o movimento de invalidação da história única descrita pela escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, este estudo busca destacar conceitos cunhados por estes autores que fortalecem a compreensão dos signos visuais e sonoros que podem emergir das cinematografias africanas, como forma de construção identitária para diáspora negra brasileira. Estas codificações culturais que podem emergir são resilientes do mecanismo de apagamento identitário de pessoas negras escravizadas no Brasil. Estes foram e ainda são transmitidos pela oralidade, fazer social de preservação da memória histórica, que ficou como uma das heranças para os descendentes diaspóricos brasileiros.

A busca por uma identidade diaspórica

As experiências de coletas de fragmentos de memórias geracionais transmitidas oralmente por descendentes dos escravizados com o fim de remontar a genealogia é um movimento constante e infinito na busca pelo pertencimento. Seja em uma esfera individual, na tentativa de localizar informações sobre os galhos da árvore genealógica que estão mais próximos da extremidade dos arbustos, ou em uma dimensão mais ampla quando busca mapear os galhos que estão próximos do tronco. Para a Diáspora Negra Brasileira este processo tem grande complexidade, pois se assemelha à montagem de um quebra cabeça onde sempre faltarão muitas peças.

Durante a reconstrução ou construção de uma ressignificação positiva de pertencimento, há uma real busca por uma “identidade perdida”, como ressalta a cineasta Sabrina Fidalgo em entrevista para o Canal na plataforma Youtube chamado Sobre Elas¹. Ao relatar sua participação no Festival de Artes na cidade de Acra, capital de Gana, Fidalgo mostra as singularidades da própria busca e aponta possíveis transformações expectativas identitárias da Diáspora Negra Brasileira ao pisar no continente.

A falta de registros históricos fidedignos, particularidade da Diáspora Negra Brasileira, gera a necessidade de olhar para o continente como uma unidade amalgamada inviabilizando o direcionamento do olhar específico para a ainda vigente redivisão territorial colonial do continente que conforma 54 países.

No âmbito de um conjunto social demarcado como a família, a uma inegável escassez generalizada de iconografias gera fazeres artísticos de valorização e reparação da identidade diaspórica. Movimentando-se a partir deste processo de reconstrução da memória familiar ascendente, para além da sua avó, a cineasta brasileira Safira Moreira produziu no ano de 2017 e disponibilizou na plataforma Vimeo², o premiado curta intitulado Travessia. O filme denuncia o desmonte da genealogia da população negra e em particular algumas interseccionalidades, um conjunto de opressões sociais que atravessam a identidade das mulheres negras brasileiras.

1. Disponível em: <<https://bit.ly/2GGsca0>>. Acesso em: 23 ago. 2020

2. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QleIZUYbXwI>> . Acesso em: 23 ago. 2020

E o que é identidade? É o que permite criar uma motivação para viver em consequência de todas as transformações que esta afirmação existencial traz. Concordamos com Stuart Hall (2006), que em sua investigação conceitua os aspectos do pertencimento pessoal às vivências “culturas, étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais como “identidades culturais”. Para Hall a identidade diaspórica se assemelha ao ato de traduzir.

Este conceito descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado... Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas...As pessoas pertencentes a essas culturas híbridas têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza :Cultural “perdida” ou de absolutismo étnico. Elas estão irrevogavelmente traduzidas. (HALL, 2006, p.88)

Prosseguirmos dialogando com Hall, carregamos este conceito ao longo de uma temporalidade linear histórica estendida que será considerada a partir do período colonial que gerou um movimento de barbárie humana, o tráfico negreiro. Aliás, este, é considerado o primeiro movimento de globalização até os tempos denominados pós-modernos, em que nos conectarmos e comunicarmos pela rede mundial de computadores.

Assim, entendendo o sujeito diaspórico é necessário fazer emergir a base ética filosófica que prevalece na formação originária da população negra brasileira, a filosofia africana *Ubuntu*. Termo que tem origem em um grande tronco étnicolinguístico no continente africano, os Bantu. Sua normatização acadêmica foi atribuída ao filósofo Mogobi Ramosi e difundido como “Eu sou porque você é”. O filósofo destaca que *Ubuntu* é a quinta categoria do conceito que é composto pela junção de duas palavras e representa a ligação entre as outras quatro categorias da filosofia africana. Assim evoca-se esta perspectiva abstrata para o ocidente, mas que se aproxima de uma realidade colaborativa, o que a difere da

filosofia hegemônica, que por sua vez, se volta para a individualidade e não se mostra capaz de oportunizar a pluriversidade global.

Esta taxação de subjugamento social imposta pela colonização às populações negras da África escravizadas no Brasil gerou um consequente apagamento de boa parte das “identidades culturais”. Foi um verdadeiro alijamento identitário, sem registros descontaminados do pensamento para dominação colonial de inferioridade intelectual e psíquica da população negra. Como explicita os textos publicados pelo eugenista brasileiro Nina Rodrigues, e recentemente a destruição de documentos históricos da população negra em um incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro no ano de 2018 causado pela precariedade investimento público na preservação histórica do país.

O Brasil é uma nação singularmente jovem, se comparado a outras ocidentais, que tem em sua gênese registrada e difundida por a historicidade eurocêntrica que busca silenciar a expressiva contribuição fundante africana e indígena.

Nesse sentido, existe um constante estado de alerta diaspórico para investigar sobre o que for permitido de acesso informacional de qualquer parte do continente africano. Esforço de tentar reconstruir de alguma forma a genealogia para a afirmação do pertencimento, de materializa ao menos uma parte da história ancestral.

Com esta concreta falta de registro sobre as origens da população negra escravizada no país, as centelhas culturais que sobreviveram ao apagamento cultural foram inseridas no sincretismo religioso com o cristianismo europeu, no culto recluso das religiões de matriz africana, nos conhecimentos da medicina tradicional, na resistência dos agrupamentos sociais como os quilombos. Em alguns traços de vestimentas e comunicação, na ação de transmitir verbalmente a história por gerações, quando possível. No idioma, permeado por palavras de origem africana como *yorubá* na base de composição do português, língua imposta pelos colonizadores como forma de manutenção do poder de exploração.

Os usos da internet e do cinema

Há pouco mais de duas décadas, estamos em um processo de transferência de grande parte de nossos relacionamentos para conexões de natureza virtual. A cada instante nos tornamos mais conectados com os dispositivos eletrônicos como celulares e computadores. Somos atraídos pela comodidade de acessar, sem a necessidade de um deslocamento físico, uma incontável quantidade de materialidades, como imagens estáticas, imagens em movimento, textos, músicas, áudios dentre outros. E é neste espaço que esta investigação direciona o olhar para o cinema por se tratar de uma arte que aglutina em si a capacidade de retratar ou incorporar outras formas de arte.

Desde o armazenamento até a exibição de filmes, para além das salas de projeção, exposições itinerantes, exibição na televisão, a web possibilitou que o cinema se tornasse uma arte onipresente neste espaço de vivência social virtual que se integrou à constituição da maior das sociedades no planeta. Há uma movimentação perceptível do uso da rede como uma tela de exibição cinematográfica para grandes estúdios produtores e realizadores independentes. Nessa configuração, o cinema não somente vai a espectador, como vai com o espectador. Ele se deixa transportar e tem a capacidade de se adaptar para se projetar em telas de poucas polegadas de um celular ou em uma televisão de muitas polegadas. Assim como as narrativas cinematográficas, a internet influencia diretamente as relações sociais e culturais dos que a acessam. O ambiente virtual também tem a capacidade de absorver o usuário na experiência de contato, no compartilhamento de filmes e vídeo, há mudança na forma de se relacionar com os filmes que se equipara a forma de navegação na rede.

Buscando perceber melhor como os cinemas africanos impulsionados pela internet podem alterar, remodelar ou criar relações identitárias de pertencimento, a seguir passa-se a observar as origens intencionais destes dois meios que se associam em algumas situações e fundem mantendo de forma complexa suas características mais marcantes: o cinema centenário e a jovem web, que não chegou a completar 30 anos.

Ciberespaço em suas fronteiras (in)visíveis

Com o amplo uso da web, se tornou trivial a personalização do acesso à filmes sendo possível escolher onde e como assistir. Esta dinâmica tem a possibilidade de ser não linear, seja pausando ou seguindo de pontos específicos da narrativa, optando por uma interatividade parcial que também vai de encontro, às vezes, com demarcações territoriais virtuais como senhas, pagamentos para acesso e cadastros prévios com disponibilização de informações pessoais.

Podemos seguir imaginando o ciberespaço como um ambiente de relações baseadas na perfeita horizontalidade com portas de acesso que não apresentam resistências ou restrições. Ambientes com fluxos harmônicos e sem hierarquização que se conectam e permitem a fruição do que foi compartilhado com plena compreensão dentre os envolvidos. Um repositório com espaço infinito e conexões fluidas.

Se olharmos para o início da construção da internet, entendemos que foi criada para ser uma rede, mas não mundial, para ser acessada, mas de forma restrita somente por quem sabia onde estavam onde arquivadas as informações. Nasceu de uma necessidade militarista que precisava armazenar e proteger informações. Com o passar do tempo, foi sendo redirecionada para uso de civis. Estes fizeram do espaço virtual um depósito de assuntos aleatórios e gerais em espaços específicos com caminhos pré-determinados. Permitindo somente acessar quem detinha as coordenadas para chegar às informações desejadas.

Configurada inicialmente como um espaço restrito a uma determinada parte da sociedade, é possível fazer a analogia com a criação da prensa de Gutemberg (1430), que possibilitou a mecanização da reprodução de textos que até aquele momento era completamente manual. Houve aumento em escala de produção que transformou o volume de reprodução textual, mas não na mesma velocidade do acesso ao conteúdo, pois ainda poucas pessoas sabiam ler.

Em sua descrição histórica a internet está alicerçada nas relações de poder. Mesmo que não haja um centro de controle único existem portas virtuais com o real potencial de negar o acesso, seja por uma senha gerada necessidade de pagar para acessar um determinado conteúdo, ou mesmo a quantidade de pacotes de dados que se faz necessária para

consumir conteúdo de uma plataforma específica. Esta sensação de horizontalidade e retroalimentação sem nenhum tipo de resistência traz à web, rede mundial de computadores, a falsa percepção de nivelamento informacional generalizado.

Esta pré-concepção de nivelamento orgânico não se mostra duvidosa quando considerarmos as motivações do britânico cientista da computação Timothy John Berners-Lee para criar a web. O cientista, trabalhando em uma empresa criada pela colaboração de países europeus para pesquisas nucleares, teve o desejo de acessar de forma unificada as informações produzidas pela equipe que trabalhava junta, mas com *softwares* distintos. O objetivo de Lee, na época um jovem pesquisador, era possibilitar uma rede unificada para transmitir e trocar as informações em tempo real. Então, criou e disponibilizou a linguagem HTML. Isto gerou a ligação de todos os computadores a uma rede que permitia a comunicação entre diferentes softwares, a unificação dos resultados dos trabalhos.

Mas esta liberdade de trânsito virtual se transforma ao incluir o continente africano, pois a análise é feita sem fazer distinção entre as infraestruturas de cobertura dos países. Assim mostra uma matéria do canal de comunicação de origem alemã *Deutsche Welle* “Como chega à internet às regiões mais remotas de África³?”.

Desconsiderando o grande e complexo conjunto de significados e significações que o termo tecnologias carrega e com o intuito de ligar o continente a um lugar de atraso social e humano, outro exemplo é o modo como a série documental *The Virtual Revolution*⁴ retrata um vilarejo em Acra, capital de Gana. Em seu primeiro episódio chamado *The Great Levelling?* uma das cenas é Lee e a jornalista Aleks Krotoski chegando à localidade de jeep. A composição das cenas combinadas a voz *off* da jornalista, perpetuam a manutenção da história única e o discurso colonial. A série expõe a localidade como subdesenvolvida se comparada ao mundo por não se relacionar com a internet da mesma forma que o continente europeu e os EUA, mas que agora com a chegada de Lee e Krotoski esta será “civilizada”. Em sua descrição da localidade

3. Disponível em: <<https://bit.ly/300r1Jm>> . Acesso em: 23 ago. 2020

4. Disponível em: <<https://www.bbc.co.uk/programmes/p0085vqr>>. Acesso em: 23 ago. 2020

usa o termo “confins da terra” para designar a falta de cobertura de sinal de internet em toda a extensão do território.

A imagem cinematográfica e seu poder de representação

Como movimento de oposição a esta narrativa hegemônica difundida da criação do cinema exclusivamente em solo europeu e a percepção que não é possível orientar o pensamento sobre os cinemas africanos tendo esta como referência ou ponto de partida; um dos direcionamentos foi considerar um caminho que não aponta o surgimento do cinema a partir do aparato técnico do cinematógrafo utilizado pelos irmãos Lumière para a primeira projeção pública com plateia em 1895.

Tecnicamente sendo uma sequência de frames, fotograma ou fotos, pode-se considerar sua existência antes do marco de incorporação da gênese do cinema na história europeia com a conformação de plateia. Ao retroceder no tempo, partindo deste marco histórico firmado, há um longo caminho que se inicia nos registros rupestres, o aprofundamento dos egípcios e babilônios no conhecimento sobre o domínio do claro e do escuro e às projeções primitivas chinesas de silhuetas (NOBRE, 1982).

Dando um salto temporal para as exibições já conformadas com plateias e cobrança de ingressos, o cinema permite uma adesão massiva imediata. Mostra-se no contexto da época, uma arte inclusiva não exigindo conhecimentos prévios de seus espectadores. As imagens e seu encadeamento permitem o entendimento da narrativa ali contida. Afinal, esta dinâmica aguça os sentidos. Isso permite vivenciar o que é visto e ouvido com reações e emoções. É uma oportunidade de ver as imagens como textos que são experimentados por meio das relações que eles suscitam, as textualidades.

A verossimilhança com a “realidades” nunca reproduzida antes em uma arte e a acessibilidade de comunicar às pessoas sem fazer recorte social, foi algo que também tornou o cinema um dos maiores e mais lucrativos veículos de comunicação. Outra importante característica é que o cinema carregar a condição de fidedignidade imediata da imagem. O que se vê projetado tem valor documental, seja de natureza ela ficcional ou

não. Este poder de representação e instantânea legitimação das imagens se faz presente desde seu início das experimentações cinematográficas.

Com a união das características de acessibilidades inteligível e financeira, fidedignidade imediata das imagens, uma novíssima forma de experienciar este entretenimento, se torna uma fonte inesgotável de manipulação e implementação de ideias na maioria das vezes utilizadas para controle social, dentre elas as convicções coloniais.

As precursoras imagens em movimento difundidas sobre o continente africano foram as tomadas do período pré-colonial. Estas foram fruto do percurso de exploradores europeus nos território africanos para registrar com olhar de exotismo e subjugamento a vida cultural local. Estes filmes provavelmente se converteram em ferramentas para dominação colonial e contribuíram muito para difundir e justificar o pensamento de inferioridade humana do ser africano instaurado pela colonização para a prática deliberada do racismo.

No período colonial o cinema foi utilizado diretamente como arma para manutenção de poder sobre os países dominados como é o caso do projeto *Bantu Kinema Experimente Cinema (BEKE)* que aconteceu entre os anos de 1935 e 1937⁵. O experimento consistia em mostras itinerantes de filmes “educacionais” produzidos em território britânico para “instruir” como os moradores das territorialidades de suas colônias deveriam se portar e viver. Foram produzidos e projetados 35 filmes nos países, Tanganica, Niassalândia, Rodésia do Norte, Quênia e Uganda.

Ao expor acima um dos casos de efeito devastador do poder de representação do cinema é necessário também direcionar o olhar para o processo de consolidação histórica de estruturação da grande indústria do cinema que se constituiu nos Estados Unidos. Este também é o local geográfico onde houve uma das primeiras reações de oposição representação da população da Diáspora Negra no cinema. Os *Race Movies*, a contestação da imagem com imagens.

O primeiro longa-metragem da história oficializou em grande escala este “papel” delegado ao cinema de disseminação da representação identitária. “O Nascimento de uma Nação”, de D.W. Griffith (1915) é

5. Disponível em: <<https://bit.ly/3mO55ef>>. Acesso em: 23 ago. 2020

um bom exemplo do cumprimento desta ação depreciativa e racista. Por sua composição técnica e duração, é considerado o primeiro longa-metragem da história. Se observado por seu alcance de público foi o primeiro *blockbuster*⁶ da história do cinema clássico.

Repleto de *blackface*⁷ e legendas de desqualificação como “quando trouxeram os primeiros africanos para a América, plantou-se a primeira semente de desunião”. o longa trouxe mensagens que reforçavam a discriminação racial. Sua narrativa se prestou a uma determinada função: implementar o senso comum e corroborar todas as depreciações utilizadas para justificar as desigualdades sociais impostas à população negra dos Estados Unidos. Foi uma obra de técnicas precursoras e também de grande potencialização e imensurável disseminação do racismo. Uma representação herdada dos experimentos fílmicos do período pré-colonial com a atribuição de uma personalidade animal, sub-humana e perigosa principalmente dos homens negros.

Com o fim da Guerra Civil norte-americana e assinatura da 13ª Emenda, lei que proibia trabalho escravo “salvo” para cumprimento de pena para punir delitos, a elite euro centrada dominante colocou em prática seu plano para encontrar uma forma de reinserir de forma não escravocrata a mão de obra negra escravizada que se tornou liberta. Utilizaram-se da incriminação intencional de homens negros inocentes e do conhecimento prático do potencial das imagens cinematográficas para reafirmar a mentalidade da exploração colonial que ainda resistia fortemente na população branca. Então, após 50 anos da legislação o longa-metragem *O Nascimento de Uma Nação* foi lançado com sucesso em todo o país.

Uma das frentes para contrapor a produção eurocêntrica *hollywoodiana* foram os *Race Movies*, popularmente traduzido como “filmes de corrida” que começaram a circular em 1910. Eles tinham o objetivo de valorizar a imagem da população negra estadunidense. Todos os postos de trabalho

6. São obras cinematográficas que se popularizaram no circuito comercial de cinema, principalmente norte-americano. Estas fazem grande sucesso e alcançam receitas com cifras muito bem sucedidas.

7. Fantasia caricaturada depreciativa das características fenotípicas da população negra por pessoas não negras que visa reforçar um estereótipo racista contra pessoas negras.

atrás e à frente das câmeras eram ocupados por pessoas negras. Oscar Micheaux⁸ foi um dos produtores de Race Movies mais conhecidos. O movimento resistiu forte até 1930 e se encerrou com a chegada do cinema falado e a inviabilidade de competição no mercado hegemônico.

Retomando o olhar para a África, desde o primeiro curta metragem genuinamente africano *Afrique sur Seine* (1955), do diretor Beninese/Senegalese Paulin Vieyra, se passaram 15 anos até findar o controle total da produção cinematográfica pelos colonizadores. Os países europeus mesmo depois da descolonização ainda tinham o poder de veto, sobre as produções e exhibições de obras cinematográfica autorais nos territórios de suas ex-colônias. A mudança substancial começou em 1970 com a ação precursora do governo de Bukina Faso em nacionalizar o sistema de distribuição e circulação de filmes no país. Esta foi uma decisão fundamental para consolidar a produção de cinema no continente com narrativas produzidas pelos africanos (OLIVEIRA, 2016). Inicia-se então uma demarcação histórica do amplo esforço, agora dentro dos territórios africanos e pelos africanos, de produzir e difundir uma narrativa que diverge e confronta a narrativa colonial que está posta. A consequência direta foi que as produções cinematográficas do continente africano nas décadas de 1970 e 1980 testemunharam uma explosão de invenção e criatividade (KEMP, 2011), com a grandiosidade que não se compara a nenhum outro movimento cinematográfico percebido no mundo.

Cinema africano na web

É importante ressaltar que este estudo parte da observação da disponibilização de filmes de origem africana na web independente de sua temporalidade de existência. Não há um recorte de análise sobre suas concepções técnicas direcionadas para o formato e local de exibição, ou seja, não há aqui distinção se as produções são feitas exclusivamente para exibição na internet ou focadas nas salas de projeção tradicionais. O que é relevante para este estudo é a localização de ambientação da narrativa e origem ancestral do realizador, filmes feitos por negros de origem afri-

8. Disponível em: <<https://bit.ly/3mGx3J7>>. Acesso em: 23 ago. 2020

cana e ambientados em algum país do continente que estejam disponíveis na internet. Rememoramos que este não é um estudo de recepção, mas uma observação particular sobre as possibilidades de ligação identitária da Diáspora Negra Brasileira com filmes de genuínos realizadores negros de diferentes países africanos e em território de maioria populacional negra dentro do continente que permitem uma “viagem temporal ancestral visual”, a religação com algum fragmento cultural que a tradição oral possa ter trazido ao agora espectador negro brasileiro descendentes.

Iniciado este trecho contextualização do ponto de vista que motivou esta escrita e os sujeitos envolvidos é preciso estar atento às questões que o perpassam, pois, este estudo busca filmes que acessem quem se reconhece negro, brasileiro, pertencente a Diáspora Negra Africana situada no Brasil. Estes que se reconhecem e se identificam com estas múltiplas faces da identidade de população negra podem olhar para a produção cinematográfica de seu continente de origem, a África, com um interesse comum de aferir significações e significantes com algum grau de pertencimento identitário, como bem relata Mohamed Bamba. O estudioso expõe que esta espetatorialidade se beneficia das facilidades do rápido acesso às obras dos cineastas africanos proporcionadas pelas das novas tecnologias de armazenamento e reprodução como *download* na web, mostras e eventos culturais em torno dos filmes provenientes da África como a Mostra de Cinemas Africanos⁹. Percebe-se que estes espectadores tem se tornado cada vez mais cibernética, ou cibercinéfila¹⁰. (BAMBA, 2012)

Ao utilizar a web 2.0, como uma das formas de propagação do movimento de confronto às imagens cinematográficas representativas do continente produzidas pela colonialidade, os cinemas genuinamente africanos se deixam ser vistos, se deixam ser experienciado em toda sua potência de reparação imagética positiva. Deixam-se ser a possibilidade de reconstrução histórica ancestral. Assim “(...) os filmes africanos dão lugar a experiências espetatoriais particulares que informam sobre os múltiplos usos e modos de apropriação de que eles podem ser objeto no resto do mundo e, particularmente junto à diáspora negra” (BAMBA, 2005, p.135).

9. Disponível em: <<http://mostradecinemasaffricanos.com>>. Acesso em: 23 ago. 2020

10. Derivado do termo cibercinefilia utilizado pelo professor Mahomed Bamba para designar e cinefilia no ambiente da web.

Porque ao acessar questões que se encontram constituintes de identidades, há que se considerar fatores que são amalgamados a processos de representação porque “Todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólico”, (HALL, 2006, p.71) como bem posiciona Hall quanto a influência da globalização na constituição das identidades.

Portanto, essa complexa rede heterogênea de trocas simultaneamente orgânicas quanto à percepção de símbolos identitários pelo ser diaspórico brasileiro no enquadramento de um filme aqui considerado africano, é vista como a materialização não palpável da circunscrição de genealogias. Assim é possível fazer uma das perguntas que move essa escrita. Em quais aspectos do campo visual e sonoro de um filme africano disponível na web podem emergir textos e signos culturais afro brasileiros? Estes são capazes de trazer amplo pertencimento identitário para pessoas da Diáspora Negra Brasileira?

A recepção diaspórica do cinema africano no Brasil problematiza e, ao mesmo tempo, ajuda a entender muitos aspectos da dimensão cultural que se sobrepõe à dimensão estética nos filmes africanos. Se a realização dos filmes por diretores africanos parece proceder diretamente dos esforços para a construção simbólica do conceito de nação pela auto-afirmação pela imagem, o uso destes filmes africanos por uma parte da diáspora negra brasileira parece também determinado por fatores de ordem étnica e política (BAMBA, 2005, p. 140).

As plataformas de *streaming* percebendo este trânsito maior do cinema produzido na África por africanos negros para a Diáspora, estão destinando cada vez mais espaços para as obras do continente. Um exemplo é a Netflix, ainda que com o olhar de exotismo sobre as narrativas do continente, tem investido na aquisição e destas obras para captar o público da Diáspora e imigrantes que estão longe de seus países. Para anunciar sua nova estratégia de mercado lançou filme promocional com slogan “Produzido pelo Africanos e assistido pelo mundo todo”¹¹, mostrando os principais atores de seus investimentos em seriados no continente.

Considerando uma possibilidade maior de acesso para o leitor deste estudo, direciona-se o olhar para a plataforma Netflix e para uma das

11. Disponível em: <<https://bit.ly/2Esl9Bj>>. Acesso em: 23 ago. 2020

suas mais novas aquisições e aposta, o filme *Atlantique*. Lançado em 2019, dirigido pela franco-senegalesa Mati Diop. Um dos maiores feitos da diretora foi a construção uma narrativa não classificável pelas referências de inerente necessidade de categorização do cinema hegemônico. Assim, há que se rememorar a necessidade do conceito *Ubuntu* que justifica a impossibilidade da construção do pensamento filosófico hegemônico de permitir a compreensão de boa parte das narrativas africanas reconhecendo a inaplicabilidade da filosofia universalista e a necessidade de considerar a pluriversalidade.

Na obra o espectador é levado a caminhar guiado pela jovem protagonista Thérèse por trechos de uma das regiões ao sul do Senegal, Casamence. A faixa litorânea, o mar, as estradas e travessas que a personagem percorre, toda a ambiência externa permite perceber as estruturas urbanas. A história é ficcional, mas a ambientação, as locações refletem verdadeiramente a arquitetura, organização espacial e a organização social de algumas cidades senegalesas. Há vários conflitos entre dois grupos distintos de amigas adolescentes da protagonista. Estas discussões abordam profundas temática femininas no país que envolvem também a tentativa de Thérèse em romper com a tradições matrimoniais culturais.

Os filmes africanos, apesar de serem produtos culturais com traços idiossincráticos marcados, são também objetos estéticos e semióticos. São textos que podem ser usados, lidos, estudados, reapropriados pelos diversos públicos cinematográficos com vista nos seus particularismos culturais ou atentando para suas ousadias formais. A tarefa analítica de circunscrever a pluralidade de sentidos de qualquer objeto fílmico não dispensa, obviamente, o estudo dos fatores contextuais que incidem na sua organização discursiva interna. (BAMBA, 2012 p.9).

Todas as pautas abordadas, mesmo que ficcionais carregam fortemente as características culturais e organizacionais do país.

Conclusão

Para o espectador que deseja viajar virtualmente, o cinema africano para a Diáspora Negra é uma ferramenta que auxilia na construção e recons-

trução do saber identitário. Carregar noções geográficas, populacionais, modo de vida que permitem uma conexão genealógica com o continente.

Assim a humanidade conectada pode se moldar a um aparente determinismo tecnológico complexo que parece estar embasado no hiato entre as demarcações territoriais de restritas e a sensação de liberdade de acesso a todos os nós e espaços da rede. Outro caminho é entender estas territorialidades virtuais e considerar que é uma relação mediada, mas para muitos se apresenta como única forma viável de construção identitária porque as fronteiras sociais e econômicas não permitem a estes o acesso físico a algum país do território africano ou adquirir e realizar o exame de DNA para o teste de ancestralidade.

Neste país, nós, brasileiros, pertencentes ao maior país de população negra constituída fora da África utilizamos o cinema como uma forma de ver e saber das nossas origens. Todo momento estamos buscando fragmentos remanescente das histórias perdidas que nos ajudem nos encontrar em algum tempo ou espaço histórico com nossa ancestralidade.

Este “navegar” no cinema no cinema que está na web pode ou não completa o quebra cabeça da árvore genealógica em uma perspectiva micro familiar, mas permite a inclusão de novas peças, mesmo que se tenha plena consciência que há não mais como completar a montagem na dimensão macro de um grupo social, por exemplo.

Mesmo assim é uma busca ininterrupta para acumular a maior quantidade de peças possíveis com herança memorial para o conforto identitário das próximas gerações da Diáspora Negra do Brasil.

Referências

- BAMBA, M.. A Recepção dos Filmes Africanos no Brasil. In: IX Encontro do Socine (Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema), 2005, São Leopoldo. *Cadernos Resumo IX*. São Leopoldo: Socine, 2005. p. 135 a 142.
- CARVALHO, Cl.. *O saber e o olhar colonial: política e iconografia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa*. Bissau: INEP, 2004. p. 55-83.
- HALL, S.. *Cultural identity and cinematic representation*. Framework, London, n. 36, p. 68-82, 1989.
- KEMP, P.. *Tudo Sobre Cinema*. [Trad. Fabiano Moraes...et al.]; Rio de Janeiro: Sextante, 2011.
- LÉVY, P.. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999. 264 p. (Coleção TRANS).
- RAMOSE, M. B. A ética do ubuntu. Tradução para uso didático de: RAMOSE, Mogobe B. The ethics of ubuntu. In: COETZEE, P. H.; ROUX, A. P. J. (eds). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge, 2002, p. 324-330, por Éder Carvalho Wen.
- RODRIGUES, J. C.. *O negro brasileiro e o cinema*. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.
- RODRIGUES, RN. *Os africanos no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 303 p. ISBN: 978-85-7982-010-6. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 05 out. 2020.
- STRAUBHAAR, J. D. *Comunicação, Mídia e Tecnologia*. Ed. Thomson, 2004.

CAPÍTULO 9

Desafios das reivindicações raciais por reconhecimento

DEIZE FERREIRA PAIVA LOPES

“Não são as nossas diferenças que nos dividem. É a nossa incapacidade de reconhecê-las, aceitá-las e celebrá-las”.
Audre Lorde

Introdução

Em sociedades que abrigam diferentes culturas e modos de vida, as tensões são inevitáveis. Com o advento do novo século, alguns teóricos, como Nancy Fraser (2003) e Norris e Inglehart (2019) argumentam que a contemporaneidade tem resultado na substituição das lutas de classe, centradas na redistribuição econômica, pelas lutas por reconhecimento de modos de vida. Autores como Honneth (2003) se contrapõem a essa visão ao defender que não há uma substituição dos motivos das lutas sociais, mas diferentes ênfases e nuances dessas lutas ao longo do tempo.

Em reflexões sobre sociedades plurais, divergentes e justas, Honneth (2009) busca desenhar uma “teoria crítica da sociedade na qual os processos de mudança social devem ser explicados com referências às pretensões normativas estruturalmente inscritas na relação de reconhecimento recíproco” (HONNETH, 2009, p. 24). Para isso, Honneth argumenta que as pessoas devem estabelecer respeito mútuo em diferentes esferas da vida, como apresentaremos a seguir, o que levaria às seus respectivos estados de autorrealização. Para o autor, a luta social é

uma força que alavanca a progressão moral da sociedade e do aprendizado coletivo na medida em que a busca por ampliações das relações de respeito seriam contínuas.

A proposta honnethiana é versátil e hoje está presente em análises de áreas como o Direito, Pedagogia, Ciência Política e Comunicação. Elencada para discutir demandas individuais e coletivas de direitos, dentre outras reivindicações, a noção fornece elementos para deslocar experiências de desrespeito para o centro de uma discussão sobre justiça (MENDONÇA, 2009). Apesar das inúmeras apropriações das mais diversas áreas de estudo, o autor coleciona críticas contundentes, que incluem a sugestão de que sua noção de justiça não contemplaria a distribuição material. Em meio a tantas leituras da teoria do reconhecimento honnethiana, suas reproduções e replicações têm levantado outros tipos de questionamentos mundo afora que abrangem as relações de poder entre os sujeitos e as diferentes opressões.

Neste artigo, portanto, apropriamo-nos da discussão acerca do reconhecimento do filósofo alemão Axel Honneth para debater os desafios das reivindicações raciais por reconhecimento a partir de uma perspectiva interseccional. Consideramos que se o reconhecimento é intersubjetivo e se dá nas trocas, conforme preconiza o autor, esse processo deve ser levado em conta à luz de opressões estruturais como de raça e gênero.

Por interseccional toma-se a noção de interseccionalidade cunhada por Kimberlé Crenshaw (1989, 1991) no final da década de 1980 sobre as interações e cruzamentos das opressões, como machismo e racismo, que tornam as pessoas mais suscetíveis a formas específicas de experiências de desrespeito e dano. Nomeada por Crenshaw, intelectual da área do Direito, a noção de que gênero, raça, classe, dentre outras condições de subalternização impactam a vida de pessoas de forma concomitante e não hierarquizada já era tema debatido por mulheres negras, como a brasileira Lélia Gonzalez (1984). O conceito, conforme defendem Corrêa et al (2018), dá conta da complexificação das relações entre movimentos e reivindicações de grupos, não a divisão deles. Na medida em que também se torna um instrumento teórico-metodológico para que possamos entender que quanto mais posicionadas em “avenidas identitárias”, mais “vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos”

essas pessoas estarão, conforme Akotirene (2018, p. 58), com é o caso das mulheres negras, vulneráveis a desrespeitos de cunho racial, de gênero e eventualmente de classe.

Neste texto, nosso argumento está dividido nas seguintes seções: i) apresentação sintética da noção de lutas por reconhecimento; ii) lacunas dos conceitos para pensar a questão da racial negra; iii) por fim, ponderamos sobre os desafios de nos apropriar dessa noção ao ter em mente as especificidades apresentadas no item anterior.

Assim, nosso objetivo é verificar as potencialidades e limites da teoria do reconhecimento no entendimento da questão racial negra e seu cruzamento com outras opressões. Essas reflexões interessam ao campo da Comunicação na medida em que a luta por reconhecimento pressupõe a construção e compartilhamento de sentidos entre pessoas e grupos o que é necessariamente comunicacional, como defende o paradigma praxiológico da Comunicação (FRANÇA; SIMÕES, 2018). Além disso, hoje as mídias constituem-se como *locus* fundamentais para a disputa de sentidos das lutas por reconhecimento (MAIA, 2019, p. 24), bem como um espaço privilegiado de observação, e análise da circulação e disputa desses sentidos.

Algumas dessas problemáticas não se restringem apenas à produção de Honneth, mas de gerações de autores que por desconhecimento, indiferença ou desinteresse, não se detêm sobre as opressões dos mais variados grupos subalternizados. Muitos desses autores tomam direitos ocidentais como garantias inequívocas e universais, como a cidadania e a liberdade (BASEVICH, 2019).

Compartilhamos com Honneth o peso das experiências individuais de desrespeito. Para Patrícia Hill Collins (2000), a experiência é o que fundamenta a produção de conhecimento negra. Figueiredo (2020) chama atenção ao lugar de enunciação dos sujeitos e sujeitas que produzem conhecimento. Se nas epistemologias ocidentais, há o mito da neutralidade, agora há uma defesa da posição e da experiência dos sujeitos na produção de conhecimento. Ao citar Boaventura Santos, Figueiredo define a epistemologia insubmissa como aquela que tem uma proposta de reconciliação com o senso comum “visto que propõe uma ruptura com o senso comum que naturaliza as desigualdades, ao

mesmo tempo em que recupera parte dos discursos produzidos pelos movimentos sociais” (FIGUEIREDO, 2020, p.17).

Esses exercícios de tensionamento não são recentes e fazem parte de um cenário macro do contexto sócio-político que tem aproximado a academia das vivências das pessoas em espaços de saber e dos movimentos sociais. No cenário brasileiro, para citar alguns exemplos, existem o impacto na academia de coletivos como o Movimento Negro Unificado (GONZALEZ, HASENBALG, 1982) a partir das duas últimas décadas do século passado. Nos anos 2010, há a criação de programas de ações afirmativas, institucionalizada por meio da Lei nº 12.711 de 2012, que tem permitido o ingresso de jovens negros e negras no ensino superior (FIGUEREDO, 2020, p. 4), bem como iniciativas de permanência dessas pessoas nas universidades públicas. Prova disso, é o projeto pré-acadêmico Orientação Afirmativa para preparação de candidatas (os) negras (os) ao mestrado em Comunicação, do qual fiz parte, e tornou possível o ingresso no mestrado e as reflexões que têm me orientado até aqui.

Reconhecimento e lutas por reconhecimento em Axel Honneth

O filósofo alemão Axel Honneth (2009) parte do entendimento do reconhecimento como um padrão inerente à formação da identidade humana. É só por meio de um reconhecimento mútuo que os sujeitos alcançam uma autorrelação satisfatória. Isto equivale dizer que os sujeitos só se reconhecem como pessoas a partir de experiências positivas na esfera do amor, do direito e da estima social.

Honneth parte das contribuições teóricas do jovem Hegel e do filósofo G. H. Mead para sustentar que o reconhecimento é obtido por meio do conflito, não em virtude de estratégias de autoconservação ou de poder, em autores como Hobbes e Maquiavel (FRASER, HONNETH, 2003), mas como forma de ampliar as relações de reconhecimento e alcançar a autorrealização. Bem como a noção de intersubjetividade, que equivaleria ao entendimento do papel edificador dos sujeitos em relação uns com os outros (MENDONÇA, 2009).

Para o autor alemão, o reconhecimento é alcançado por meio de disputas simbólicas, contra experiências de desrespeito sobre a auto-

nomia de determinadas pessoas. A ocorrência dessas experiências entre indivíduos e grupos é o que o autor entende como conflito, e, consequentemente, o que serviria de base para a busca de um reconhecimento recíproco. Em síntese, em Honneth a transformação social ocorreria por meio da identificação do sofrimento como fonte de injustiça, o que geraria o conflito e a luta por reconhecimento recíproco, e por isso, intersubjetivo, na medida em que deve ser construído relacionalmente entre os grupos que reivindicam o reconhecimento em três dimensões da vida. A partir dos três padrões mencionados — amor, direito e estima social — o autor busca estabelecer uma “tipologia fenomenológica” na qual as formas de desrespeito dos indivíduos possam ser diferenciadas.

Na esfera do amor estão localizadas as relações primárias, afetivas, que abarcam a autoconfiança dos sujeitos enquanto dignos de sentimentos. A esfera do direito diz das relações legais que universalizam as pessoas com suas relações de autorrespeito. Enquanto a esfera da estima social valida as contribuições individuais para a sociedade e modos de vida, abrangem a autoestima.

A negação do reconhecimento em uma dessas esferas e a percepção dessa ausência de reconhecimento é o que constitui um dano, que por sua vez serve de “impulso moral” para uma luta que demanda esse reconhecimento, segundo Honneth (2009). A identificação desse dano pode ser feito por tanto individualmente quanto por um coletivo. Assim, a transformação social ocorre por meio do conflito e da luta pelo reconhecimento recíproco, e por isso, intersubjetivo, na medida em que deve ser construído relacionalmente entre os grupos que reivindicam o reconhecimento nas esferas mencionadas e aqueles que são interpelados.

Fraser (2003) é uma das críticas de Honneth que argumenta que a abordagem da luta por reconhecimento proposta pelo filósofo negligencia a distribuição material dentre os grupos que reivindicam relações recíprocas de reconhecimento. Honneth (2003) se defende ao afirmar que o reconhecimento pode abranger os aspectos distributivos na medida em que a redistribuição material parte de uma luta por reconhecimento moral, o que posteriormente também é identificado por outros estudos.

Outra crítica que Honneth enfrenta é a de que ele seria defensor de grupos identitários. Ao propor uma valorização das identidades em

estado pré-político, Honneth não contribuiria com uma sociedade mais justa, mas apenas sua segmentação, de acordo com algumas críticas (FRASER, 2003). Para outros leitores da obra de Honneth, contudo, o reconhecimento não é um novo nome para abordar a valorização das identidades, mas uma abordagem de relacionar a relação da construção dos sujeitos e eventuais contextos de desrespeitos e injustiças sociais (MENDONÇA, 2009).

A apropriação de grupos não quer dizer que coletivos não devam ser apropriar dessas demandas, mas que a ausência de reconhecimento pode ser compreendida individualmente (GARCÊZ, 2014). Uma vez que essa autorrealização é uma construção intersubjetiva, haverá respaldo social para a coletivização de dada demanda por meio de uma semântica coletiva, e é justamente isso que torna o reconhecimento uma questão política — e cara para a área da Comunicação: sua reverberação social para além de uma construção meramente psíquica e atomizada da noção de autorrealização. É por essa razão que estudos sobre coletivos e movimentos sociais têm lançado mão de análises que levam em conta a tipologia estabelecida pelo filósofo alemão ao analisar danos e ausências de desrespeito em determinadas relações.

A relação entre o essencialismo identitário e a política das identidades em relação com a obra de Axel Honneth, embora seja do nosso interesse, demanda um esforço futuro de maior fôlego, que foge do objetivo e do escopo deste trabalho.

Na obra de 2009, o próprio Honneth afirma que vai além de Mead em Hegel ao traçar uma ponte mais aparente entre o desrespeito moral e uma luta social, uma vez que “faltava o elo psíquico que conduz do mero sofrimento à ação ativa” (HONNETH, 2009, p. 220). Contudo, de acordo com o autor, essa luta não é um trajeto linear e conclusivo. Honneth defende que as lutas por conhecimento pela ampliação das relações de reconhecimento não têm um estágio final a ser atingido.

A partir do que foi exposto, consideramos que sendo intersubjetivo e ao se dar nas trocas, esse processo deve ser levado em conta à luz de opressões de raça, gênero, classe, dentre outras. A noção de lutas por reconhecimento segundo Honneth (2009) pode contribuir com os estudos de raça a partir de uma perspectiva interseccional em pelo

menos três pontos, como o a) papel central do conflito em sua teoria como base propulsora das transformações sociais; b) experiências pessoais de desrespeito como o incentivo a uma reivindicação por reconhecimento, e c) a construção de uma gramática compartilhada para nomear desrespeitos e propor soluções.

Por outro lado, a partir da leitura de outros autores sobre a relação reconhecimento e raça é possível elencar também lacunas e contrapontos limitadores dessas reivindicações que gostaríamos de discutir, e assume características entorno: da desumanização, do silenciamento e da deslegitimação.

Lacunas na discussão do reconhecimento a partir das relações raciais

Desumanização

Em “A crítica da razão negra”, o filósofo Achille Mbembe afirma que a divisão racial não se trata apenas da dicotomia entre as diferentes cores, mas a hierarquização delas. Na qual o direito existia para os civilizados, que, por seu turno, podiam subjugar, maltratar e explorar os tidos como não-civilizados (MBEMBE, 2014, p. 110). Enquanto Mbembe afirma, na obra, que a escravidão negra é um dos pilares da modernidade, pensadores brasileiros também atribuem ao processo de escravização um papel central (SOUZA, 2017; ALMEIDA, 2019). O racismo, assim, é caracterizado pelo aspecto de contexto de negação e desumanização da pessoa negra em dimensões globais (MBEMBE, 2014).

Na defesa de Bromell (2019), o racismo ataca a personalidade das pessoas negras a partir do enraizamento de uma suposta inferioridade racial que os retira da categoria de pessoas. Assim, a primeira reivindicação por reconhecimento em uma perspectiva antirracista é a de que os negros pertencem à categoria de ser humano.

Uma diferença crucial de relação entre essa reivindicação e o que seria a luta por reconhecimento, o autor destaca, é que não há expectativas de reconhecimento das pessoas negras em direção àqueles que compõem a sociedade do seu reconhecimento enquanto seres humanos, como pressupõe a abordagem honnethiana.

Uma vez que é justamente esse o processo de racismo: a desumanização do sujeito negro e a recusa em entendê-lo como ser. Nesse sentido, Bromell argumenta que a maioria dos pensadores negros têm formas diferentes de serem racialmente marcados como diferentes, e constantemente lembrados disso, enquanto são “incapazes de assumir que todos os outros reconhecerão sua personalidade como plena e igual¹” (BROMELL, 2019, p. 268, tradução nossa). Isso porque o “eu negro” está localizado dentro de um contexto sócio-histórico de valores e desrespeitos que afetam sua compreensão do mundo e dos outros e até a sua auto-compreensão (Ibid, p. 270), herança de um passado que não apenas distinguiu a segregação entre negros e brancos, defende Bromell, como também se empenhou para humilhar e rebaixar o valor fundamental dos negros como humanos.

Vale ressaltar que partimos neste artigo da noção relacional de raça, conforme Silvio Almeida (2019):

Raça é um conceito cujo significado só pode ser recolhido em perspectiva relacional. Ou seja, raça não é uma fantasmagoria, um delírio ou uma criação da cabeça de pessoas mal-intencionadas. É uma relação social, o que significa dizer que a raça se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos e antagonismos [...] Assim, uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede a formação de sua consciência de se seus afetos (ALMEIDA, 2019, s/n).

O racismo nos conduz a experiências nas quais alguns são considerados mais humanos que outros. Nesse sentido, esses processos de desumanização não são previstos nem abordados por Honneth. O autor alemão já parte para as esferas do amor, direito e estima social como espaços de autorrelação dos sujeitos, e que em sua ausência, devem fazer reivindicações enquanto seres humanos plenos.

1. No original em inglês “[...] of the workings of race, and of being unable to assume that all others will recognize their full and equal personhood.”

Silenciamento

Mais uma inconsistência apontada por alguns autores sobre a abordagem das lutas raciais por reconhecimento, relacionada com a primeira, é que essas demandas, em sociedades racistas, não são facilmente feitas e frequentemente são ignoradas.

De acordo com Bromell, “elas dependem menos dos negros afirmarem seu ‘valor’ — o que eles têm feito há séculos” do que os brancos admitirem os privilégios de “suas próprias superioridades pressupostas²” (BROMELL, 2019, p.273, tradução nossa). No argumento construído por Bromell ao invés de apelar aos brancos ou lutar por seu reconhecimento, ele localiza o problema na psique branca³ (BROMELL, 2019).

Aqui, há diálogo com a metáfora de máscara, trazida pela artista portuguesa Grada Kilomba (2016), na qual há o silenciamento das demandas das pessoas negras, porque sem ela, a branquitude teria que enfrentar — e lidar com a responsabilidade — das opressões que ele causa. Lê-se branquitude na perspectiva de Maria Aparecida Silva Bento (2002, p. 6-7), como a racialidade branca que tem sido espaço de privilégio na manutenção de hierarquias raciais fundadas na omissão e nas práticas discriminatórias.

Kilomba (2016) entende a máscara como artifício de projeção, já que em termos psicanalíticos, segundo ela, a desonra, ansiedade, culpa ou vergonha são “projetados para o exterior”, como forma de escapar dos mesmos, e é o que permite que os sentimentos valorosos em relação a si mesmo permaneçam intactos. A parte “boa” do ego da branquitude permanece, enquanto a parte “má” é projetada para o sujeito Negro. Assim, “a informação original e elementar — ‘estamos tomando o que é deles(as)’ — é negada e projetada sobre o(a) Outro(a) — ‘eles/elas estão

2. No original em inglês “*That change depends less on blacks asserting their ‘value’— which they have done for centuries—than on whites foregoing their investment in their own presupposed superiority.*”

3. Referência que Bromell faz à entrevista de Baldwin de 1963, em que ele diz “*Now here in this country we’ve got something called a nigger. (...) I didn’t invent him. White people invented him. (...) I’ve always known that. I’m not a nigger. But if I am not the nigger, and if it’s true that your invention reveals you, then who is the nigger?*”

tomando o que é nosso' (KILOMBA, 2016, p.174). Esse “Outro” se torna a encarnação daquilo que o sujeito branco não quer reconhecer sobre si.

Na leitura de Corrêa et al (2018) da metáfora de Kilomba, a autora questiona sobre o que acontece quando os sujeitos subalternizados falam e nomeiam a violência que é constituidora de suas interações. A resposta é o pronto silenciamento:

O corpo negro que fala, nomeia e constrói conhecimento é visto pela branquitude como fora de seu lugar e, por isso, passível de questionamento e silenciamento automático – sem que seus argumentos e suas epistemologias sejam devidamente apreciadas e consideradas racionalmente, sob o risco de desnaturalizar o poder e os privilégios dos supostos proprietários desses espaços. (CORRÊA et al, 2018, p.155-156)

David Jenkins, por seu turno, na crítica da relação entre reconhecimento, as opressões raciais e suas dificuldades, vai afirmar que mais que apelar para a “solidariedade” do opressor deve-se exigir o desvelamento dessas estruturas e desse reconhecimento (JENKINS, 2019, p. 88). Reconhecimento aqui aparece no sentido da admissão, pela branquitude, em se perceber perpetuando opressões, para assim pavimentar caminhos para uma luta por reconhecimento que integre um processo contínuo de reivindicação e ampliação das relações de respeito entre essas pessoas que seja legitimado socialmente.

Assim, o silenciamento é utilizado como meio de manutenção do poder e nas ações discriminatórias ante a possibilidade de admissão e enfrentamento das opressões raciais. Se a construção de demandas e de uma semântica coletiva não tem condições de ser vocalizada, o avanço da luta por reconhecimento e o compartilhamento de reivindicações não avançaria.

Deslegitimação

Um terceiro aspecto é a deslegitimação do que é dito. Silvio Almeida (2019) explica que enquanto em países como os Estados Unidos e a África do Sul a segregação das comunidades negras era juridicamente autorizada — por meio da Lei Jim Crow e do *apartheid*, respectivamente —, no Brasil, nunca se estabeleceram conflitos diretos baseados na raça. Nos anos 1930,

de acordo com Almeida (2019), a ideia de racismo científico dá lugar à noção de democracia racial, de que todas as “três raças” conviveriam de forma harmoniosa no solo brasileiro, de que essa miscigenação seria uma das “características básicas da identidade nacional”. O prejuízo dessa noção, segundo Almeida (2019), é que ela se torna um esquema complexo de dominação, que se adapta às circunstâncias históricas daquele período, e ainda perdura a partir da negação e de outros mecanismos.

Melvin Rogers (2009, p. 185), a partir da produção de Honneth, argumenta que há um paradoxo do reconhecimento na medida em que o desenvolvimento da autoestima dependeria de uma comunidade que promove sistematicamente a ofensa e o desrespeito em direção às pessoas e/ou grupos que reivindicam o reconhecimento. Para Rogers, a perspectiva de Honneth viabiliza a reivindicação de reconhecimento, por comunidades historicamente marginalizadas, justamente na direção daqueles que são fontes e promotores da exclusão e de danos históricos.

Nas lutas por reconhecimento e reivindicações estão imbricadas não só o que essas pessoas dizem, mas quem são esses sujeitos, se estas vozes são consideradas e de que forma elas são consideradas. A quais e quantos tipos de opressões esses corpos estão suscetíveis? No ano de 1984, a intelectual Lélia Gonzalez já abordava o racismo e sexismo na cultura brasileira. No artigo, a autora escreve que:

(...) porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (GONZALEZ, 1984, p. 225).

Se no Brasil até os ditos progressistas se abstêm da questão racial ao incorporarem o discurso da democracia racial sem críticas para evitarem a apresentação de conflitos (ALMEIDA, 2019), esse quadro ainda que imponha limitações para à construção de demandas não as torna impossíveis. Há décadas sujeitos e produtores de conhecimento negros e negras reivindicam espaço de fala. A atitude de assumir a própria fala vai ao encontro do que Patrícia Hill Collins define como autodefinição, o que na leitura de Berth “envolve desafiar o processo de

validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas” (COLLINS, 2016 *apud* BERTH, 2019).

Nesse sentido, como fazer com que essas vozes ecoem? Por um lado, os usos da Internet têm facilitado a reunião de pessoas e grupos, que encontram cada vez mais receptividade para suas falas, a partir da apropriação da tecnologia para se fazerem ouvir (MAIA, 2019). Por outro lado, os mecanismos de opressão e o apagamento de questões também foram sofisticados. Prova disso são os critérios que elegem quais discussões merecem atenção e respostas, em um contexto no qual o poder ainda determina quem tem voz (COULDRY, 2010) e aparece, como é o caso de plataformas monetizadas como o *YouTube*.

As disputas simbólicas envolvidas nas reivindicações raciais por reconhecimento nos obrigam a debruçarmos sobre essas novas formas de circulação de representações e suas contestações — agora com maior número explícito de engajamento, além das reações decorrentes delas. Nesses mesmos ambientes, os meios de deslegitimação dessas reivindicações vêm sendo sofisticados que merecem maior escrutínio dos estudos do campo da Comunicação.

Perguntamo-nos quais são os limites da luta por reconhecimento quando existe a deslegitimação de uma reivindicação. A deslegitimação dessas demandas existe porque as lutas por reconhecimento não avançaram, ou, de outro ponto de vista, surge para evitar que ainda mais avanços sejam feitos e levem à exposição das estruturas de poder e seus respectivos embates?

Conclusão

Algumas reflexões aqui endereçadas estão longe de esgotar as críticas a Honneth e à noção de lutas por reconhecimento do ponto de vista interseccional e em relação à Comunicação. É preciso reiterar, após o resgate dos três agrupamentos de críticas à Honneth listado na seção anterior, que sua teoria compila também contribuições para uma nova teoria crítica da sociedade, como a concepção de política e justiça que leva em conta experiências de desrespeito de grupos e indivíduos; a noção de que o desrespeito é entendido como opressivo porque produz

e reproduz hierarquias que depreciam pessoas e grupos em suas singularidades, conforme sistematiza Mendonça (2012). A possibilidade de protagonismo de histórias de vida e da construção de uma demanda por meio da construção de uma semântica coletiva e de sentidos compartilhados, o que, aliás, é um dos maiores pontos de contato entre o reconhecimento e o campo da Comunicação, conforme já mencionamos.

Contudo, ao invés de apenas operacionalizar as esferas em uma análise que replica valores tidos como universais, o desafio no entendimento das lutas por reconhecimento de pessoas e coletivos negros a partir de uma perspectiva interseccional é superar a desumanização, o silenciamento e a deslegitimação.

Por um lado, há produções como a de Basevich (2019) e Rogers (2009) que apontam para a impossibilidade de o reconhecimento contemplar a luta social de grupos vulneráveis. Contudo, assim, como Jenkins (2019), defendemos que as lutas por reconhecimento também têm o papel de iniciar o desvelamento e a confrontação que as opressões disfarçam. São os casos em que muitos não se compreendem como desrespeitados e que, a partir do compartilhamento de experiências de outrem passam a enxergar essas experiências opressoras e a reagirem contra elas.

Assim, a crítica da questão racial negra, especificamente no contexto brasileiro, é exequível dentro da teoria do reconhecimento na medida em que levemos em conta as a constituição da categoria de “humano” das pessoas negras, as estruturas de opressão e a questão do silenciamento. É importante salientar que essas divisões propostas podem auxiliar-nos na reflexão sobre os desafios e estratégias para superá-las, mas se originam nos mesmos processos discriminatórios, violentos e simbólicos estabelecidos pelo racismo.

Aos novos meios cabe, especificamente, a alternativa de ser espaço de autodefinição e expansão dessas reivindicações por meio de uma construção coletiva que forneça subsídios para que os desrespeitos e os danos sejam nomeados; o que dá continuidade, portanto, a esse processo duplo que une tanto a autorrealização das pessoas — aqui, de grupos em condições subalternizadas — com uma noção de justiça.

O que está claro é que esses passos em direção ao desvelamento da estrutura de opressão que é o racismo têm sido dados a partir do deslo-

camento da figura do pensador universal/branco, neutro, imparcial e não-racializado para leitores críticos que partem de novos lugares em direção a outras possibilidades que abarquem — como propõe a interseccionalidade — a complexidade do mundo social tal como ele é construído (CRENSHAW, 1991, p.1245).

Referências

AKOTIRENE, C.. *O que é Interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ALMEIDA, S.. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

BASEVICH, E.. WEB Du Bois's Critique of American Democracy during the Jim Crow Era: On the Limitations of Rawls and Honneth. *Journal of Political Philosophy*, v. 27, n. 3, p. 318-340, 2019.

BENTO, M. A. S.. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BERTH, J.. *Empoderamento*. São Paulo: Pólen, 2019.

BROMELL, N.. "That Third and Darker Thought": African-American Challenges to the Political Theories of Jacques Rancière and Axel Honneth. *Critical Philosophy of Race*, v. 7, n. 2, p. 261-288, 2019.

COLLINS, P. H.. *The black feminist thought*. Londres: Routledge, 2000.

CORRÊA, L. G.; GUIMARÃES-SILVA, P.; BERNARDES, M.; FURTADO, L.. Entre o interacional e o interseccional: Contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação. *Revista ECO-Pós*, v. 21, n. 3, p. 147-169. 2018.

COULDRY, N.. *Why voice matters: Culture and politics after neoliberalism*. Sage publications, 2010.

CRENSHAW, K.. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stan. L. Rev.*, v. 43, p. 1241, 1990. Disponível em <<https://bit.ly/3eXKJeg>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

FIGUEIREDO, Â.. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2SuLLF2>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

FRASER, N.. Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation. IN: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition. A Political-Philosophical Exchange*. Verso, London, 2003.

FRANÇA, V. R. V.; SIMÕES, P. G. (Org.) . *O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação*. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2018. v. 1. 360p.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira. Teoria do reconhecimento: uma teoria dos movimentos sociais. *Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades*, v. 2, 2014.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. A.. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, L. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1984.

HONNETH, A.. Redistribution as recognition: A response to Nancy Fraser. IN: FRASER, N.; HONNETH, A.. *Redistribution or Recognition. A Political-Philosophical Exchange*. Verso, London, 2003.

HONNETH, A.. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, 2 ed. São Paulo: Editora, v. 34, 2009.

JENKINS, D.. James Baldwin and Recognition. *American Political Thought*, v. 8, n. 1, p. 82-107, 2019.

KILOMBA, G.. A Máscara. Tradução Jessica Oliveira de Jesus. *Cadernos de Literatura em Tradução*, Brasil, n. 16, 2016.

MAIA, R. C. M.. *Mídia e Lutas por Reconhecimento*. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2018. v.1. 412p .

MBEMBE, A.. *A Crítica da Razão Negra*. Portugal: Antígona, 2014.

MENDONÇA, R. F.. Dimensão intersubjetiva da auto-realização: em defesa da teoria do reconhecimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 70, p. 143-154, 2009.

MENDONÇA, R. F. Democracia e desigualdade: as contribuições da teoria do reconhecimento. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 9, p. 119, 2012.

NORRIS, P.; INGLEHART, R.. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge University Press, 2019.

ROGERS, M. L. *Rereading Honneth: Exodus politics and the paradox of recognition*. *European Journal of Political Theory*, v. 8, n. 2, p. 183-206, 2009.

SOUZA, J.. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

CAPÍTULO 10

A transversalidade entre a comunicação e saúde e a interseccionalidade

VÍVIAN T. N. CAMPOS

“Olhai vossos objetos de estudos nos olhos, não pelo vossos olhos”.

Autor desconhecido¹

Introdução

Em minha pesquisa do doutorado estou estudando como mulheres, que são mães de crianças com a síndrome congênita causada pelo Zika vírus (SCZV), se expressam em redes sociais na internet, construindo relatos sobre si mesmas, dando a ver suas realidades e experiências com seus filhos e filhas. Deste modo, faz parte do meu interesse de pesquisa a interface entre a comunicação e saúde pública, que são campos de estudo e de práticas sociais em que é possível perceber o quanto as questões sociais, de gênero e de raça, reverberam. Assim, minha intenção neste capítulo é fazer um breve exercício de articulação teórica entre a comunicação e a saúde, a partir da perspectiva interseccional, demonstrando as conexões e entrecruzamentos que esses conceitos apresentam entre si, buscando, a partir da bibliografia sobre o tema, apresentar algumas reflexões acerca das relações discursivas e comunicativas que foram estabelecidas sobre o problema de saúde pública.

1. Frase escrita em parede da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

Entendemos a comunicação como uma ação dialógica e relacional, na qual as pessoas que participam do processo comunicativo são interlocutoras, sujeitas sociais e de fala e que apresentam para o meio social o seu contexto de origem e também as suas configurações sociais. A partir deste ponto de partida, nos apropriamos do conceito de comunicação praxiológica, desenvolvido por Louis Quéré (2018). O modelo praxiológico de Quéré (2018) se contrapõe epistemológico, herdado do século XVII, que é o modelo representacionista e informacional, que se alinha mais fortemente com as teorias de comunicação que dão destaque à transferência de informações. Já o modelo praxiológico, ao qual nos filiamos, defende que o mundo comum é constituído pela ação ou pela construção da realidade e atribui à linguagem uma dimensão além da de representação. Para Quéré (2018), a comunicação é o lugar da constituição social dos fenômenos, “a linguagem também desempenha um papel importante na compreensão que temos de nós mesmos e de nossas práticas ordinárias” (QUÉRÉ, 2018. p.32).

A comunicação é um processo marcado por dinâmicas complexas e pelo movimento, portanto a comunicação é uma ação, ela diz de um agir no mundo. Conforme França e Simões (2016), a comunicação relaciona-se não apenas com as atividades de nosso dia a dia, que possibilitam que nos comuniquemos, mas significa também uma dimensão que é institucionalizada, que é técnica e profissional, fazendo parte da nossa vida e garantindo nossa sobrevivência. Ainda de acordo com as autoras, o objeto da comunicação é exatamente a própria comunicação. Dito de outro modo, é a maneira de olhar para aquele objeto, são as perguntas que fazem revelar a especificidade comunicativa. Assim, o estudo da comunicação é “uma concepção, uma forma de ver, perceber e enquadrar uma ação qualquer enfocando e resgatando sua dimensão comunicacional” (FRANÇA; SIMÕES, 2016, p. 20).

Importante dizer também que o processo comunicativo tem uma natureza híbrida, isso porque ele estabelece interfaces com a política, cultura, economia, psicologia, sociologia e saúde, por exemplo. Somado a isso, é importante explicitar que os meios de comunicação são também um lugar de disputa de poder, em que discursos hegemônicos têm grande tendência a prevalecerem. Assim, para olharmos para os fenô-

menos comunicativos não podemos desconsiderar esses elementos. Em relação à área de saúde, é necessário refletir sobre o modo como se dá o acesso aos serviços de saúde, de que maneira o racismo é manifestado, como as relações de gênero e as questões sociais impactam no direito às políticas públicas. Enfim, todos esses dados nos auxiliam a compreender o fenômeno comunicacional de uma forma mais ampla.

Conforme dito, a comunicação está em interface e é transversal com outras áreas de conhecimento e contextos sociais, deste modo, iremos apresentar neste capítulo, as articulações que se estabelecem entre a comunicação e o campo da saúde, bem como a essencialidade de nos apropriarmos da perspectiva interseccional para compreendermos a realidade de maneira mais abrangente.

A interface entre Comunicação e Saúde

De acordo com Araújo e Cardoso (2007), o campo de estudo intitulado como “Comunicação e Saúde” (C&S), é constituído por elementos da comunicação e da saúde e que estão em interface, não tendo, portanto, prevalência de uma área sobre a outra. Embora a constituição da C&S, enquanto campo de conhecimento seja somente reconhecida como um conjunto de elementos articulados, no início da década de 1990, a relação entre comunicação e saúde, já vem de muito tempo. Conforme as autoras ressaltam, esse vínculo já vem sendo articulado desde que o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), criado em 1920, incluiu a propaganda e a educação sanitária como estratégia para divulgar as medidas de saúde pública para controle das epidemias da época.

Naquela década, as medidas de saúde pública adotadas pelos governos foram muito influenciadas pelos avanços científicos da microbiologia, bacteriologia e parasitologia, que possibilitaram a identificação dos agentes causadores das doenças, bem como do modo como elas eram transmitidas. Assim, a atenção passou a se concentrar no comportamento das pessoas, pois o conhecimento científico daquela época levava a crer que seria o ambiente o qual o indivíduo vivia, o fator que poderia explicar o surgimento das doenças. Assim, os cientistas da época chegaram à conclusão que as doenças poderiam ser evitadas a

partir da mudança de comportamento das pessoas. Tal posicionamento resultava na valoração das estratégias de comunicação como ferramentas necessárias para traduzir e transmitir o conhecimento científico para as pessoas, que, ao se apropriarem das informações sobre as doenças, simplesmente mudariam seus comportamentos.

Apesar de Araújo e Cardoso (2007) mencionarem que essa visão da comunicação faz parte de uma lógica informacional, transmissiva e instrumental e é datada, estando inserida em um contexto social de uma época, não podemos desconsiderar que ainda hoje percebemos que essa perspectiva comunicativa ainda prevalece em falas e também em algumas políticas públicas de saúde, ou na ausência delas. Isso porque alguns governantes brasileiros teimam em acreditar que seriam as próprias pessoas as únicas responsáveis pelas doenças, desconsiderando completamente os contextos sociais, raciais e de gênero, por exemplo. Pensamento e prática que podem, inclusive, determinar a vida e a morte de grande parte da população, especialmente daquelas socialmente vulneráveis.

Saúde, biopoder e necropolítica

Para Michel Foucault (2018), o capitalismo desenvolvido no final do século XVIII e início do século XIX, socializou o corpo do indivíduo e o transformou em uma força de trabalho. Conforme Foucault, o controle que a sociedade exerce sobre as pessoas se opera pelo corpo. “Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica” (FOUCAULT, 2018, p.144). Foucault (2005), ao falar da teoria clássica do direito, aponta que o direito sobre a vida e a morte era um dos atributos fundamentais que o soberano detinha, ele poderia “fazer morrer e deixar viver”. “É porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida” (FOUCAULT, 2005, p.287). Sobre a conceituação de biopolítica, Foucault afirma que seriam alvo desse tipo de política, exercida pelo estado, todo um conjunto de processos biológicos, como a quantidade de nascimentos, mortes, a taxas de reprodução e de fecundidade de uma população.

A biopolítica seria, portanto, desempenhada pelo biopoder, o poder sobre a vida da população. Foucault também ressalta que embora o racismo, enquanto uma prática entre os povos, já existisse há muitos anos, foi com a emergência do biopoder que ele se incorporou enquanto mecanismo do Estado. Foi naquele momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que “faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo” (FOUCAULT, 2005, p.304).

Já Achille Mbembe (2018), ressalta que a função do racismo é regular a distribuição da morte e viabilizar as funções assassinas do estado. Mbembe também acredita que a expressão máxima do poder, ou da soberania está na capacidade de determinar quem pode viver e quem deve morrer. Mas, ele defende que a ideia do biopoder de Foucault é insuficiente para dar conta das formas mais atuais de submissão da vida ao poder da morte. Mbembe expande a noção de biopoder e nomeia como necropolítica as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte

Propus a noção de que necropolítica e de necropoder para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar ‘mundos de morte’, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos” (MBEMBE, 2018, p. 71).

A necropolítica é, portanto, uma política da morte adaptada, seja por soberanos, ou pelos Estados.

Ainda sobre a ideia do poder sobre a vida e morte de corpos negros, Sueli Carneiro (2005) também toma como ponto de partida a noção de biopoder de Foucault, mas entende que a visão dele do racismo estava focada especialmente na experiência alemã, com o holocausto judeu. De acordo com Carneiro, Foucault não considerou o racismo como um dispositivo de poder e disciplinador atuando em sociedades multiraciais. Tal lógica concede a pobreza como uma circunstância crônica da existência negra, isso porque a mobilidade entre classes passa a ser

controlada pela racialidade. Conforme Carneiro (2005), o biopoder aciona o dispositivo de racialidade para determinar quem deve morrer e quem deve viver,

Em relação às práticas de saúde, Carneiro (2005) menciona que o país vivenciou a partir do século XIX, a emergência de novos procedimentos de saúde coletiva, que tinham por base a racialidade, tendo na orientação eugenista a diretriz para “corrigir”, o que eles acreditavam ser uma promiscuidade, especialmente do ponto de vista sexual, da população negra, concepção essa herdada do período da escravidão. Carneiro entende que a racialidade determina o processo de saúde, de doença e morte, isso porque os estudos sobre as desigualdades raciais identificam a união de fatores como os sociais, de gênero, regionais e de raça, como condicionantes das desigualdades raciais, que estão presentes em diversas dimensões da vida e especialmente no que se refere à saúde da população negra.

Jurema Werneck, em entrevista concedida em 2013², comenta que o racismo no Brasil é essencialmente patriarcal, o que garante grande privilégio aos homens brancos. Ela também destaca que as consequências dessa lógica racista patriarcal, têm sido devastadoras para as mulheres negras em várias áreas da vida e também no âmbito da saúde. Em razão do racismo institucional, que margeia os sistemas de saúde, as mulheres negras perdem anos de vida, em razão de mortes no parto, diagnósticos errados, negligência, dentre outros fatores. Werneck também relata que a temática da saúde da mulher negra não tem despertado o interesse das instituições científicas, especialmente, na área da saúde, porque a produção de conhecimento científico sobre o assunto é rara e dificilmente faz parte do currículo dos cursos de graduação e pós-graduação e o que pode explicar esse desinteresse, senão o racismo institucional.

As reivindicações da população negra e, em especial, do Movimento das Mulheres Negras, por melhorias no acesso ao sistema de saúde, já existem há muitos anos, com destaque para o período pós-abolicionista, e também estiveram presentes e contribuíram com o movimento de

2. Disponível em: <bit.ly/2Xs4eFi>. Acesso em: 22 jul. 2020.

Reforma Sanitária no Brasil³ e a posterior criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1988, mas suas contribuições não foram suficientes para garantir um Sistema de Saúde público realmente livre dos mecanismos do racismo.

A lógica da necropolítica na área de saúde pode ser comprovada também por meio das estatísticas. De acordo com dados de 2018⁴ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 55% da população brasileira é formada por pessoas negras, o que engloba as pretas e pardas. Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua de 2019⁵, foram apontadas importantes discrepâncias entre o rendimento mensal entre pessoas negras e brancas e também entre homens e mulheres. A média mensal de rendimentos entre as pessoas brancas era de R\$ 2.999, já entre as pardas era de R\$ 1.719, enquanto que as pretas ficavam em R\$ 1.673. Em relação ao gênero, o rendimento de todos os trabalhos dos homens ficava em R\$ 2.555, sendo 28,7% mais alto que o das mulheres, em torno de R\$ 1.985.

Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁶, a população negra representa 67% das pessoas que são atendidas no Sistema Único de Saúde (SUS) e as brancas 47,2%. Além disso, a maior parte dos atendimentos se concentra em usuários/as com faixa de renda entre um quarto e meio do salário mínimo, o que evidencia que a população usuária exclusivamente do SUS é composta por pessoas negras e com menor renda.

Em 1947 foi definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade. E a Lei Federal 8080, de 1990, conhecida como Lei orgânica da saúde também afirma que as ações de saúde devem garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social. Assim, constatamos o quanto a

3. A expressão foi usada para se referir ao conjunto de ideias que se tinha em relação às mudanças e transformações necessárias na área da saúde. Disponível em: <<https://bit.ly/3i8H0vL>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

4. Disponível em: <<https://bit.ly/3aw9yN6>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

5. Disponível em: <<https://bit.ly/3gvuiqj>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

6. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

manutenção da saúde das pessoas depende também de outros aspectos, que perpassam diversos campos, sejam eles sociais, comunicacionais, raciais, regionais e de gênero. Nesse sentido é que o conceito de interseccionalidade se configura como ferramenta teórica e metodológica, porque nos oferece os subsídios necessários para apreender melhor as circunstâncias em que uma doença afeta uma população.

O Zika Vírus e a Interseccionalidade

Considerando os dados listados, fica demonstrado o quanto o racismo também se manifesta e afeta negativamente a saúde das pessoas negras no país. As injustiças sociais e comunicativas são ainda mais intensificadas quando entram em cena, além das questões sociais, as de gênero, as iniquidades regionais e também a deficiência física. Todos esses elementos devem ser analisados conjuntamente, quando voltamos o olhar para o que o que o Zika vírus provocou no país, especialmente em razão da mais séria consequência desse vírus, a Síndrome Congênita Causada pelo Zika vírus (SCZV), que ficou popularmente conhecido por “microcefalia”.

A partir do ano de 2015, a população brasileira tomou conhecimento que, além da dengue, doença epidêmica⁷, com circulação em todo o país, outras duas doenças também eram transmitidas pelo *Aedes aegypti* — a Febre Chikungunya e o Zika vírus. E que todas elas se constituíram em uma preocupação tanto para a área da saúde pública, quanto para a de comunicação social.

Em abril de 2015, o Zika vírus se espalhou pela Bahia e pelo Rio Grande do Norte e, no final daquele ano, foram identificados casos da doença em todas as cinco regiões do país. O Ministério da Saúde estimou que entre 500 mil e 1,5 milhão de pessoas foram infectadas, naquele momento. Do Brasil, o vírus migrou para outras partes das Américas, com surtos dignos de nota na América Central, Caribe e partes tropicais da região andina (LESSER e KITRON, 2016).

7. Denominação utilizada em situações em que a doença envolve grande número de pessoas e atinge uma larga área geográfica. Disponível em: <<https://bit.ly/30spnB7>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

Em 28 de novembro de 2015 foi confirmada a relação entre o vírus Zika e a microcefalia⁸, após confirmação de um exame de um bebê que faleceu no estado do Ceará, pouco após ter nascido com a síndrome e outras malformações congênitas. O exame daquela criança confirmava a relação entre o vírus Zika e a Síndrome Congênita Causada pelo Zika Vírus. A doença causou grande preocupação na população, especialmente nas mulheres e especificamente nas que estavam grávidas. A situação também provocou muito interesse midiático, tanto nacional, quanto internacional, em razão do ineditismo e da gravidade da situação e também considerando o fato de que o país iria sediar os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em julho de 2016.

Em 2020, observamos uma geração de crianças⁹ sobrevivendo com a SCZV, especialmente na região Nordeste do país, pois foi naquela região onde se observou a maior concentração da Síndrome nos bebês, especialmente em Pernambuco e na Paraíba. Conforme informações de documento desenvolvido pelo IPEA (2018)¹⁰ sobre o tema, a evolução da doença demonstrou dificuldades do país para controlar o vetor, deficiências nas ações voltadas ao planejamento familiar, bem como falhas na atenção materno-infantil. Essa conjunção de adversidades, aliada às fortes desigualdades sociais historicamente presentes no país, contribuíram para que o Zika e sua consequência mais devastadora, a SCZV se tornassem males endêmicos que atingiram principalmente famílias pobres, residentes nas regiões menos desenvolvidas do país.

Conforme informações do Boletim “A epidemia de Zika e as mulheres negras”¹¹, preparado pela médica Jurema Werneck, diretora executiva da Anistia Internacional no Brasil e uma das fundadoras da ONG Criola, as mulheres negras estão muito expostas ao Zika e às demais doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, de alta incidência em regiões onde a falta de saneamento básico e a necessidade de guardar água potável

8. Nome popular pelo qual ficou conhecida a Síndrome Congênita causada pelo Zika vírus, segundo informações da Fiocruz. Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/zika-0>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

9. Disponível em: <<https://bit.ly/2PpVriQ>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

10. Disponível em: <<https://bit.ly/33s4Uy4>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

11. Disponível em: <<http://bit.ly/2tXP0sR>>. Acesso em: 30 ago. 2017

criam um ambiente favorável para a reprodução do mosquito. Também são essas regiões, os locais mais empobrecidos do país e com o maior número de mulheres negras. Segundo a médica, o descumprimento do direito básico de moradia, o fornecimento irregular de água e a coleta inadequada de lixo são os fatores por trás das seguidas epidemias de dengue nos últimos 30 anos e da multiplicação da Zika e da Chikungunya, mais recentemente.

Em entrevista à Agência Brasil de Comunicação (EBC)¹², Jurema Werneck ressaltou que, embora o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado em 2011, determinasse o registro de dados epidemiológicos das doenças com recorte por raça, o Ministério da Saúde não inseriu, no início da epidemia, a informação raça/cor ao criar a ficha de notificação obrigatória para o Zika. Portanto, não foi possível quantificar com precisão quantas mulheres negras tiveram a doença, ou quantas estiveram suscetíveis a gerar uma criança com a síndrome congênita. Porém, Werneck salienta que estudos extraoficiais apontavam que 70% dos bebês com microcefalia eram filhos de mulheres negras.

Apesar da ausência de dados oficiais, conforme informações do Boletim, Pernambuco, o estado mais afetado pela epidemia, tinha até outubro de 2016, 392 casos confirmados de bebês com microcefalia; destes casos, 223 (57,3%) eram filhos de famílias vinculadas ao Cadastro Único de benefícios sociais. Por este cadastro, foi possível constatar que 70% das mães eram jovens de 14 a 29 anos, sendo 77% negras. Além disso, 89% delas estariam aptas a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é o benefício assistencial concedido pelo INSS-Instituto Nacional do Seguro Social- a idosos ou pessoas com alguma deficiência e que ganham menos de um quarto do salário-mínimo por mês, o equivalente a R\$220, a época. Ao cruzarmos estes dados e informações, é possível perceber o perfil predominante dessas mulheres, que são mães de crianças com microcefalia.

Nota-se que há uma associação do racismo, com a pobreza e com o sexismo sobre as mulheres atuando como “uma asfixia social com os desdobramentos negativos sobre várias dimensões da vida”

12. Disponível em: <<http://bit.ly/2KChZMY>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

(CARNEIRO, 2011, p.127). O que provoca repercussões emocionais na saúde mental das mulheres negras, causando, inclusive, conforme Sueli Carneiro aponta, uma redução na expectativa de vida em cinco anos, em relação às mulheres brancas.

Assim, torna-se essencial olhar para comunicação e saúde, a partir de uma visada interseccional, porque entendemos que a manutenção da saúde das pessoas depende também de outros aspectos, que perpassam diversos campos, sejam eles sociais, raciais, regionais e de gênero. Nesse sentido é que o conceito de interseccionalidade se configura como ferramenta teórico-metodológica que nos oferece subsídios para compreender as múltiplas opressões que se manifestam sobre uma população.

Cidinha da Silva (2018) relembra que no final dos anos 1970, a brasileira Lélia Gonzalez já articulava as opressões cruzadas que as mulheres negras e pobres enfrentavam. Lélia, assim como outras intelectuais negras, também se atentava em seus escritos e também nas práticas de vida, para essas opressões cruzadas, embora ainda não tivesse utilizado o termo interseccionalidade. O conceito de interseccionalidade foi sistematizado pela advogada negra estadunidense, Kimberlé Crenshaw, em artigo publicado em 1989: *“Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”*. Em 1991, ela trabalhou novamente com o conceito em artigo que discutia as políticas de identidade e a violência contra as mulheres negras: *“Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres de cor”*. Já em 2002, no texto *“Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”*, Crenshaw reforça a necessidade do uso da interseccionalidade como uma ferramenta teórico-metodológica para se pensar as múltiplas opressões. Assim, segundo o paradigma interseccional, deve-se considerar a raça, o gênero, a classe, a sexualidade, dentre outros fatores, como essenciais para compreender as vivências das pessoas.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais de dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe

e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos de desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Para Crenshaw, o racismo é diferente do patriarcalismo, que é distinto da opressão por classe, por exemplo. O que ocorre é que esses vários eixos se cruzam e se sobrepõem, não devendo hierarquizar as opressões. Ao se ter uma visão universalista das opressões, tendo como parâmetro de universal somente as experiências dos homens e brancos, outras opressões e vivências tendem a ser silenciadas ou colocadas em lugares marginais. Como bell hooks¹³ (2015) ressalta, as mulheres negras estão em uma posição incomum na sociedade, porque sua condição social geral é inferior a de qualquer outro grupo. A experiência de vida das mulheres negras muitas vezes desafia a estrutura social racista, machista e classista, porque as mulheres negras não dispõem de um “outro” institucionalizado para que possam discriminar, explorar ou oprimir, isso faz com que a experiência de mundo das mulheres negras seja distinta da de quem tem algum tipo de privilégio.

Conforme Akotirene, “a interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões” (AKOTIRENE, 2018, p.43). Ainda de acordo com ela, a interseccionalidade possibilita observar o embate entre as estruturas, a interação simultânea entre as identidades e também o quanto o feminismo hegemônico foi incapaz de contemplar as mulheres negras e como o próprio movimento negro, por sofrer influências do machismo, também não conseguiu incluir as questões das mulheres negras. “A interseccionalidade é sofisticada fonte de água, metodológica, proposta por uma intelectual negra, por isso é tão difícil engolir seus fluxos feitos mundo afora” (AKOTIRENE, 2018.p. 109).

13. bell hooks é o pseudônimo adotado pela escritora negra estadunidense Gloria Jean Watkins. O nome foi inspirado na sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. Por opção da própria autora, a grafia do nome é em minúsculo.

Para bell hooks (2015) as mulheres brancas que dominam o discurso feminista atual raramente se questionam se seus posicionamentos sobre a realidade das mulheres são realmente aplicáveis às peculiaridades de todas as mulheres. De acordo com hooks, as feministas brancas “não estão cientes de até que ponto suas perspectivas refletem preconceitos de raça e classe, embora tenha havido uma consciência maior sobre esses preconceitos nos últimos anos” (hooks, 2015. p. 195). Deste modo, o feminismo tradicional e hegemônico não consegue compreender plenamente a inter-relação entre a opressão de sexo, raça e classe, por exemplo.

Ao falar sobre a interseccionalidade, Werneck (2016), explica que o conceito possibilita um entendimento mais aprimorado das noções de diferença, diversidade e discriminação. De acordo com ela, a interseccionalidade “permite visibilizar as diferenças intragrupo, inclusive entre aqueles vitimados pelo racismo, favorecendo a elaboração de ferramentas conceituais e metodológicas mais adequadas às diferentes singularidades existentes” (WERNECK, 2016, p. 543). No que se refere às questões de saúde pública, ela ainda ressalta que o conceito garante uma maior compreensão das maneiras pelas quais se é possível aproximar dos princípios da universalidade, integralidade e equidade, que regem o SUS.

Considerações finais

Ao direcionar o olhar para essas mulheres negras, pobres, nordestinas, que têm filhos com uma deficiência grave, refletimos também a respeito do silenciamento simbólico e também comunicacional que elas atravessam exatamente por fazerem parte de grupos vulnerabilizados e suas vozes muitas vezes não serem as vozes que se costuma ouvir. Suas experiências são particulares, mas são também coletivas, já que muitas compartilham de realidades de vida semelhantes. Além disso, o que elas vivenciam com seus filhos e filhas, trata-se de um problema público e de saúde pública, que potencialmente pode afetar várias pessoas e conforme dito, as questões de saúde também são atravessadas por vários elementos e é exatamente por isso que o olhar interseccional nos auxilia a dar conta de apreender melhor essa realidade.

A intelectual negra estadunidense Patricia Hill Collins cunhou o termo *outsider within*, em 1986, que diz desse tipo de marginalização vivenciada pelas mulheres negras e de classes sociais baixas e do ponto de vista peculiar das mulheres que vivem à margem. Em tradução para o português, pode ser lido como “estrangeira de dentro”, esse conceito funciona, conforme Corrêa et al. (2018), como um operador teórico que auxilia a compreender o ponto de vista das mulheres negras quando essas estão dentro de contextos os quais elas são consideradas marginais, *outsiders*. Conforme Collins, cada pessoa parte de um lugar e a partir deste lugar constitui-se uma visão, um ponto de vista sobre a vida. Para Collins, ser uma *outsider within* é exatamente a antítese (negativa) em relação à imagem virtual positiva daquilo que é considerado o certo, o padrão: homem, branco e rico.

Em relação à condição de estrangeira, Simmel (1983) diz que o estrangeiro é um elemento do próprio grupo, mas são elementos “que se, de um lado, são imanentes e têm posição de membros, por outro estão fora e dele o confrontam” (SIMMEL, 1983, p. 183). Esses estrangeiros não são vistos como indivíduos em sua totalidade, mas como estranhos, à margem, deslocados daquele ambiente ou lugar. Ainda de acordo com Simmel, a condição de estrangeiro impõe que uma pessoa tenha uma posição pré-determinada em um grupo, exatamente pelo fato da pessoa não fazer parte daquele grupo desde o começo.

Quando se é um *insider* há uma tendência naturalizada de se aceitar a vida da forma com ela é apresentada, já o *outsider* ou o estrangeiro, é marcado por outras vivências peculiares, o que faz com sua maneira de ver o mundo também seja afetada por múltiplas experiências. De acordo com Collins (2016) o *status*, que não necessariamente denota privilégio, de ser *outsider within*, proporciona às mulheres negras um ponto de vista peculiar, mais rico no que se refere às relações sociais, proporcionando a elas a uma capacidade mais ampla de apreender a realidade. Já hooks (2015), complementa dizendo que a experiência de vida da mulher negra é diferente da de pessoas que tiveram algum grau de privilégio e essa experiência pode moldar a consciência de tal modo que a visão de mundo passa a ser distinta.

É essencial para a continuação da luta feminista que as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial que a nossa marginalidade nos dá e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante e vislumbrar e criar uma contra-hegemonia (hooks, 2015, p.208).

Por meio dos dados apresentados foi possível traçarmos um perfil das mães de crianças com a síndrome congênita causada pelo Zika vírus e em razão de todos esses elementos, notamos que elas se configuram como verdadeiras *outsiders*. A história dessas mulheres que afetaram a mim - também uma mulher, negra, de origem social pobre, mas que conseguiu chegar à academia - configuraram-se como interesse de pesquisa em razão da potência de suas vivências e histórias. Nós todas, *outsiders*, não nos enquadrámos nos padrões pré-determinados na sociedade, como sendo os universais.

Conforme apresentado, as mães das crianças com a SCZV são, em sua maioria, negras, pobres, jovens, mães solas¹⁴, com baixa escolaridade e moradoras das regiões geográficas mais empobrecidas do país. Mas ao mesmo tempo, por serem *outsiders*, elas têm um ponto de vista potente, porque lidam com a condição de ser mãe de uma criança com uma deficiência grave, de maneira assertiva, apesar de todas as adversidades pelas quais atravessam. Percebo, ao caminhar com minha pesquisa, que essas mulheres ressignificam a dor e enfrentam o silenciamento que lhes é imposto, resistindo, apropriando-se de redes sociais na internet, por exemplo, para apresentar suas experiências, dando ressonância a suas vozes e a seus posicionamentos, sendo sujeitas de suas próprias histórias.

14. O termo “mãe solo”, que descreve mulheres que são as principais responsáveis pelas suas crianças, substitui o termo “mãe solteira”, visando desconectar a condição de “ser mãe” à de “ser esposa”. Trata-se de um conceito recente que tem sua origem nos movimentos feministas (COSTA; SAFATLE, 2019, p.124).

Referências

ALBUQUERQUE, M. F. P. M. et al. Epidemia de microcefalia e vírus Zika: a construção do conhecimento em epidemiologia. *Cad. Saúde Pública [online]*, Rio de Janeiro, vol.34, n.10, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/34oQsWI>>. Acesso em: 05 out. 2020.

ALVES, R. L. C.; SAFATLE, Y. B. R.. “Mães de micro”: perspectivas e desdobramentos sobre cuidado no contexto da síndrome congênita do Zika vírus (SCZV) em Recife/PE. *Áltera*, n. 8, 2019, Dossiê antropologia com bebês e suas cuidadoras. Disponível em: <<https://bit.ly/2HYAY46>> Acesso em: 20 jan. 2020.

ARAÚJO I.; CARDOSO, J.. *Comunicação e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

AKOTIRENE, C.. *O que é interseccionalidade?*. São Paulo: Ed. Letramento, 2018.

CARNEIRO, S.. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, S.. O Matriardo da Miséria. In: *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, F. Nossos Passos vêm de longe.... In: WERNECK, J.; MENDONÇA, M.; WRITE, E. C. *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. 2.ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.

CRENSHAW, K.. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

COLLINS, P. H.. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado [online]*. 2016, vol. 31, n. 1, p. 99-127.

CORRÊA, L.; GUIMARÃES-SILVA, P.; BERNARDES, M.; FURTADO, L.. Entre o interacional e o interseccional: Contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação. *Eco-Pós*,

v. 21, n.3, p.147-169, 2018. Disponível em: < <https://bit.ly/3iw9rUg>>. Acesso em: 05 out. 2020.

DINIZ, D.. *Zika: do sertão nordestino à ameaça global*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FACEBOOK. *União mães de anjos*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/uniaodemaesdeanjos/>>. Acesso em: 20 de jun.2019

FRANÇA, V. R. V.; SIMÕES, P. G. *Curso Básico de Teorias da Comunicação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FRANÇA, V. R. V. Discutindo o modelo praxiológico da comunicação: controvérsias e desafios da análise comunicacional. In: FRANÇA, V. R. V; SIMÕES, P. G. (Orgs.). *O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2018, p. 89-117.

FOUCAULT, M.. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*, (trad. de Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M.. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Paz e terra, 2018.

hooks, b.. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 16, janeiro - abril de 2015, p. 193-210. Disponível em: <<https://bit.ly/34vUE6O> >. Acesso em: 05 out. 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Desigualdades sociais por cor e raça*. Disponível em <<https://bit.ly/3jzw37D>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Aplicada: Disponível em: <<https://bit.ly/3jL5Q5S>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

LESSER, J.; KITRON, U.. *A geografia social do Zika no Brasil*. Tradução de Carlos Malferrari do original em inglês – The social geography of Zika in Brazil. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3ijzM8m>>. Acesso em: 05 out. 2020.

MBEMBE, A.. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção*. Rio de Janeiro: n-1 edições, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Constituição da Organização Mundial da Saúde*. Documentos básicos, suplemento da 45ª edição, outubro de 2006. Disponível em espanhol em: <https://www.who.int/governance/eb/who_constitution_sp.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SILVA, C.. Feminismo Negro- De onde viemos: aproximações de uma memória. In: HOLLANDA, H. B (Org). *Explosão feminista*. São Paulo: Cia das Letras, 2018. p.252-259.

SIMMEL, G.. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, E. (Org.). *Simmel: Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983, p. 182-188.

SOARES, G.. *Como transformar a superação em Missão*. TEDxDeVryRecifeWomen, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2SuNw1S>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SOARES, N.. *As mulheres esquecidas da Zika*. Agência Patrícia Galvão, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3iH3pQR>>. Acesso em: 20 jun. 20.

QUÉRÉ, L. De um modelo epistemológico a um modelo praxiológico da comunicação. In: França, V.R.V; Simões, P.G. (ORGs.) *O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2018. p.15-48.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde Soc.*, São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3lcmdZN>>. Acesso em: 05 out. 2020.

Sobre as autoras e os autores

Bárbara Lima

Publicitária, mestranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG) e integrante do Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS) e do Laboratório de Análise de Acontecimentos (GRISLab). E-mail: ppbarbaralima@gmail.com

Breno Henrique de Almeida Rocha

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG), possui graduação em Cinema e Audiovisual pelo Centro Universitário UNA. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Cinema. Email: brenohdar116@gmail.com

Deize Paiva

É jornalista, formada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação na mesma instituição. E-mail: deizepaiva@ufmg.br

Elaine do Carmo

Jornalista, mestranda em comunicação social pela UFMG. Assistente de direção de cinema documental. Ministrante de cursos para formação básica na produção de audiovisual. Proprietária da empresa de Comunicação Massai Digital. E-mail: elainecdocarmo@gmail.com

Etiene Martins

Pesquisadora das relações etnicorraciais. Graduada nos cursos de Jornalismo Multimídia e em Publicidade e Propaganda. Especialista em Comunicação e Saúde pela ESPMG e Mestranda em Comunicação Social pela UFMG. Proprietária da Livraria Bantu e Militante do Movimento Negro. Email: etieneredatora@gmail.com

Natália Martins Amaro

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG), produtora cultural e bacharela em Comunicação Social (UFMG), com habilitação em Publicidade e Propaganda. Email: nataliaamaro1@gmail.com

Olívia Pilar

Mestra e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG), pela linha de pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). Email: oliviapilarsouza@gmail.com

Pâmela Guimarães-Silva

Mestre e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG (PPGCOM/UFMG). Linha de pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Cofundadora e atual coordenadora do grupo de estudos pré-acadêmicos Orientação Afirmativa. E-mail: pamelaguimaraes14@gmail.com.

Patrícia Santana

Professora da rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, mestra e doutora em Educação pela UFMG. Integrante do Programa ações Afirmativas na UFMG e da Rede de Mulheres Negras de MG. Possui estudos e pesquisas nas temáticas das relações étnico-raciais e educação, infâncias negras e educação quilombola. Atua como professora colaboradora do Promestre – Mestrado Profissional Educação e Docência na Linha de Educação Infantil da Faculdade de Educação da UFMG.

Raiane Miranda

Mestranda em Comunicação Social pela Puc-Minas. Interessa-se pelo estudo de gênero e relações étnico raciais na comunicação digital e na tecnologia. Especialista em Comunicação Digital e Mídias Sociais pelo Centro Universitário Una no ano de 2017. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Faculdade Promove no ano de 2013. Email: falecomnanamiranda@gmail.com

Vívian T. N. Campos

Mestre e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG). Especialista em Gestão Estratégica da Comunicação, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Jornalista graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Email: viviancampos7@gmail.com

PÂMELA GUIMARÃES-SILVA é cofundadora e atual coordenadora do grupo de estudos pré-acadêmicos Orientação afirmativa. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, dentro da linha de "Processos Comunicativos e Práticas Sociais". Mestra pelo mesmo programa, com entrada em 2014 e defesa em 2016. Graduada em Publicidade e Propaganda pela Faculdade Estácio Ensino Superior (2012). Técnica em Gestão de Negócios pelo SENAI-MG. Servidora pública efetiva da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, onde atuou como coordenadora do núcleo de produção e gestão de conteúdos para mídias sociais entre 2013 e 2019. Atualmente, assessora de processos comunicativos e práticas sociais na Secretaria de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE), Subsecretaria de Direitos Humanos (SUBDH), onde atua no Projeto Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos (SER-DH). Pesquisa, orienta e publica trabalhos que compreendem as matrizes do pensamento feminista negro e epistemologias que abordem a interseccionalidade. E-mail: pamelaguimaraes14@gmail.com.